

UFRRJ
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS
EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DISSERTAÇÃO

**Estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional:
Análise do Programa Nacional de Alimentação
Escolar e das Ações de Educação Alimentar e
Nutricional no Colégio Técnico da Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro – CTUR**

Ellen Bilheiro Bragança Wittmann

2021



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL:
ANÁLISE DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR E DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E
NUTRICIONAL NO COLÉGIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO – CTUR**

Ellen Bilheiro Bragança Wittmann

Sob a Orientação da Professora
Katia Cilene Tabai

e Coorientação da Professora
Fernanda Travassos de Castro

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável, Área de Concentração: Práticas em Desenvolvimento Sustentável.

Seropédica, RJ
Abril de 2021

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001".

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo autor

W827e Wittmann, Ellen Bilheiro Bragança, 1987-
Estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional:
análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar e
das ações de Educação Alimentar e Nutricional no Colégio
Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
- CTUR. / Ellen Bilheiro Bragança Wittmann.
- Seropédica-RJ, 2021.
127 f.: il.

Orientadora: Katia Cilne Tabai. Coorientadora:
Fernanda Travassos de Castro.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Práticas em Desenvolvimento Sustentável, 2021.

1. Alimentação escolar. 2. Soberania. 3. Insegurança
alimentar e nutricional. 4. Educação alimentar e
nutricional. 5. Pandemia da Covid-19. I. Tabai,
Katia Cilne, 1970-, orient. II. Castro, Fernanda
Travassos de, 1979-, coorient. III Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós Graduação em
Práticas em Desenvolvimento Sustentável.
IV. Título.

É permitida a cópia parcial ou total desta Dissertação, desde que seja citada a fonte.



HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO N° 36/2021 - DeptHOT (12.28.01.00.00.00.10)

N° do Protocolo: 23083.028499/2021-85

Seropédica-RJ, 30 de abril de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ELLEN BILHEIRO BRAGANÇA WITTMANN

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, no Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável da UFRRJ.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/04/2021.

Katia Cilene Tabai, Prof.^a Dr.^a - UFRRJ

(Orientadora)

Maria Rosa Figueiredo Nascimento, Prof.^a Dr.^a - UFRRJ

(Membro Interno)

Elaine Cristina de Souza Lima, Prof.^a Dr.^a - UNIRIO

(Membro Externo)-

(Assinado digitalmente em 30/04/2021 10:20)

KATIA CILENE TABAI
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHOT (12.28.01.00.00.00.10)
Matricula: 2333157

(Assinado digitalmente em 03/05/2021 11:03)

MARIA ROSA FIGUEIREDO NASCIMENTO
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptHOT (12.28.01.00.00.00.10)
Matricula: 387347

(Assinado digitalmente em 03/05/2021 12:01)

ELAINE CRISTINA DE SOUZA LIMA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 110.282.147-07

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **36**, ano: **2021**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **30/04/2021** e o código de verificação: **d322d85446**

*“Quem olha para o mundo
e vê sempre as mesmas coisas
desperdiça as suas voltas”
(Gil Pinna)*

DEDICATÓRIAS

Aos meus pais Walter e Fátima, e ao meu irmão Gabriel por todo amor e suporte. Ao meu amado esposo Diego pelo amor, carinho, paciência e incentivo. À minha amada e doce filha Isadora.

Dedico.

AGRADECIMENTOS

As batalhas sempre serão difíceis, algumas eu vou perder, outras eu vou ganhar. Sempre haverá obstáculos a serem ultrapassados, e o importante não é a rapidez com a qual eu vou conseguir superá-los ou o que estará me esperando do outro lado, o importante é a caminhada, o percurso. E o percurso até aqui não foi fácil, mas eu mantive a minha fé. Deus sempre esteve comigo, por essa razão dedico a ELE essas primeiras linhas, que é meu refúgio, minha fortaleza e meu sustento.

Aos meus pais, Fátima e Walter, pelo amor, dedicação, investimento e incentivo. Me privei de estar com vocês e participar de muitos momentos de lazer para trabalhar e estudar. Agradeço todos os dias pelas renúncias que vocês fizeram para me darem o melhor, por serem os melhores para mim, por mim e comigo.

Ao meu irmão Gabriel por compartilhar sua experiência como aluno do CTUR, pelo seu companheirismo, carinho e paciência para me auxiliar na utilização das ferramentas tecnológicas.

Ao meu esposo Diego, pelo incentivo, por acreditar nos meus sonhos e sonhar junto comigo, por me suportar nas horas que eu mesma não me aguentaria e por ser meu apoio nos momentos de dúvida e tristezas. Obrigada pela compreensão, estímulo e suporte.

Às minhas orientadoras Profa. Dra. Katia Cilene Tabai e Profa. Dra. Fernanda Travassos de Castro pelo acolhimento, generosidade, experiência e compromisso em me guiar pelo caminho da construção dessa dissertação da forma menos dolorosa possível, me ajudando a concretizar esse sonho. Me faltam palavras para agradecê-las, espero que as utilizadas aqui possam de alguma forma expressar toda minha Gratidão por aceitarem caminhar comigo até aqui. Graças a vocês que hoje posso dizer que realizar um mestrado com duas grandes mulheres me orientando, em um processo de orientação que não foi desgastante ou conflituoso, permite que qualquer um chegue longe, obrigada por todo o incentivo e por todo o encorajamento. Espero um dia poder fazer por alguém o mesmo que vocês fizeram por mim. Gratidão eterna!

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e ao Colégio Técnico da Universidade Rural por permitirem que a pesquisa fosse realizada e por compartilhar as informações.

Aos docentes e discentes do CTUR que contribuíram com a pesquisa respondendo ao questionário. Sem vocês essa pesquisa não poderia ter sido realizada, obrigada por dedicarem seu tempo e dividirem comigo suas opiniões mesmo que de forma anônima. Vocês foram a razão dessa pesquisa, na busca de um ambiente escolar que melhor possa acolhê-los, espero que esse trabalho possa contribuir para a comunidade escolar do CTUR.

À professora Dra. Maria Rosa Figueiredo pela participação e contribuição na minha banca de defesa de projeto, qualificação e defesa.

Às professoras Dra. Elaine Cristina de Souza Lima, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, e Dra. Rose Mary Helena Quint Silochi da Universidade Estadual

do Oeste do Paraná - UNIOESTE, pela participação, considerações e apontamentos na defesa dessa dissertação.

Ao PIBIC/CNPq pela concessão de bolsas de iniciação científica às discentes de graduação Isabelle Germano e Letícia Lacaz, que foram fundamentais na coleta de dados e construção deste trabalho.

À Letícia Matias Lacaz bolsista de iniciação científica, pela dedicação, prontidão, participação e contribuição nas atividades de campo e construção do trabalho, mesmo quando o vínculo com o projeto já havia finalizado. Essas palavras são pouco para agradecer o quanto você me ajudou. Muito Obrigada!

Aos meus amigos do Polo Cederj Itaguaí, em especial a Tuane Lopes, César Henrique, Eliseu Molina (*in memorian*), Pedro Henrique e Wenderson Buenos Aires, por todo apoio e incentivo no processo seletivo e início do mestrado, vocês foram muito generosos e companheiros. Muito obrigada!

Ao Prof. Dr. Alexis Nummer, diretor do Instituto de Agronomia, pelo apoio, incentivo e compreensão da importância da conclusão deste mestrado para a minha vida pessoal e profissional. Muito obrigada!

Aos docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO, pelo apoio e compreensão da minha ausência no período das disciplinas presenciais. Em especial aos coordenadores Prof. Dr. Márcio Rufino, Prof. Dr. Clézio e Profa. Roberta Arruzzo, pelo apoio e compreensão.

Às amigas Nádia Regina (*in memorian*) pelo apoio na secretaria do PPGGEO e Renata Melo pelo apoio na secretaria administrativa do Instituto de Agronomia durante minha ausência para cursar as disciplinas presenciais.

Às amigas Wanessa, Renata e Luiza por abrirem a porta de casa e me acolherem durante as aulas no Centro do Rio. Muito obrigada!

À minha amiga Bárbara, que tive o prazer de conhecer no PPGPDS e tornou a caminhada mais leve e florida. Obrigada por todos os cafés da manhã, almoços e lanches pós aula. Pelas conversas, presenciais e virtuais, conselhos, abraços e confidências.

Ao PPGPDS, aos coordenadores e secretaria. Aos professores do programa pelos conhecimentos compartilhados, em especial aos professores Thiago Breier, Fabíola Garrido, Robson Amâncio e Marcelo Duncan.

À CAPES, visto que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que esse trabalho fosse realizado, que compreenderam minha ausência e se sentem felizes com a minha realização.

Muito obrigada!

RESUMO GERAL

WITTMANN, Ellen Bilheiro Bragança. **Estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional: análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar e das ações de Educação Alimentar e Nutricional no Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CTUR**. 2021. 127p. Dissertação (Mestrado em Práticas em Desenvolvimento Sustentável). Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.

A alimentação é um direito humano e a alimentação escolar no Brasil é um direito garantido e oportunizado por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Esta pesquisa teve como objetivo contribuir para a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional dos discentes do Colégio Técnico da Universidade Rural – CTUR, a partir da análise do Programa Nacional de Alimentação Escolar e das ações de Educação Alimentar e Nutricional; compreender como os discentes se alimentam no período escolar, por não existir o fornecimento de alimentação escolar; verificar as ações adotadas pelo colégio na formação de hábitos alimentares saudáveis de seus discentes, da abordagem da educação alimentar e nutricional pelos docentes, assim como a garantia da segurança alimentar; identificar também as ações adotadas pelo CTUR para assistir seus discentes durante a pandemia da Covid-19 e de que forma ela impactou o cotidiano alimentar de discentes e docentes. Os dados foram coletados, entre novembro de 2018 e março de 2021, a partir de questionário aplicado aos gestores da Universidade Rural, para identificar a existência de repasses do PNAE, para análise de documentos encontrados no site da Universidade Rural, do CTUR, no Portal da Transparência do governo federal, do FNDE, de questionários aplicados *online* e pesquisa observacional nas vivências realizadas nas atividades com os discentes do colégio. Esse projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa na UFRRJ (COMEP/UFRRJ) sob os protocolos nº 705/2016 e nº 797/2016. As informações e dados levantados por essa pesquisa comprovam que não existe política de alimentação escolar no CTUR, apesar da existência de recursos do PNAE para o fornecimento da alimentação escolar. Dos 79 discentes, dos diferentes cursos que participaram da pesquisa, 60,8% trazem refeição pronta de casa para se alimentarem no colégio e apenas 6,3% utilizam o restaurante universitário. Durante o período escolar, 51,9% dos entrevistados optaram por consumir alimentos pouco nutritivos como salgadinhos fritos ou assados e 63,3% dos discentes consumiram biscoitos. Durante a pandemia, 50 discentes foram assistidos com cestas básicas, ovos e hortaliças da produção do colégio, frutas, hortaliças e carnes do Programa de Aquisição de Alimentos. O colégio possui um quadro de 68 docentes, 13 responderam o questionário e 84,6% afirmaram abordar a temática da alimentação na disciplina que lecionam. Em relação a implantação e implementação do PNAE no CTUR, os dirigentes desconheciam a existência do repasse do FNDE referente ao PNAE; há evidências do desconhecimento de que a alimentação é um direito social garantido pela Constituição Federal e pela Lei nº 11.947/09. É baixa a inclusão da temática da alimentação pelos docentes, assim como da educação alimentar e nutricional no processo de ensino-aprendizagem. Os discentes do CTUR estão em situação de insegurança alimentar e nutricional, pois não existe a garantia da segurança alimentar e nutricional de forma igualitária. Espera-se que os dados levantados por esta pesquisa favoreçam o diálogo sobre a importância da alimentação escolar assegurada no próprio colégio e para adoção de medidas que atendam os discentes nessa questão no âmbito do CTUR.

Palavras-chave: Alimentação escolar. Soberania. Insegurança alimentar e nutricional. Educação alimentar e nutricional. Pandemia da Covid-19.

GENERAL ABSTRACT

WITTMANN, Ellen Bilheiro Bragança. **Strategies for Food and Nutrition Security: analysis of the National School Food Program and the actions of Food and Nutrition Education at the Technical College of the Rural Federal University of Rio de Janeiro - CTUR.** 2021. 127p. Dissertation (Master in Sustainable Development Practices). Institute of Forests, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2021.

Food is a human right and school feeding in Brazil is a guaranteed and opportunized right through the National School Feeding Program. This research aimed to contribute to the promotion of food and nutritional sovereignty and security for students at the Technical College of the Rural University, based on the analysis of the National School Food Program and the actions of Food and Nutrition Education; to understand how students eat during the school period, as there is no school supply; to verify the actions taken by the college in the formation of healthy eating habits of its students, the approach to food and nutrition education by teachers, as well as the guarantee of food security; also identify the actions taken by College of the Rural University to assist its students during the Covid-19 pandemic and how it impacted the daily food of students and teachers. Data were collected between November 2018 and March 2021, using a questionnaire applied to the managers of the Rural University, to identify the existence of transfers from the National School Feeding Program; analysis of documents found on the website of the Rural University, College of the Rural University, the Transparency Portal of the federal government, the National Education Development Fund; questionnaires applied online; observational research in the experiences carried out in the activities with the students of the college. This project was approved by the Research Ethics Committee at Rural Federal University of Rio de Janeiro under protocols n°. 705/2016 and n°.797/2016. The information and data collected by this research prove that there is no school feeding policy at College of the Rural University, despite the existence of National School Feeding Program resources for the provision of school meals. Of the 79 students, from different courses, who participated in the research, 60.8% bring ready meals from home to eat at the school and only 6.3% use the university restaurant. During the school period 51.9% of the respondents chose to consume low-nutritious foods such as fried or baked snacks and 63.3% of the students consumed cookies. During the pandemic, 50 students were assisted with basic food baskets, eggs and vegetables from the school's production, fruits and vegetables from the Food and Meat Acquisition Program. The school has a staff of 68 teachers, 13 answered the questionnaire, and 84.6% said they addressed the theme of food in the discipline they teach. Regarding the implementation and implementation of the National School Feeding Program at College of the Rural University, the leaders were unaware of the existence of the transfer of the National Education Development Fund referring to the National School Feeding Program; they seem unaware that food is a social right guaranteed by the Federal Constitution and by Law n° 11.947/09; the inclusion of the theme of food by teachers is low, as well as food and nutrition education in the teaching-learning process; College of the Rural University students are in a situation of food and nutritional insecurity, as there is no guarantee of food and nutritional security on an equal basis. It is hoped that the data collected by this research will favor the dialogue about the importance of ensuring school meals in the school itself and for adopting measures that assist students in this matter within the scope of College of the Rural University.

Keywords: School feeding; Sovereignty. Food and nutritional insecurity. Food and nutrition education. Covid-19 pandemic.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Recursos recebidos pela UFRRJ da Ação 2994, Seropédica, 2019.	41
Tabela 2. Oferta de Bolsas de Assistência Estudantil no CTUR, Seropédica, 2020.....	42
Tabela 3. Renda familiar mensal dos discentes do CTUR, Seropédica, 2020.	42
Tabela 4. Repasses do PNAE para a UFRRJ, Seropédica, 2021.	42

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Papel do Estado na garantia do direito humano à alimentação.....	7
Quadro 2. Papel do Estado na garantia do direito à alimentação escolar.	8
Quadro 3. Cursos e vagas oferecidos pelo CTUR para ingresso em 2021.	40
Quadro 4. Componentes curriculares do CTUR organizados em áreas, Seropédica, 2021....	80
Quadro 5. Quantitativo de discentes que solicitaram trancamento de matrícula no CTUR, Seropédica, 2020.	81

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Área construída do CTUR.	40
Figura 2. Distância entre o CTUR e o Restaurante Universitário.....	44
Figura 3. Local de realização de alguma refeição durante a permanência no CTUR, Seropédica, 2020.	46
Figura 4. Armazenamento da refeição trazida de casa até a hora do consumo pelos discentes do CTUR, Seropédica, 2020.....	47
Figura 5. Tipos de alimentos consumidos nas refeições durante o horário escolar no CTUR, Seropédica, 2020.....	47
Figura 6. Quiosque de convivência no CTUR (2020).....	48
Figura 7. Recebimento de algum tipo de transferência de renda do Governo brasileiro Federal pelas famílias dos discentes.	50
Figura 8. Distribuição dos alimentos do Banco de alimentos da Ceasa/RJ (CTUR, 2020c)...	53
Figura 9. Horta.	68
Figura 10. Produção animal.	69
Figura 11. Área de produção do CTUR.	70
Figura 12. Lanche compartilhado.	71
Figura 13. Aula prática de comida italiana, prato de entrada Brusqueta, 2019.	72
Figura 14. Prato principal Ragu de coelho na moranga, 2019.	73
Figura 15. Fruta Mangostão.	73
Figura 16. Abordagem de questões ligadas à alimentação, pelos docentes do CTUR em suas aulas, Seropédica, 2020.	75
Figura 17. Centro de convivência, 2020.	78
Figura 18. Consumo de frutas e hortaliças pelos docentes antes da pandemia, Seropédica, 2020.	83
Figura 19. Consumo de frutas e hortaliças pelos docentes durante a pandemia, Seropédica, 2020.	83
Figura 20. Feira da agricultura familiar no CTUR.....	84

LISTA DE SIGLAS

ABESO	Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica
ABRANDH	Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CAIC	Centro de Atenção Integral de Apoio à Criança
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CEASA/RJ	Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro
CME	Campanha de Merenda Escolar
CNA	Comissão Nacional de Alimentação
COMEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar
CONSEA-RJ	Conselho de Segurança Alimentar do Estado do Rio de Janeiro
COVID-19	Coronavirus Disease
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CTUR	Colégio Técnico da Universidade Rural
DAE	Divisão de Assuntos Estudantis
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EAN	Educação Alimentar e Nutricional
ECEs	Estudos Continuados Emergenciais
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAE	Fundação de Assistência ao Educando
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IZ	Instituto de Zootecnia
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MEC	Ministério da Educação

ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAN	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PNSAN	Programa Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PROAF	Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros
PROES	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PROPLADI	Pró-Reitoria de Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional
RU	Restaurante Universitário
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAPS	Serviço de Alimentação da Previdência Social
SARS-COV 2	Síndrome Respiratória Aguda Grave de Coronavírus 2
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SIPAC	Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos
SISAN	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
SIS	Síntese de Indicadores Sociais
SSAN	Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional
TCU	Tribunal de Contas da União
TRF2	Tribunal Regional Federal da 2ª Região
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO GERAL.....	1
1.1 Referências Bibliográficas	2
2 CAPÍTULO I REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	4
2.1 RESUMO	5
2.2 ABSTRACT	6
2.3 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL	7
2.4 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE	10
2.5 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – SAN	12
2.6 GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA	14
2.7 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL - EAN.....	16
2.8 POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	18
2.8.1 Políticas Públicas Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional.....	19
2.9 ALIMENTAÇÃO NA PANDEMIA.....	21
2.10 IMPACTOS DA PANDEMIA NA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO PNAE....	23
2.11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24
3 CAPÍTULO II A GESTÃO DOS RECURSOS DO PNAE E AS AÇÕES PARA A PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 PARA OS DISCENTES DO COLÉGIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE RURAL – CTUR	32
3.1 RESUMO	33
3.2 ABSTRACT	34
3.3 INTRODUÇÃO	35
3.4 MATERIAL E MÉTODOS	38
3.4.1 Universo da pesquisa.....	38
3.4.2 Coleta de dados	38
3.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	39
3.5.1 Contextualização do Colégio Técnico da Universidade Rural - CTUR.....	39
3.5.2 Assistência estudantil e o Programa Nacional de Alimentação Escolar no CTUR	41
3.5.3 Assistência Estudantil e o Programa Nacional de Alimentação Escolar no CTUR durante a pandemia	48
3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
3.7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	56
4 CAPÍTULO III.....	62
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO COTIDIANO ALIMENTAR DE DISCENTES E DOCENTES DO CTUR.....	62
4.1 RESUMO	63
4.2 ABSTRACT	64
4.3 INTRODUÇÃO	65
4.4 MATERIAL E MÉTODOS	67
4.4.1 Universo da Pesquisa	67
4.4.2 Coleta de dados	67
4.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	68
4.5.1 Área de produção no CTUR.....	68
4.5.2 Ações de Educação Alimentar e Nutricional no CTUR.....	70

4.5.3 As ações de EAN e os Estudos Continuados Emergenciais (ECEs).....	79
4.5.4 Cotidiano alimentar de discentes e docentes do CTUR durante a pandemia.....	82
4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
4.7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	86
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	90
APÊNDICES.....	92
A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.....	92
B - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.	93
C - Roteiro de entrevista com a administração superior da UFRRJ.....	94
D - Questionário Aplicado aos Discentes	95
E - Questionário Aplicado aos Docentes do CTUR	104
F - Trabalho Apresentado no IX Congresso Latino-Americano e XV Congresso Brasileiro de Higienistas de Alimentos 2019 e Publicado na Revista de Higiene Alimentar	109
G - Trabalho Apresentado no IX Congresso Latino-Americano e XV Congresso Brasileiro de Higienistas de Alimentos 2019 e Publicado na Revista de Higiene Alimentar	110
H- Trabalho apresentado no III Seminário Qualidade de Vida, Sustentabilidade e Economia Alternativa.....	111
I - Apresentação Oral do trabalho Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: Construindo Estratégias de Educação Alimentar e Nutricional no Colégio Técnico da Universidade Rural – CTUR no 1º Encontro de Estudantes de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ.....	112
J - Trabalho aprovado na International Conference on Sustainable Development – 2021....	113
K - Trabalho aprovado na International Conference on Sustainable Development – 2021....	114
L - Trabalho aprovado na VIII Reunião Anual de Iniciação Científica (RAIC 2020) - UFRRJ.....	115
M - Trabalho aprovado na VIII Reunião Anual de Iniciação Científica (RAIC 2020) - UFRRJ.....	116
N - Tutorial para pesquisa no Portal da Transparência do Governo Federal	117
ANEXOS.....	122
A - Parecer do Comitê de Ética sobre o Projeto de Pesquisa intitulado “Segurança alimentar: a intersetorialidade no Brasil”.....	122
B - Parecer do Comitê de Ética sobre o Projeto de Pesquisa intitulado “Análise da relação entre hábitos alimentares de alunos do CTUR e preparação das aulas de A & B fatores socioeconômicos”.	123
C - Ata da Reunião da Reunião Administrativa do CTUR	124

1 INTRODUÇÃO GERAL

A alimentação é um direito humano e social, garantido pela Constituição Federal do Brasil e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos. No entanto, relatórios da Organização das Nações Unidas para Alimentação Agricultura – FAO, sobre a segurança alimentar no mundo, mostram que esse direito não é garantido a todos, pois as estimativas atuais apontam que quase 690 milhões de pessoas estão passando fome em todo o mundo. Cerca de 2 bilhões de pessoas foram afetadas pela insegurança alimentar, que varia de moderada a grave, em todo o mundo durante o ano de 2019, ou seja, essas pessoas não tiveram acesso regular a alimentos seguros, nutritivos e suficientes. A pandemia da Covid-19 agravou a questão da insegurança alimentar no território nacional, de acordo com pesquisa realizada pela Rede PENSSAN, 116,8 milhões de brasileiros convivem com algum grau de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave) e 19 milhões convivem ou enfrentam a fome (FAO, 2019, 2020; REDE PENSSAN, 2021).

Dentre os fatores que afetam a segurança alimentar estão o acesso regular e suficiente a alimentos nutritivos, o crescimento de conflitos e a instabilidade econômica, as mudanças climáticas e a crescente variabilidade do clima que geram fenômenos extremos e impactam na produção de alimentos e nos recursos naturais. Outro fator que influencia a segurança alimentar é o sócio econômico, que gera a má distribuição de renda e, como consequência, ocasiona o acesso escasso aos alimentos, causando fome (FAO, 2019, 2020; NASCIMENTO, 2018).

No Brasil, a Pesquisa de Orçamento Familiar – POF 2017-2018, indicou que a fome esteve presente em 3,1 milhões de domicílios brasileiros no período pesquisado e atingiu não somente os adultos, mas também crianças e adolescentes. Esses domicílios foram atingidos pela forma mais severa de insegurança alimentar, o que indica que houve uma redução quantitativa de acesso aos alimentos, sendo a fome uma realidade vivida por essas famílias (IBGE, 2020).

Outro agravante da insegurança alimentar é a pandemia da Covid-19, que foi decretada no Brasil em março de 2020. De acordo com a FAO (2020), a pandemia pode adicionar entre 83 e 132 milhões de pessoas ao número total de desnutridos no mundo. A pandemia também pode afetar o estado nutricional dos grupos mais vulneráveis da população, mas não pode ser responsabilizada sozinha pelo agravamento da fome, da desnutrição e insegurança alimentar, pois este agravamento é decorrente da soma das desigualdades não superadas, do desmonte de políticas públicas sociais inclusivas e promotoras da segurança alimentar e nutricional, diante dos impactos da pandemia (RIBEIRO-SILVA *et al.*, 2020).

A política pública de alimentação e nutrição mais importante e há mais tempo em andamento no Brasil, para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, é o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. A alimentação escolar também é um direito humano e social garantido pela Constituição Federal a toda criança e adolescente da educação básica. O PNAE tem como objetivo atender as necessidades nutricionais de escolares durante sua permanência na escola, fornecendo uma alimentação de qualidade e nutritiva, contribuir para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes e promover a formação de hábitos alimentares saudáveis por meio da Educação Alimentar e Nutricional - EAN. Nesse sentido, ressalta-se a importância da escola na promoção de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2009).

Diante do exposto, justifica-se a escolha do objeto de estudo, pela importância das políticas públicas para a garantia da Soberania, Segurança Alimentar e Nutricional - SSAN, em especial o PNAE, por ser uma ferramenta de garantia de permanência do discente na escola e melhoria do rendimento escolar e formação de hábitos alimentares saudáveis. E por entender

que a falta de estudos e entraves burocráticos, dificultam a implementação do programa no CTUR, e assim, deixam de contemplar os discentes com a alimentação escolar.

Sendo a alimentação um direito humano e social e tendo sido contemplado na Constituição Federal de 1988 por meio da Emenda Constitucional nº 64 de 2010 (BRASIL, 2010), o presente trabalho tem por objetivo contribuir para estratégias de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional - SSAN no Colégio Técnico da Universidade Rural - CTUR, analisar o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, as ações de Educação Alimentar e Nutricional - EAN e as dificuldades enfrentadas pelos estudantes do Colégio Técnico da Universidade Rural para terem acesso a alimentação escolar, inclusive durante a pandemia da Covid-19.

Essa dissertação está organizada em três capítulos redigidos em formato de artigos com a finalidade de serem publicados, pois já foram submetidos à publicação. O primeiro capítulo é uma revisão bibliográfica, que diz respeito aos principais eixos temáticos da pesquisa, a saber, a alimentação escolar, o PNAE, a segurança alimentar e nutricional, o Guia Alimentar para a População Brasileira, a educação alimentar e nutricional e políticas públicas e aborda os principais impactos da pandemia na distribuição dos recursos do PNAE. No segundo capítulo, foi abordada a gestão dos recursos do PNAE e as ações para a promoção da segurança alimentar durante a pandemia da Covid-19 para os discentes do Colégio Técnico da Universidade Rural – CTUR. E o terceiro capítulo retrata a promoção da Educação Alimentar e Nutricional - EAN no CTUR.

1.1 Referências Bibliográficas

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 64**. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. Diário Oficial da União, Brasília-DF, 2010. Disponível

em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc64.htm>. Acesso em: 1 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos discentes da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2009.

FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. 2019. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2019**. Protegerse frente a la desaceleración y el debilitamiento de la economía. Roma, FAO. 232p. 2019.

FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. 2020. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2020**. Transformación de los sistemas alimentarios para que promuevan dietas asequibles y saludables. Roma, FAO. 316p. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave**. 2020. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave>> Acesso em: 07 de out. de 2020.

NASCIMENTO, S. P. **Desperdício de alimentos: fator de insegurança alimentar e nutricional.** *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 25, n. 1, p. 85-91, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8649917/17978>> Acesso em: 01 mai. 2018.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR - REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid -19 no Brasil.** 66p. 2021. Disponível em: <<http://olheparaafome.com.br>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

RIBEIRO-SILVA, R. C.; PEREIRA, M.; CAMPELLO, T.; ARAGÃO, É.; GUIMARÃES, J. M. M.; FERREIRA, A. J. F.; BARRETO, M. L.; SANTOS, M. C. S. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000903421&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 mar. 2021.

2 CAPÍTULO I

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 RESUMO

Este capítulo apresenta a revisão bibliográfica sobre a Alimentação Escolar no Brasil, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, a Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, o Guia Alimentar para a População Brasileira, a Educação Alimentar e Nutricional - EAN, as Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, as Políticas Públicas Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional, a Alimentação na Pandemia e, tem como finalidade apresentar um referencial sobre a garantia de acesso à alimentação, por meio de políticas públicas, em especial aos ambientes escolares. A alimentação escolar percorreu um longo caminho até se tornar a política pública mais antiga na área de segurança alimentar e nutricional no Brasil, conhecida hoje como PNAE, que além de ser reconhecido internacionalmente como um programa importante de política pública na garantia da segurança alimentar e nutricional, é também importante na promoção de hábitos alimentares saudáveis, assim como a EAN e o Guia alimentar. As políticas públicas na área de segurança alimentar e nutricional criadas ao longo das últimas décadas tiveram papel importante para a saída do Brasil do Mapa da Fome em 2014 e, em conjunto com outras políticas públicas, contribuíram para que grande parte da população brasileira em situação de vulnerabilidade tivesse acesso à alimentação durante a pandemia da Covid-19.

Palavras-chave: Alimentação Escolar. Segurança Alimentar e Nutricional. Políticas Públicas.

2.2 ABSTRACT

This chapter presents a bibliographic review on School Feeding in Brazil, the National School Feeding Program, Food and Nutrition Security, the Food Guide for the Brazilian population, Food and Nutrition Education, Food Security Policies and Nutritional, the Intersectoral Public Policies of Food and Nutritional Security, Food in Pandemic, and aims to present a reference on the guarantee of access to food, through public policies, especially for school children. School feeding has come a long way until it has become the oldest public policy in the area of food and nutritional security in Brazil, known today as the National School Feeding Program. The National School Feeding Program, in addition to a program internationally recognized as an important public policy in guaranteeing food and nutritional security, is also important in promoting healthy eating habits, as well as the Food and Nutrition Education and the Food Guide. Public policies in the area of food and nutritional security created over the past decades played an important role in Brazil's exit from the Hunger Map in 2014 and, together with other public policies, contributed to a large part of the Brazilian population in a situation of vulnerability. access to food during the Covid-19 pandemic.

Keywords: School Feeding. Food and nutrition security. Public policies.

2.3 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

Antes de conhecer o histórico da alimentação escolar no Brasil, é preciso conceituar o que é a alimentação. A alimentação, além de satisfazer as necessidades físicas do ser humano, também integra o conjunto de direitos sociais, que garantem a proteção social da população brasileira. De acordo com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA¹

A alimentação adequada e saudável é a realização de um direito humano básico, com a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada aos aspectos biológicos e sociais dos indivíduos, de acordo com o ciclo de vida e as necessidades alimentares especiais, considerando e adequando quando necessário o referencial tradicional local (CONSEA, 2007, p. 31).

Segundo a definição do CONSEA, a alimentação é um direito, sendo assim, o Estado possui importante papel na sua garantia, e encontramos aparato legal para afirmar e regulamentar esse papel no cumprimento da efetividade desse direito, conforme Quadro 1 (HIRATA *et al.*, 2017).

Quadro 1. Papel do Estado na garantia do direito humano à alimentação (continua).

Respaldo legal	Descrição
Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, artigo 25º	Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe e à sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação , vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e, direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle.
Constituição Federal de 1988, artigo 6º	São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação , o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.
Constituição Federal de 1988, artigo 208º	O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.
Constituição Federal de 1988, artigo 212º	§ 4º – Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208º, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

¹ O CONSEA foi suspenso pela Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, convertida na Lei nº 13.844 de 18 de junho de 2019. Tal medida impacta diretamente o direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2019).

Quadro 2. Continuação.

Respaldo legal	Descrição
Constituição Federal de 1988, artigo 227º	É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação , à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Fonte: Adaptado pela autora com base em Brasil (1988) e ONU (1948) – Grifo da autora.

Além de ser um direito social de todo ser humano, a alimentação, como visto no artigo 208º da Constituição Federal de 1988, é também direito do educando. Dessa forma, a alimentação também possui respaldo legal no âmbito escolar, conforme Quadro 2.

Quadro 3. Papel do Estado na garantia do direito à alimentação escolar.

Respaldo legal	Descrição
Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009	Art. 3º - A alimentação escolar é direito dos discentes da educação básica pública e dever do Estado e será promovida e incentivada com vistas no atendimento das diretrizes estabelecidas nesta Lei.
Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996	Art. 4º - O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: VIII - atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

Fonte: Adaptado pela autora com base em Brasil (2009;1996) – Grifo da autora.

No Brasil, a alimentação escolar é ofertada aos estudantes da educação básica da rede pública de ensino, de forma gratuita, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Importante destacar que a educação básica é compreendida por educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos, ofertados em instituições públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias que possuem convênio com o poder público (FNDE, 2017a).

No entanto, seu início foi no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). O SAPS foi criado durante o governo Vargas por meio do Decreto-Lei 2478-5, de 05 de agosto de 1940, e tinha como objetivo a melhoria da alimentação da população brasileira, mais especificamente dos trabalhadores, tanto que era subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e apenas os trabalhadores vinculados a esse órgão tinham acesso às refeições servidas (FOGAGNOLI, 2017).

O SAPS oferecia aos trabalhadores refeições elaboradas para suprirem suas carências nutricionais, por um preço modesto, de maneira que grande parcela dos trabalhadores tivesse uma alimentação dentro dos padrões nutricionais daquela época. Em 1942, foi implantado o desjejum escolar, uma refeição matinal oferecida gratuitamente aos escolares, filhos dos funcionários associados ao Ministério do Trabalho (FOGAGNOLI, 2017).

Em 1954, a Comissão Nacional de Alimentação (CNA) criou o Programa Nacional de Merenda Escolar. Reconhece-se que a prática da alimentação escolar já acontecia em algumas escolas espalhadas pelo Brasil, mas a criação do programa partiu da necessidade de estender e uniformizar esse fornecimento para todo o país de forma igualitária, assim como fornecer assistência técnica e financeira (PEIXINHO, 2013).

Contudo, apesar da década de 50 ser marcada pela criação de um programa específico para a alimentação escolar, o governo não possuía recursos suficientes para atender todas as escolas. O Brasil contava com a doação de recursos de organismos internacionais como a Fundação das Nações Unidas para a Infância - UNICEF e da doação de alimentos dos Estados Unidos, devido a sua grande produção de alimentos. Como não era possível alimentar todas as crianças que frequentavam as escolas, o governo federal optou por oferecer alimentação escolar às crianças com maior índice de desnutrição, começando onde a alimentação era escassa, no caso, no Nordeste (BRASIL, 2013; DIAS e ESCOUTO, 2016).

Em março de 1955, Juscelino Kubitschek de Oliveira, presidente da república da época, assinou o Decreto nº 37.106, que criou a Campanha da Merenda Escolar (CME), que após algumas modificações na nomenclatura, foi denominado em 1979 como é conhecido atualmente, Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (NASCIMENTO, 2011).

A partir de 1960, com a diminuição das doações, o governo brasileiro percebeu a necessidade de manter a alimentação escolar com recursos próprios, passando então a comprar alimentos brasileiros para esta finalidade. Logo, a década de 70 é marcada pela participação prioritária de gêneros alimentícios brasileiros, o que colaborou no fortalecimento de empresas nacionais (DIAS e ESCOUTO, 2016).

A criação do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAN em 1972 tinha, dentre outras propostas, o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição – PRONAN, que apresentava como público alvo gestantes, nutrizes e crianças até os setes anos de idade na população de baixa renda e os escolares de sete a 14 anos. O PRONAN atuou em dois períodos diferentes, o PRONAN I de 1973 a 1974, e o PRONAN II de 1976 a 1979. O PRONAN II foi muito importante, pois ofereceu o primeiro modelo de uma política nacional que incluía a suplementação alimentar, o apoio ao pequeno produtor rural, o combate às carências específicas, alimentação do trabalhador e apoio a pesquisas e capacitação (PEIXINHO, 2013).

Nessa fase, a alimentação escolar passa a chamar-se, como conhecemos hoje, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Inicialmente, era dirigido pela extinta Fundação de Assistência ao Educando – FAE, ligado ao Ministério da Educação e Cultura - MEC, com a proposta de distribuir alimentos aos discentes do ensino fundamental – sete a 14 anos, matriculados em escolas públicas ou nas que são mantidas por organizações filantrópicas (BRASIL, 2013).

2.4 O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma estratégia para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), cujas ações devem se nortear pelos princípios da alimentação saudável discutidos no Guia Alimentar para a População Brasileira. No Brasil, é o programa social há mais tempo vigente na área de segurança alimentar. E no âmbito legal, a Carta Magna reconhece a alimentação escolar como fundamental aos discentes, sem discriminação, sendo um direito de todos (NEVES, 2018; SOUSA, 2013).

Através de ações de educação alimentar e nutricional e oferta de refeições que cubram as necessidades nutricionais dos discentes durante o período letivo, o PNAE, tem como objetivo a contribuição para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos discentes (BRASIL, 2009; FNDE, 2014).

De acordo com a Lei nº 11.947/2009, para a execução no PNAE, além do objetivo, existem as diretrizes da alimentação escolar, que são: o emprego da alimentação saudável e adequada, a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, a universalidade do atendimento, a participação da comunidade no controle social, o apoio ao desenvolvimento sustentável, o direito à alimentação escolar e a segurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2009; FNDE, 2014; HIRATA *et al.*, 2017).

O PNAE possui bases legais que o regulamentam, como a Constituição Federal de 1988, o que ampliou o atendimento feito pelo programa. Além do ensino fundamental, as crianças da educação infantil e creche também passaram a ter direito à alimentação escolar. O programa passou a ser administrado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, autarquia vinculada ao MEC, e o próprio órgão comprava e distribuía os alimentos. De 1993 a 1998, houve a descentralização do programa, ficando as unidades escolares responsáveis pela gestão dos recursos (BRASIL, 2013).

Em 1994, por meio da Lei nº 8.913/94, aconteceu a descentralização dos recursos utilizados na execução do programa. Foram celebrados convênios com os municípios, envolvendo as Secretarias de Educação Estaduais e do Distrito Federal, as quais foi delegado competência para atender aos discentes matriculados na rede pública estadual e da rede pública municipal das prefeituras que não aderiram à descentralização. Em 1998, a descentralização é consolidada através da medida provisória nº 1.784/98, onde o repasse direto aos municípios e Secretarias de Educação ocorre por meio de transferência automática, sem a necessidade de convênios, proporcionando agilidade ao processo (FNDE, 2017b).

A execução financeira é realizada através de repasse financeiro do governo federal aos estados, municípios e escolas federais. Os repasses possuem caráter suplementar, ou seja, os entes complementam com recursos próprios a viabilização da alimentação escolar aos discentes. Para ter acesso aos recursos, a escola precisa estar cadastrada no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), pois o valor repassado é calculado com base nos dias letivos e quantitativo de discentes (FNDE, 2017a).

O FNDE realiza o monitoramento periódico permanente *in loco* da execução do PNAE, com a finalidade de, de acordo com a resolução nº 6 de 2020, realizar o levantamento de dados, a análise e sistematização de informações e verificação do andamento da execução que visa corrigir possíveis distorções, aprimorar a gestão e subsidiar a sua avaliação. As unidades escolares visitadas são escolhidas por amostragem nas Entidades Executoras – EExs (estados, Distrito Federal e municípios), de acordo com critérios de seleção de indicativos de gestão

positiva e negativa do programa. Para o monitoramento é utilizado um aplicativo denominado PNAE Monitora, que facilita e otimiza o monitoramento e a geração dos resultados e, o aplicativo e-PNAE que permite o controle social do PNAE por toda sociedade (FNDE, 2020a; 2020b).

Ao longo dos anos, muitos avanços foram conquistados, como a instituição do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento na execução do programa. A exigência do nutricionista como responsável técnico pelo programa e em 2009, com a sanção da Lei nº 11.947, que trouxe avanços ao PNAE estendendo sua execução para toda rede pública de educação básica, garantindo aquisição de produtos da agricultura familiar, dentre outras conquistas (FNDE, 2017a).

O PNAE é o maior programa de alimentação escolar no mundo e o único que atende 100% dos discentes das escolas públicas, servindo mais de 50 milhões de refeições por dia. O programa tornou-se uma referência mundial, por meio da Agência Brasileira de Cooperação e tem acordos de cooperação com diversos países da América Latina, Caribe, África e Ásia (FNDE, 2017c).

2.5 SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – SAN

A Segurança Alimentar e Nutricional – SAN consiste em um conjunto de ações que devem ser desenvolvidas de forma participativa e intersetorial e, visam o direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade. Esse acesso deve ser em quantidade suficiente e não deve comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. As práticas alimentares devem ser baseadas na promoção da saúde e respeitar a diversidade cultural e serem sustentáveis no âmbito ambiental, cultural, econômico e social (BRASIL, 2006; CONSEA, 2017; NEVES, 2018).

O conceito de SAN está em constante construção - sendo o marco no Brasil a homologação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN, em 2006, que definiu o conceito utilizado nos dias atuais, pois a questão alimentar engloba diversos interesses e aspectos, como os sociais, culturais, políticos e econômicos. Por isso, no contexto brasileiro, o conceito de SAN descrito acima, não ocorreu de forma rápida, tranquila e consensual, assim como as políticas públicas desta área. No Brasil, o percurso até chegar às definições atuais foi cercado por discussões, confrontos, pesquisas e experiências. Assim, coexistem compreensões distintas sobre SAN e que influenciam as ações desenvolvidas nessa área. E, estando a humanidade em constante evolução, o conceito também evolui, uma vez que também ocorrem modificações na organização social e nas relações de poder (AMARAL e BASSO, 2016; LEÃO, 2013).

O termo surgiu na Europa durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), vinculado à questão da capacidade de cada país produzir sua própria alimentação e segurança nacional, para não ficar vulnerável a possíveis boicotes políticos ou militares. A partir da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o conceito ganha força e adquire uma perspectiva internacional, especialmente com a constituição da Organização das Nações Unidas – ONU e da Organização das Nações Unidas para Alimentação Agricultura – FAO, que entendem como um direito humano o acesso a um alimento de qualidade (ABRANDH, 2013; NEVES, 2018).

Ao final da Segunda Grande Guerra, a segurança alimentar passou a ser tratada como uma questão de muita importância, compreendeu-se que a indisponibilidade de alimentos para a população é uma questão grave, que fere um direito humano. No Brasil, chegou um pouco mais tarde, assim como a compreensão de que o problema não era a produção, mas sim o acesso (ABRANDH, 2013).

O Brasil é um país caracterizado por grandes desigualdades sociais desde o início da sua independência política, com instituições governamentais e econômicas que promovem privilégios a uma pequena parte da população, enquanto a maior parte da população é excluída. A sociedade brasileira era composta por segmentos, com hierarquização racial e geográfica. Sendo os brancos, habitantes da parte sul do Brasil, considerados superiores aos negros e nordestinos. Em decorrência dessas desigualdades, se tem como consequência a fome e a miséria (PINTO, 2014).

No início do século XX, as taxas de mortalidade infantil e desnutrição eram altas, no entanto, esses e os demais problemas sociais eram invisíveis aos olhos dos governantes em virtude da grande dispersão demográfica (a maioria da população morava no campo) e aos poucos meios de comunicação. A partir de 1930, o combate à fome e a pobreza entram na linha de visão do Estado brasileiro. Nesse cenário, surge o médico Josué de Castro que, ao mapear a geografia da fome no Brasil, identificou que a concentração de riquezas e oportunidades de inclusão produtiva era a geradora da extrema pobreza no Brasil e sugeriu a criação de políticas públicas de igualdade social (PINTO, 2014).

Apesar de desde 1930 existir a preocupação com a desnutrição e a fome, o termo segurança alimentar no Brasil somente surge na década de 1980, mesmo que anteriormente tenham ocorrido estratégias de combate à fome no Brasil, como a criação de restaurantes populares com a oferta de alimentos básicos no meio urbano, por meio do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Percebe-se, dessa forma, que uma das primeiras estratégias de segurança alimentar e nutricional priorizou os indivíduos que possuíam um trabalho formal (AMARAL e BASSO, 2016; PINTO, 2014).

Ao longo dos anos, importantes discussões aconteceram em prol da segurança alimentar e nutricional, como a Conferência Internacional de Nutrição, realizada em Roma, em 1992, pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde (OMS); a Cúpula Mundial da Alimentação, organizada pela FAO e realizada em Roma, em 1996 e a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, realizada em 1986, onde surge o primeiro conceito de segurança alimentar e que foi consolidado na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, em 1994.

Por segurança alimentar entende-se um conjunto de princípios, políticas, medidas e instrumentos que assegurem permanentemente o acesso de todos os habitantes em território brasileiro aos alimentos, a preços adequados, em quantidade e qualidade necessárias para satisfazer as exigências nutricionais para uma vida digna e saudável bem como os demais direitos da cidadania (CONSEA, 1995, p.134).

Nesse percurso, em 1993 é instituído o Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA, ambiente institucional voltado para o controle social e com a participação da sociedade na formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas na área de segurança alimentar e nutricional, visando a promoção da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (SILVA, 2014).

Em 2006, com a homologação da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN, o Brasil passou a desenvolver políticas de garantia de SAN. O Direito Humano à Alimentação Adequada e a soberania alimentar² passam a ter sua importância reconhecida. A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, criada em 2010, visando o atendimento universal dos direitos sociais, integra as políticas e programas sociais (BRASIL, 2006, 2010; NEVES, 2018).

No ano de 2006, também foi publicada a primeira versão do Guia Alimentar para a População Brasileira, que foi reformulado após passar por consulta pública e em 2014 uma nova versão foi disponibilizada. O Guia é uma importante ferramenta de apoio para ações de educação alimentar e nutricional, para o desenvolvimento de estratégias de promoção e realização do direito humano à alimentação adequada (BRASIL, 2014a).

² A soberania alimentar representa a autonomia dos povos em definir suas próprias políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos, respeitando a cultura e os hábitos de cada comunidade, de forma a garantir o direito à alimentação para toda a sua população e uma menor dependência do mercado exterior (BOSQUILIA e PIPITONE, 2019).

2.6 GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA

O Guia Alimentar constitui as primeiras diretrizes alimentares oficiais para população brasileira, abordando princípios e recomendações para uma alimentação adequada e saudável. As transformações sociais ocorridas no Brasil transformaram o modo de vida, impactando diretamente a saúde e nutrição da sociedade, reduziu-se a desnutrição, no entanto, houve aumento dos casos de sobrepeso e obesidade. Dessa forma, o Guia Alimentar tem por objetivo contribuir e orientar para práticas alimentares que promovam a saúde e previnam doenças relacionadas à alimentação (BRASIL, 2014a; VERLY JUNIOR *et al.*, 2013).

Verly Junior *et al.* (2013), em seu estudo sobre a adesão ao Guia Alimentar para População Brasileira, identificaram um consumo habitual insuficiente para frutas e sucos naturais, cereais, tubérculos, raízes e derivados, e leite e derivados, de acordo com a recomendação do Guia Alimentar e um elevado consumo (acima do recomendado) de óleos, de gorduras, de sementes oleaginosas, de açúcares e doces. Concluindo que a população estudada não atinge as recomendações dos grupos de alimentos relacionados à prevenção de doenças.

É importante destacar que, no estudo acima, não foi possível identificar a justificativa para a não adesão ao Guia Alimentar. No entanto, sabe-se que a variação no consumo de alimentos está ligada à renda. De acordo com a Lei de Engel, baseada em estudos de orçamentos familiares, a proporção da renda gasta com alimentos diminui à medida que a renda cresce (HOFFMANN, 2007).

A Pesquisa de Orçamento Familiar – POF de 2017-2018, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, divulgada em 2019, identificou no item de despesas com alimentação que as famílias com rendimentos mais baixos, de até R\$ 1.908,00 (Um mil e novecentos e oito reais), gastam em média 22,0% da renda com alimentação, enquanto as famílias com rendimentos mais altos, acima de R\$ 23.850,00 (Vinte e três mil e oitocentos e cinquenta reais), gastam em média 7,5% (IBGE, 2019a).

De acordo com a POF de 2017-2018, sobre a análise do consumo domiciliar no Brasil, as maiores médias de consumo anual *per capita* ocorreram para bebidas não alcoólicas (42,723 kg/ano), leite (25,808 kg/ano) e arroz (19,763 kg/ano). Entre 2002 e 2018, diminuiu o consumo de arroz e feijão e aumentou o consumo de ovos, assim como o consumo de alimentos ultraprocessados aumentou e o de alimentos *in natura* diminuiu (IBGE, 2019a).

Os alimentos mais consumidos fora do domicílio identificados pela pesquisa foram cerveja, salgados fritos e assados e salgadinhos industrializados. Esses alimentos são considerados processados ou ultraprocessados³. O Guia Alimentar preconiza o consumo da comida de verdade, que são os alimentos *in natura* e minimamente processados, pois traz benefícios à saúde humana, respeitam a cultura local, o meio ambiente e os agricultores familiares (BRASIL, 2014a; IBGE, 2011; MONTEIRO, 2019).

Os adolescentes são os maiores consumidores de alimentos processados ou ultraprocessados como refrigerantes, sucos e refrescos, bebida láctea, biscoito recheado e sanduíches. Estudos apontam um aumento dos casos de obesidade e diabetes, assim como a evolução de doenças crônicas relacionadas ao consumo exagerado de calorias e o desequilíbrio nutricional da alimentação, como hipertensão e doenças do coração, que acometem pessoas de variadas idades, como crianças e adolescentes (IBGE, 2011; BRASIL, 2014a).

³ São considerados alimentos processados, aqueles fabricados pela indústria com adição de sal ou açúcar, ou alguma outra substância de uso culinário, a alimentos *in natura* para que possuam um paladar mais agradável e uma vida de prateleira longa. São exemplos as conservas e frutas em calda. Os alimentos ultraprocessados, como os biscoitos recheados e os sorvetes, são formulações industriais feitas, inteiramente ou em maior parte, de substâncias extraídas de alimentos (BRASIL, 2014a).

A indústria alimentícia dos ultraprocessados veiculam seus produtos na televisão e pelas redes sociais por meio de comerciais, dirigindo seus anúncios em grande parte às crianças e adolescentes, grandes utilizadores desses canais de divulgação, estimulando o consumo diário de biscoitos, cereais matinais, refrigerantes, sucos adoçados e refrescos em pó, por exemplo. Esses anúncios levam o indivíduo a acreditar que o consumo desses alimentos a tornarão mais feliz, saudável e socialmente aceito (BRASIL, 2014a)⁴.

Os produtos ultraprocessados contêm grandes quantidades de ingredientes nocivos à saúde, como aditivos alimentares, sal e açúcar. Além dos ingredientes descritos anteriormente, uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC, identificou a presença de resíduos agrotóxicos nos ultraprocessados. Foram analisados 27 produtos, dentre refrigerantes, néctares, bebidas de soja, cereais matinais, salgadinhos, biscoitos de água e sal, biscoitos recheados e pães de trigo. Do total de produtos analisados, 16 apresentaram pelos menos um tipo de agrotóxico, 14 produtos apresentaram resíduos de glifosato ou glufosinato. E na análise dos produtos que tinham como ingrediente o trigo, todos continham agrotóxico (IDEC, 2021).

Desde 2014 está em vigor a Resolução de nº 163, que dispõe sobre a abusividade do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à criança e ao adolescente. Tal medida se fez necessária para proteger crianças e adolescentes da persuasão para o consumo de produtos ou serviços através de práticas de publicidade e de comunicação. Sendo vedado aos meios de comunicação, por exemplo, induzir sentimento de inferioridade no adolescente caso este não consuma determinado serviço ou produto (BRASIL, 2014b).

O Guia Alimentar destaca algumas ações importantes a serem realizadas para o incentivo do consumo alimentar saudável, tais como comer em companhia, pois é uma oportunidade de cultivar e fortalecer laços, bem como a valorização da importância das refeições e o envolvimento de toda a família no planejamento das refeições, porque a inclusão das crianças e adolescentes nessa atividade faz com que eles conheçam os alimentos, proporcionando assim a aquisição de bons hábitos alimentares (BRASIL, 2014a).

⁴ O Guia alimentar para a população brasileira tem sido divulgado também por diversos meios de comunicação, inclusive em comerciais de televisão no Brasil, desde junho de 2021, por iniciativa e apoio do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC.

2.7 EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL - EAN

O resgate histórico da Educação Alimentar e Nutricional no Brasil, destaca três marcos: o mito da ignorância (1940-1960), o acesso à alimentação (1970-1980) e o acesso à informação (1990-2010). No período de 1940 a 1960, a EAN esteve fundamentada no mito da ignorância, pois a falta de conhecimento era considerada o fator determinante para a fome e a desnutrição da população de baixa renda. Nesse período, foram desenvolvidas práticas educativas e instrumentos que possibilitaram a mudança de hábitos alimentares, com a introdução de novos alimentos, visando a mudança do comportamento alimentar da população pobre (NETO, 2013; SANTOS, 2010, 2012).

A partir da década de 70, ocorreu uma mudança, o problema não estava mais no comportamento alimentar e sim no acesso à alimentação. A renda, então, se tornou o maior obstáculo para a população ter uma alimentação adequada e saudável. A suplementação alimentar passou a guiar as políticas públicas, que vinham recebendo duras críticas por estar ensinando o pobre a comer alimentos de baixo valor nutricional (SANTOS, 2010; VALENTIM, 2016).

Em meados da década de 1980, com o acesso à informação, concebeu-se a alimentação como um direito humano, que a EAN deveria atingir a todos e não somente grupos biológica ou socialmente vulneráveis. Nesse período, o objetivo era de que os indivíduos, a partir das informações adquiridas, pudessem tomar decisões a respeito da sua alimentação, prevenindo assim problemas nutricionais. A EAN assumiu uma postura política, colocando-se à disposição das classes populares contra a exploração política causadora da fome e desnutrição. Além de adotar os princípios da pedagogia crítica, deixando de lado a metodologia pré-moldada e neutra (SANTOS, 2010; VALENTIM, 2016).

Até os anos 1990 a EAN não era valorizada como disciplina e como estratégia de política pública. Somente quando pesquisas científicas relacionaram o aumento de doenças crônicas degenerativas com os hábitos alimentares é que consideraram a educação como meio de transformação. As causas de maior mortalidade no mundo estão associadas com alimentação inadequada, ausência de práticas de exercícios físicos e um estilo de vida pouco saudável, com uma rotina estressante, sem o cuidado pessoal e com o meio ambiente (RAMOS *et al.*, 2013; RODRIGUES e RONCADA, 2008).

Apesar de, a partir dos anos 90, considerarem a educação como mecanismo de transformação, somente em 2018 a EAN foi incluída como tema transversal, pela Lei nº 13.666 de maio 2018, devendo os currículos dos ensinos fundamental e médio incluir a educação alimentar e nutricional nas disciplinas de ciências e biologia, respectivamente (BRASIL, 2018).

A industrialização da alimentação, onde não se consome um alimento e sim um produto alimentar, tem causado a maioria dos problemas socioambientais e de saúde. A sociedade moderna se alimenta de forma insustentável, tanto com relação à saúde quanto à conservação ambiental. A vida corrida e a busca pela praticidade levam ao consumo de alimentos de origem desconhecida, totalmente descaracterizados e muitas vezes nocivos à saúde e ao ambiente (RODRIGUES e RONCADA, 2008).

De acordo com Santos (2012), apesar da EAN ser reconhecida com o passar dos anos como uma estratégia para a promoção da saúde e da alimentação saudável, existem poucas referências teóricas, metodológicas e operacionais para nortear as políticas públicas.

Ou seja, paradoxalmente, a “educação alimentar e nutricional está em todos os lugares e, ao mesmo tempo, em lugar nenhum”. Parece haver consenso que os reconhecidos avanços nos discursos sobre o tema não têm refletido na mesma medida em avanços nas práticas cotidianas desenvolvidas pelos profissionais no campo da educação

alimentar e nutricional. Lembrando a frase de Paulo Freire, do livro *Pedagogia do Oprimido*, “de nada adianta o discurso competente se a ação pedagógica é impermeável a mudanças” (SANTOS, 2012, p.454).

A partir do acesso à informação e reconhecimento da EAN como uma estratégia na promoção da saúde e hábitos alimentares saudáveis, a EAN foi inserida no contexto das políticas públicas. Sendo inserida em programas governamentais como a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) (VALENTIM, 2016).

Em 2003, começou a se desenvolver um quadro mais favorável, com experiências de EAN em diferentes espaços, inclusive nas escolas por meio do PNAE. Estas mudanças estão baseadas em leis, documentos normativos e experiências em políticas públicas. Em 2012, foi publicado o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas, em 2014 o Guia Alimentar para a População Brasileira e a Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade, esses documentos são referências norteadoras para a EAN (BEZERRA, 2018).

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, possui algumas atividades relacionadas a EAN em virtude de realizar a gestão do PNAE. A partir de 2015, incluiu livros didáticos que dialogavam com a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar, lançou em 2017 a Jornada de Educação Alimentar e Nutricional, que ocorre anualmente, esteve em 2019 na sua terceira edição. Em 2019, foram tratados os seguintes temas: merendeira como agente transformadora da alimentação escolar, sustentabilidade na alimentação escolar, imagem corporal e *bullying*⁵ e, o movimento “Mais comida de verdade resulta em saúde” (FNDE, 2019).

Resultados da pesquisa de Webber *et al.* (2010), ao realizarem um estudo com consumidores de baixa renda nos Estados Unidos da América, revelaram que os comércios varejistas de frutas e hortaliças são importantes locais para veiculação de informações sobre educação alimentar ao consumidor, uma vez que uma das demandas dos entrevistados para escolha do estabelecimento é a relação que eles têm com os estabelecimentos. É importante investir em ações educativas que ampliem o campo de conhecimento dos indivíduos, como meio de oferecer condições para que haja consumo saudável, consciente e sustentável.

⁵ Intimidação sistemática denominada *bullying*, é todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas (BRASIL, 2015a).

2.8 POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

De acordo com a FAO (2019), há três anos a fome mundial não diminuiu, aproximadamente 820 milhões de pessoas não têm acesso suficiente a alimentos, e ao mesmo tempo, o sobrepeso e a obesidade continuam aumentando. O relatório de 2017 identificou três fatores para o aumento da fome, que foram: conflitos, clima e desaceleração econômica. O relatório deste ano dá ênfase ao papel da desaceleração da economia e da segurança alimentar e nutricional.

A desaceleração e diminuição da economia, ocasiona a má distribuição de renda e leva ao crescimento da fome. O continente africano apresenta as maiores taxas de fome no mundo, sendo a situação mundial mais alarmante, em torno de 256,1 milhão de pessoas com fome. Na América Latina e Caribe, a fome atinge 42,5 milhões de pessoas (FAO, 2019).

Em 2014, o Brasil saiu do Mapa da Fome, pois ao longo das últimas décadas, políticas públicas de segurança alimentar e nutricional foram criadas, como a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN e a Lei nº 11.346, sancionada em 2006, que determina que a alimentação adequada é direito fundamental do ser humano. A LOSAN estabeleceu também as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN (BRASIL, 2006; FAO, 2014).

Visando a promoção do acesso à alimentação e o incentivo à agricultura familiar, em 2003, foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, no âmbito do Programa Fome Zero, o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos – PAA, que foi regulamentado por diversos decretos, estando em vigência o decreto nº 7.775/2012. O programa compra os alimentos produzidos pela agricultura familiar⁶ e os destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, entre outros. Além do mais, é um importante instrumento na promoção do abastecimento familiar por meio de compras governamentais de alimentos, no fortalecimento de circuitos locais, regionais e de redes de comercialização, na valorização da biodiversidade e na produção orgânica e agroecológica de alimentos, no incentivo de hábitos alimentares saudáveis e na estimulação ao cooperativismo e ao associativismo (BRASIL, 2003; 2011).

O PAA promove a segurança alimentar e nutricional por ser um instrumento de garantia de renda e de sustentação de preços. É um programa que contribui na mitigação da fome, proporcionando acesso à alimentos seguros, no aspecto higiênico-sanitário e, com alto valor nutricional (NEVES, 2018).

Em 2009, foi sancionada a Lei nº 11.947, instituindo o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar, garantindo a segurança alimentar e nutricional dos discentes da educação básica, com acesso de forma igualitária, com respeito às diferenças biológicas e condições de saúde. A lei prevê também o incentivo a aquisição de gêneros alimentícios produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar (BRASIL, 2009).

Segundo Silva (2018), as políticas públicas inclusivas envolvendo ministérios, governos estaduais e municipais, foram as ferramentas utilizadas pelo Brasil para reduzir a fome no período de 2002 a 2014. Nos últimos 13 anos, a prioridade com a segurança alimentar

⁶ De acordo com o artigo 14 da Lei nº 11.947/09, no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. No entanto, o Projeto de Lei nº 5695/2019, propõe a mudança do referido artigo, retirando a porcentagem mínima a ser utilizada e delegando que os entes subnacionais estabeleçam o percentual mínimo de recursos a serem utilizados (BRASIL, 2009, 2019).

beneficiou diversas famílias com programas como o Bolsa Família, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura - PRONAF, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, a valorização do salário mínimo, a aposentadoria rural plena, as cisternas no Nordeste, dentre outros. Contudo, essas iniciativas não conseguem diminuir a desigualdade social brasileira, principalmente na concentração de renda.

De acordo com os dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS), 13,5 milhões de pessoas no Brasil, atualmente, estão vivendo em condição de extrema pobreza, ou seja, possuem renda mensal *per capita* inferior a R\$ 145 ou U\$S 1,9 por dia, segundo o critério para identificar a condição de extrema pobreza utilizado pelo Banco Mundial (IBGE, 2019b). Esses dados indicam um retorno do Brasil ao Mapa da Fome, pois as pessoas em estado de extrema pobreza ficam sem condições econômicas para o acesso à alimentação.

2.8.1 Políticas Públicas Intersectoriais de Segurança Alimentar e Nutricional

A intersectorialidade surge, no âmbito das políticas públicas, como uma possibilidade de superar a rigidez das práticas administrativas, com estruturas hierárquicas que dificultam a participação dos cidadãos no exercício de seus direitos sociais. De acordo com a 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a intersectorialidade é definida como:

ações articuladas e coordenadas, utilizando os recursos existentes em cada setor (materiais, humanos, institucionais) de modo mais eficiente, direcionando-os para ações que obedeçam a uma escala de prioridades estabelecidas em conjunto. O exercício da intersectorialidade se configura por ações e decisões compartilhadas, tanto no que diz respeito à identificação de necessidades, como no planejamento e na avaliação das políticas públicas (BRASIL, 2015, p. 23).

Para além de um conceito, a intersectorialidade é uma prática social oriunda da insatisfação da população com as respostas obtidas a partir das políticas públicas. É a articulação do trabalho entre sujeitos de diversos setores, com diferentes conhecimentos e de diferentes poderes, objetivando o enfrentamento de problemas complexos. A intersectorialidade permite que a fragmentação do conhecimento e das estruturas sociais sejam superadas em prol do bem comum. Assim, ações intersectoriais tem sido uma importante estratégia para articular saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de políticas, programas e projetos dirigidos a determinados grupos populacionais, em determinada região, objetivando atender as necessidades e expectativas do grupo, de forma conjunta e irrestrita (WARSCHAUER e CARVALHO, 2014).

A existência de barreiras de comunicação impede o diálogo entre os diferentes setores e, romper com essas barreiras é uma questão fundamental da intersectorialidade, visto que ela é uma estratégia alternativa de gestão social, sendo assim preciso superar grandes desafios para a sua implementação. Os espaços específicos de gestão de políticas setoriais não são eliminados pela ação intersectorial e a intersectorialidade tende a favorecer políticas e ações que sejam influenciadas pela dinâmica de outros setores (TABAI, 2017).

De acordo com Tabai (2017),

A questão da intersectorialidade surge como parte fundamental dos documentos oficiais, como política pública, quando descreve que a construção do Sistema e da Política de Segurança Alimentar e Nutricional visa promover a intersectorialidade das ações e programas públicos e a participação social, sendo coordenados pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), desdobrando-se nas esferas estadual e municipal; inclui a mobilização do marco legal existente, sendo a principal Lei (TABAI, 2017, p. 23).

Sabe-se que o problema da segurança alimentar no Brasil ocorre principalmente pela dificuldade de acesso ao alimento e não pela falta de alimentos. Logo, um fator determinante da insegurança alimentar é a baixa renda domiciliar *per capita*. No Brasil, 13,5 milhões de pessoas vivem com a renda *per capita* inferior a R\$145, em estado de extrema pobreza. Assim, programas governamentais importantes para a população carente, como o Bolsa Família⁷ possuem alta relevância. Assim como o auxílio emergencial, que foi uma das medidas adotadas durante a pandemia da Covid-19, com a proposta de combater as necessidades básicas de sobrevivência, como a alimentação (CORREIA *et al.*, 2020; IBGE, 2019b; TABAI, 2017).

Segundo Neves (2018), para o fortalecimento e desenvolvimento de políticas públicas mais eficientes, é necessário diálogo e participação entre os setores e que a população esteja mais próxima. Nesse contexto, a intersetorialidade possibilita uma nova maneira de conduzir os serviços ofertados, de organizar a gestão e viabilizar uma nova relação entre os gestores. Se a intersetorialidade for aplicada nas diversas políticas, como o PAA e o PNAE, pode contribuir na melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e propiciar maior segurança alimentar e nutricional.

⁷ Programa de transferência direta de renda a famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, buscando a garantia do direito à alimentação, acesso à educação e saúde, visando a superação da vulnerabilidade e pobreza.

2.9 ALIMENTAÇÃO NA PANDEMIA

Os sistemas alimentares foram diretamente impactados pela pandemia da Covid-19, não somente no Brasil, mas em todo o mundo. Os desafios que surgiram com a declaração do estado de pandemia não foram somente de ordem sanitária, mas também econômica, nutricional e ambiental. Ocorreu também o agravamento das desigualdades já existentes, como de renda, de acesso aos bens e serviços, de água e de alimentos (CONSEA-RJ, 2020).

A crise econômica agravada pela pandemia restringiu o acesso aos alimentos em decorrência do aumento do desemprego e da diminuição da renda. A redução do poder de compra ocasionou na redução da quantidade de alimentos comprados ou a substituição de alimentos de maior qualidade nutricional por alimentos de menor qualidade. A pandemia da Covid-19 afetou fontes de renda e trabalho, ocasionando endividamento e corte de despesas com itens considerados essenciais. Essas condições colocaram a população em alta vulnerabilidade à insegurança alimentar. As desigualdades regionais ficaram ainda mais evidenciadas, pois as regiões norte e nordeste brasileiras foram as mais afetadas. O direito humano à alimentação adequada foi gravemente afetado, mesmo com a continuidade de programas sociais, como o Bolsa Família, nesse período (BACCARIN e OLIVEIRA, 2021; REDE PENSSAN, 2021).

Em 2020, houve uma mudança de hábitos nos consumidores, pois em decorrência das medidas de isolamento social, o consumo de alimentos preparados em casa aumentou, logo, houve uma elevação de vendas nos supermercados. O que, em um primeiro momento, pode resultar em um menor gasto com alimentação, pois as refeições realizadas em casa costumam ser mais baratas em comparação às realizadas fora do domicílio. Todavia, isso não se confirma, uma vez que com a alta do dólar, alguns produtos da cesta básica foram exportados, reduzindo a oferta no mercado interno e elevando o preço dos alimentos (BACCARIN e OLIVEIRA, 2021; IBGE, 2021).

A alta no preço dos alimentos em 2020 foi um movimento global e que tem reduzido o poder de compra das famílias no mundo todo. No Brasil, a inflação terminou o ano de 2020 com alta de 4,52%. A alta de 14,09% nos preços dos alimentos tornou a lista de compras das famílias cada vez menor. Em um ano, o quilo do arroz subiu 76,01%, o feijão preto 51,60%, a batata inglesa 67,27%, as carnes subiram 17,97%, o leite 26,93% e o óleo de soja 103,79%. Esses itens são importantes na cesta básica das famílias, sendo a base da alimentação da população brasileira. A justificativa para esse aumento se dá, dentre outros fatores, pela demanda por esses produtos, a alta do dólar e dos preços das commodities do mercado internacional (IBGE, 2021).

Nesse contexto, a transferência de renda, a alimentação escolar e a distribuição de alimentos foram importantes ações para minimizar a fome de grande parte da população brasileira. O auxílio emergencial, apesar de todos os problemas apresentados para sua concessão, contribuiu para a sobrevivência e o consumo de itens básicos de alimentação de grande parte da população mas a redução do valor da parcela e a retirada de grupos que se enquadraram como beneficiários, aumenta ainda mais a questão da fome no Brasil, dificultando o seu enfrentamento (DAUFENBACK *et al.*, 2021; DIEESE, 2020).

O fechamento das escolas fez com que os discentes ficassem sem acesso à alimentação escolar. Para contornar essa situação, a Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, autorizou a distribuição de alimentos já existentes em estoques e os que ainda fossem adquiridos durante o período de suspensão das aulas. E a Resolução CD/FNDE nº02/2020, estabeleceu que os critérios para a distribuição fossem estabelecidos pelos gestores locais. Assim, diferentes experiências ocorreram em todo território nacional, como a oferta de cestas básicas, refeições

prontas, *kits* e auxílio financeiro. A não definição de critérios pelo governo federal, para o cumprimento do PNAE, ocasionou em diversos transtornos aos responsáveis dos discentes, como o não fornecimento de alimentos *in natura* e o fornecimento de alimentos em condições higiênico-sanitárias inadequadas, divergindo assim das diretrizes do PNAE (DAUFENBACK *et al.*, 2021; SPERANDIO e MORAIS, 2021).

O governo, para minimizar as situações de fome agravadas pela pandemia da Covid-19, autorizou a doação de alimentos para pessoas socialmente vulneráveis, em situação de rua, entre outras, por meio da Lei nº 14.016 de 23 de junho de 2020, que permite a doação de alimentos excedentes de estabelecimentos produtores e industrializadores que estejam seguros para o consumo humano, sejam eles *in natura*, processados e refeições prontas. Estes estabelecimentos foram autorizados a escoar os excedentes de alimentos não comercializados, mas ainda próprios e seguros para o consumo humano (BRASIL, 2020a).

E ainda, algumas das orientações da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura – FAO (2020), em época de pandemia, são especialmente para que todos possam fortalecer seu sistema imunológico com uma dieta saudável e consciente, por meio do consumo de comida de verdade, que se evite o desperdício de alimentos para enfrentar a Covid-19. Além disso, frisa que não basta comprar alimentos não perecíveis, mas que se planeje a compra, para aderir o que for necessário e justo, por meio do consumo consciente e enfatiza a importância de não jogar fora as sobras, beber bastante água, planejar adequadamente o orçamento doméstico e cozinhar em família.

A pandemia ocasionou uma grande crise nutricional pelo mundo com o fechamento das escolas, pois mais de 39 bilhões de refeições escolares deixaram de ser distribuídas em todo o mundo. A alimentação escolar é, muitas das vezes, a única fonte de alimentação de crianças em todo o mundo, que dependem da alimentação fornecida pela escola para sobreviver. A pandemia não está comprometendo somente o acesso ao ensino, mas também o acesso à nutrição. A alimentação escolar, além de garantir a nutrição, o crescimento e o desenvolvimento aos estudantes, é um incentivo de permanência na escola (ONU, 2021).

2.10 IMPACTOS DA PANDEMIA NA DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS DO PNAE

O PNAE é um programa universal, responsável pela alimentação de 40 milhões de crianças e jovens brasileiros em idade escolar. Com as medidas de isolamento e distanciamento social decretadas em virtude da Pandemia, as aulas presenciais foram suspensas por tempo indeterminado. E dentre vários desafios que a pandemia trouxe, o fornecimento da alimentação escolar foi um deles, pois o fechamento das escolas prejudica não somente o processo de ensino-aprendizagem mas também, quantitativamente e qualitativamente, a alimentação dos discentes, uma vez que o acesso à alimentação foi interrompido ou ficou incerto (AMORIM *et al.*, 2020).

Diante dessa situação, o governo federal autorizou que os recursos do programa fossem destinados aos pais ou responsáveis dos discentes das escolas públicas de educação básica. Em abril de 2020, o governo federal publicou a Lei nº13.987, que alterou a Lei nº 11.947/2009, que autorizou, em virtude do caráter excepcional, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE. O governo publicou, também, uma cartilha com orientações para a execução dos recursos nesse período, devendo a equipe responsável por montar os *kits* observar a qualidade nutricional dos alimentos, priorizando alimentos *in natura* ou minimamente processado e que, na medida do possível, o discente pudesse realizar em casa uma alimentação semelhante à que teria na escola e sempre que possível fornecer, semanalmente, porções de frutas *in natura* e de hortaliças (BRASIL, 2020b).

A Resolução nº 02 de abril de 2020, que dispõe sobre a execução do PNAE durante o período de estado de calamidade pública, em seu parágrafo primeiro, diz que a distribuição dos gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do PNAE às famílias dos estudantes, fica a critério do poder público local. Como os recursos federais do PNAE possuem caráter suplementar e os estados e municípios possuem recursos próprios, sobre os quais possuem autonomia de gestão, alguns estados e municípios optaram por repassar a verba do PNAE para que as famílias dos discentes realizassem a aquisição dos alimentos (SPERANDIO e MORAIS, 2021).

Logo, a adoção de diferentes formas para o cumprimento do PNAE durante a pandemia, pela ausência de definição de critérios por parte do governo federal, fere as premissas de universalidade e direito à alimentação, dado que não é garantido ao estudante o acesso à uma alimentação que supra o mínimo de 20% das suas necessidades nutricionais diárias, uma vez que há demora na entrega dos gêneros alimentícios ou cartão alimentação, entrega de alimentos de baixa qualidade ou até mesmo estragados. Ademais, existem a ausência de entrega de alimentos de qualidade nutricional reconhecida, como frutas, legumes e verduras, alimentos esses que podem contribuir para a formação de hábitos alimentares saudáveis na família do estudante (BICALHO e LIMA, 2020).

Com a sinalização do retorno gradual das atividades escolares de forma presencial em alguns estados, o FNDE lançou recomendações para a execução do PNAE no retorno às aulas durante a pandemia. Apesar de não existirem evidências epidemiológicas do risco de transmissão da Covid-19 por alimentos, o contato com superfícies e utensílios contaminados é um aspecto importante a ser observado desde o recebimento até o consumo dos alimentos. A cartilha traz orientações sobre a estrutura física, protocolos de higienização de ambientes, superfícies, utensílios e alimentos, reservatório de água, manejo de resíduos, saúde dos manipuladores/colaboradores, preparação dos alimentos, exposição, distribuição e consumo do alimento preparado (FNDE, 2020c).

2.11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, V. R.; BASSO, D. Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: uma análise em perspectiva histórica. **Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 13, n. 1, p. 181-200, 2016.
- AMORIM, A. L. B.; RIBEIRO JUNIOR, J. R. S.; BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista Administração Pública**, v. 54, n. 4, p. 1134-1145, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122020000401134&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 de out. 2020.
- BACCARIN, J. G.; OLIVEIRA, J. A. Inflação de alimentos no Brasil em período da pandemia da covid19. Continuidade e mudanças. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 28, n. 00, p. 1-14, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661127/26324>>. Acesso em: 12 mar. 2021.
- BEZERRA, J. A. B. **Educação alimentar e nutricional: articulação de saberes**. Fortaleza: Edições UFC, 2018. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/publicacoes/category/116-alimentacao-escolar>>. Acesso em: 27 out. 2019.
- BICALHO, D.; LIMA, T. M. O Programa Nacional de Alimentação Escolar como garantia do direito à alimentação no período da pandemia da COVID-19. **Demetra**, v. 15, 2020. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/52076/35698>>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- BOSQUILIA, S. G. C. C.; PIPITONE, M. A. P. A importância da Soberania Alimentar no âmbito do Conselho de Alimentação Escolar no município de Piracicaba (SP). **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 26, p. 1-8, 2019.
- BRASIL Senado Federal. **Projeto de Lei nº 5695 de 2019**. Altera as Leis 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 9.766, de 18 de dezembro de 1998, 11.947, de 16 de junho de 2009 e 10.880, de 9 de junho de 2004, para transferir a cota da União do Salário Educação para Estados e Municípios. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8031546&ts=1602104899846&disposition=inline>>. Acesso em: 20 out. 2019.
- BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010**. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato20072010/2010/decret/0/d7272.htm>. Acesso em: 26 out. 2019.
- BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Presidência da República, 1988. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 31 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 14.016**, de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano. 2020a. Disponível em:<<https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-14.016-de-23-de-junho-de-2020-263187111>>. Acesso em: 02 out 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.844**, de 18 de junho de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm>. Acesso em: 31 mai. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.666**, de 16 de maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2018.

BRASIL. **Lei nº 13.185**, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*). 2015a. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2015.

BRASIL. **Lei nº 12.512**, de 14 de outubro de 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2011.

BRASIL. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos discentes da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2009.

BRASIL. **Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2006a. BRASIL. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos discentes da educação básica; altera as Leis nºs 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2009.

BRASIL. **Lei nº 10.696**, de 2 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2003.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm > Acesso em: 01 de jun. 2019.

BRASIL. **Medida Provisória nº 870**, de 01 de janeiro de 2019. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Disponível

em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm>. Acesso em: 31 de mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Orientações para a execução do PNAE durante a situação de emergência decorrente da pandemia do coronavírus (COVID 19)**. 2020b. Disponível

em:<<https://www.fn-de.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-area-gestores/pnae-manuais-cartilhas/item/13454-orientações-para-a-execução-do-pnae-pandemia-do-coronav%C3%ADrus-covid-19>>. Acesso em: 14 out 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *In*: MEDEIROS, L. G. C. **Políticas de Alimentação Escolar**. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 93p., 2013. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2016-pdf/33521-04-disciplinas-de-ft-ae-caderno-12-políticas-alimentacao-escolar-pdf/file>>. Acesso em: 10 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. Reimpressão. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- MDS. Brasília, 2015b. **Caderno de Orientação - Comida de Verdade no Campo e na Cidade**. Disponível em:<<http://www.ipea.gov.br/participacao/images/5cnsan%20manual%20de%20orientaes.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. **Resolução nº 163, de 13 de março de 2014**. Dispõe sobre a abusividade do direcionamento de publicidade e de consumição mercadológica à criança e ao adolescente. 2014b. Disponível em:<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=4&data=04/04/2014>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CONSEA-RJ. *In*: BURLANDY, L.; KRAEMER, F.B.; CASTELO BRANCO, T.; LOPES, T.; MACGADO, R.; GOLLO, A (Orgs). **O acesso à alimentação e os desafios para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional em tempos de Covid-19**: as ações dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Rio de Janeiro e das Organizações da Sociedade Civil que atuam nesses conselhos. Rio de Janeiro: CONSEA-RJ, 2020. 71p.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA. **III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional**. Relatório final. Fortaleza: Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2007. Disponível em:<<http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/arquivos-de-conferencias/3a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/relatorio-final-iii-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional.pdf>>. Acesso em 31 mai. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA. **Conceitos**, 2017. Disponível em:<<http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/conceitos>>. Acesso em: 25 out. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - CONSEA. **I Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Relatório final**. Brasília: Conselho Nacional de Segurança Alimentar, 1995. Disponível em:<<http://www4.planalto.gov.br/consea/eventos/conferencias/arquivos-de-conferencias/1a-conferencia-nacional-de-seguranca-alimentar-e-nutricional/1-conferencia-completa-ilovepdf-compressed.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2019.

CORREIA, D.; SANTOS, A. F.; BRITO, K. P. A.; GUERRA, L. D. S.; JOSÉ VIEIRA, K.; REZENDE, C. L.S. Auxílio emergencial no contexto de pandemia da COVID-19: garantia de uma proteção social? **Journal of Management & Primary Health Care**, v. 12, p. 1-9, 26 out. 2020. Disponível em:<<https://www.jmphc.com.br/jmphc/article/view/1023>>. Acesso em: 01 jul. 2021.

DAUFENBACK, V. COELHO, D. E. P.; BÓGUS, C.M. Sistemas Alimentares e violações ao Direito Humano à Alimentação Adequada: reflexões sobre a pandemia de covid-19 no Brasil. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 28, n. 00, p. 1-13. 2021. Disponível em:<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661745/26327>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS - DIEESE. **Boletim de Conjuntura**. Número 24-setembro/outubro de 2020. Disponível em:<<https://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2020/boletimConjuntura024/?page=2>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

DIAS, B. L. ESCOUTO, L. F. S. Um breve histórico sobre alimentação escolar no Brasil. **Revista Científica de Ciências Aplicadas da FAIP**, v. 3, n. 5, 2016. Disponível em:<http://faip.revista.inf.br/imagens_arquivos/arquivos_destaque/o4JwjMco1wjDpkr_2016-10-10-18-1-0.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

FAO, IFAD and WFP. 2014. **The State of Food Insecurity in the World 2014**. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition. Rome, FAO.

FOGAGNOLI, M. **Alimentar é também educar: a merenda escolar no Brasil (1940-1960)**. 201f. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

FOOD AND AGRICULTURAL ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. **The state of food security and nutrition in the world**. Roma: FAO, 2019. Disponível em:<<http://www.fao.org/state-of-food-security-nutrition/en/>>. Acesso em: 30 set. 2019.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **Aplicativo PNAE Monitora já está disponível nas versões Android e iOS**. 2020b. Disponível em:<<http://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/area-de-imprensa/noticias/item/13764-aplicativo-pnae-monitora-ja-esta-dispon%C3%ADvel-nas-vers%C3%B5es-android-e-io>>. Acesso em: 06 jun. 2021.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do**

novo coronavírus Covid-19. 2020c. Disponível em:<<https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-2-de-9-de-abril-de-2020-252085843>>. Acesso em: 01 out. 2020.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **Folder Objetivos e Diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar.** 2014.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **Histórico do PNAE.** 2017b. Disponível em:<<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-historico>>. Acesso em: 31 mai. 2019.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **PNAE monitora.** 2020a. Disponível em:<<http://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-sobre-o-programa/pnae-monitora>>. Acesso em: 06 jun. 2021.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar.** 2017a. Disponível em:<<http://www.fnde.gov.br/programas/pnae>>. Acesso em: 03 nov. 2018.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **Programa Nacional de Alimentação Escolar.** 2017c. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?time_continue=9&v=OGNvvi2CWol>. Acesso em: 03 nov. 2018.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Educação Alimentar e Nutricional – EAN.** 2019. Disponível:<<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-eixos-de-atuacao/pnae-educacao-alimentar-nutricional>>. Acesso em: 28 out. 2019.

HIRATA, A. R. (Coord.); ROCHA, L. C. D.; RAIMUNDO, R. R. F.; COELHO, M. S. M.; BRANT, N. L. C. **Manual da gestão do PNAE para a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.** Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais. Pouso Alegre: IF. Sul de Minas, 92p., 2017.

HOFFMANN, R. **Elasticidades-renda das despesas e do consumo de alimentos no Brasil em 2002-2003.** 2007. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/21_Cap13.pdf>. Acesso em: 26 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - IDEC. **Tem veneno nesse pacote.** 24p. 2021. Disponível em:<<https://idec.org.br/veneno-no-pacote>>. Acesso em: 30 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Extrema pobreza atinge 13,5 milhões de pessoas e chega ao maior nível em sete anos.** 2019b. Disponível em:<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25882-extrema-pobreza-atinge-13-5-milhoes-de-pessoas-e-chega-ao-maior-nivel-em-sete-anos>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Inflação acelera em dezembro e chega a 4,52% em 2020, a maior alta desde 2016.** 2021. Disponível

em:<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29871-inflacao-acelera-em-dezembro-e-chega-a-4-52-em-2020-a-maior-alta-desde-2016>>. Acesso em: 11 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados** / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 2019a. Disponível em:<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101670.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2008-2009: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil** / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em:<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv50063.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2019.

LEÃO, M. (Org.). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013. 263p.

MONTEIRO, B. L. **Políticas Públicas de Fortalecimento da Agricultura Familiar e Segurança Alimentar e Nutricional - SAN: Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE no município de Crato-CE**. 137f. Dissertação (Mestrado Profissional em Agricultura Orgânica) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

NASCIMENTO, A. O. **Educação continuada para o professor do ensino fundamental nível I: educação alimentar e nutricional**. 105f. Dissertação (Mestrado em Ensino em Ciências da Saúde) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2011.

NETO, A. G. C. Educação Alimentar e Nutricional: histórico e políticas. **Revista Digital Efdeportes**, n. 179, 2013. Disponível em:<<https://www.efdeportes.com/efd179/educacao-alimentar-e-nutricional.htm>>. Acesso em: 27 out. 2019.

NEVES, D. C. G. **Análise de Políticas Públicas Intersetoriais de Fortalecimento da Agricultura Familiar e de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e o caso de um município do Espírito Santo**. 87f. Dissertação (Mestrado Profissional em Práticas em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH>>.pdf. Acesso em: 15 mai. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **ONU: pandemia corta mais de 39 bilhões de merendas escolares gerando crise de nutrição**. 2021. Disponível em:<<https://news.un.org/pt/story/2021/01/1739922>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 909-916, 2013. Disponível

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232013000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 abr. 2019.

PINTO, H. S. **A Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (Parte 1): A Modernização do Estado e os Avanços na Superação da Fome**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, agosto/2014 (Texto para Discussão nº 150). Disponível em:<www.senado.leg.br/estudos>. Acesso em: 20 out. 2019.

RAMOS, F. P.; SANTOS, L. A. S.; REIS, A. B. C. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 11, p. 2147-2161, 2013. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013001100003&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 12 out. 2018.

RODRIGUES, L. P. F.; RONCADA, M. J. **Educação nutricional no Brasil: evolução e descrição de proposta metodológica para escolas**. 2008. Disponível em:<http://www.escs.edu.br/pesquisa/revista/2008Vol19_4art04educacaonutricional.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

SANTOS, L. A. S. O fazer educação alimentar e nutricional: algumas contribuições para reflexão. **Ciências & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 2, p. 453-462, 2012. Disponível em:<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232012000200018&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 mar. 2020.

SANTOS, L. A. S. **Resgate histórico da Educação Alimentar e Nutricional no Brasil: alguns desafios e dilemas**. 2010. Disponível em:<<https://www.fnde.gov.br/publicacoes/category/181-encontros-tecnicos>>. Acesso em: 27 out. 2019.

SILVA, J. G. **A escolha desta geração**. 2018. Disponível em:<<https://nacoesunidas.org/artigo-a-escolha-desta-geracao/>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

SILVA, S. P. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação**. Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro, 76p., 2014.

SOUSA, L. M. D.; MARTINS, K. A.; CORDEIRO, M. D. M.; MONEGO, E. T.; SILVA, S. U. D.; ALEXANDRE, V. P. School nutrition in 'quilombola' communities: challenges and opportunities. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 987-992, 2013. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 nov. 2018.

SPERANDIO, N.; MORAIS, D. CASTRO. Alimentação escolar no contexto de pandemia: a ressignificação e o protagonismo do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 28, n. 00, p. 1-11. 2021. Disponível em:<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8661396/26328>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

TABAI, K. C. Segurança alimentar e nutricional no contexto da intersetorialidade. *In*: Denise R. Perdomo Azeredo. (Org.). **Inocuidade dos Alimentos**. 1. ed. São Paulo: Atheneu, 2017, v. 1, p. 19-30.

VALENTIM, A. A. F. **O lúdico na educação alimentar e nutricional de idosas institucionalizadas**. 108f. Tese (Doutorado em Nutrição) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

VERLY JUNIOR, E.; CARVALHO, A. M.; FISBERG, R. M.; MARCHIONI, D. M. L. Adesão ao guia alimentar para população brasileira. **Revista de Saúde Pública**, v. 47, n. 6, p. 1021-1027, 2013. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102013000601021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 out. 2019.

WARSCHAUER, M.; CARVALHO, Y. M. O conceito “Intersetorialidade”: contribuições ao debate a partir do Programa Lazer e Saúde da Prefeitura de Santo André/SP. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 1, p. 191-203, 2014. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000100191&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 nov. 2019.

WEBBER, C. B.; SOBAL, J.; DOLLAHITE, J. S. Shopping for fruits and vegetables. Food and retail qualities of importance to low-income households at the grocery store. **Appetite**, v. 54, n. 2, p. 297-303, 2010. Disponível em:<<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/19961886/>>. Acesso em: 20 de mar. 2021.

3 CAPÍTULO II

**A GESTÃO DOS RECURSOS DO PNAE E AS AÇÕES PARA A PROMOÇÃO DA
SEGURANÇA ALIMENTAR DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19 PARA OS
DISCENTES DO COLÉGIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE RURAL – CTUR**

3.1 RESUMO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE possui relação direta com a soberania e segurança alimentar dos discentes, inclusive durante a pandemia. Com objetivo de contribuir para a promoção da segurança alimentar e nutricional dos discentes do Colégio Técnico da Universidade Rural – CTUR durante a pandemia da Covid-19, essa pesquisa aconteceu de novembro de 2018 a agosto de 2020, por meio de visitas, observação não participativa, entrevistas, levantamento de informações em sites oficiais e de questionário enviado pela internet aos discentes. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da UFRRJ sob o protocolo nº 797/2016. O difícil acesso ao restaurante universitário da UFRRJ e a inexistência de um local apropriado para os discentes realizarem as refeições acarretava na situação de insegurança alimentar e nutricional dos discentes do CTUR antes do período pandêmico, o que já sinalizava que o repasse da verba destinada à alimentação no colégio não estava sendo devidamente aplicada com fins de garantir a segurança alimentar e nutricional no CTUR. Observou-se que, dos 79 discentes participantes da pesquisa, 48 (60,8%) informaram trazer refeições de casa e cinco (6,3%) afirmaram utilizar o restaurante universitário. Com relação ao tipo de alimentos que costumavam consumir durante o horário escolar, 63,3% consumiam biscoitos, 51,9% consumiam salgados fritos ou assados e 45,6% consumiam suco industrializado. Com a suspensão das aulas presenciais em virtude da pandemia, o CTUR adotou estratégias para atender os discentes, visando minimizar a fome e promover a garantia da segurança alimentar. O colégio identificou que 50 famílias se encontravam em vulnerabilidade social e foram atendidas com o fornecimento de cestas básicas, ovos e hortaliças da produção agroecológica do colégio, de doação de frutas e hortaliças do PAA, de doação de carnes e de alimentos do banco de alimentos da Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro - CEASA/RJ. No entanto, apesar de ter sido comprovado que pertencem ao CTUR os recursos que a Universidade Rural recebe referente ao PNAE, ainda não foram disponibilizados aos discentes, como determina a Lei nº 13.987/2020. As informações e dados levantados por essa pesquisa comprovam que não existe política de alimentação escolar no CTUR, apesar da existência de recursos do PNAE para o fornecimento da alimentação escolar. Em relação a implantação e implementação do PNAE no CTUR, os dirigentes desconheciam a existência do repasse do FNDE referente ao PNAE. Existem evidências do desconhecimento de que a alimentação é um direito social garantido pela Constituição Federal e pela Lei nº 11.947/09. Sugere-se aos gestores locais, para reverter essa situação de insegurança alimentar, implantar (principalmente) o restaurante próprio no colégio e que os valores destinados à alimentação escolar sejam repassados para todos os responsáveis dos discentes, durante a ausência de aulas presenciais. Espera-se que os dados levantados por esta pesquisa favoreçam o diálogo sobre a importância da alimentação escolar assegurada no próprio colégio e para adoção de medidas que atendam os discentes nessa questão no âmbito do CTUR.

Palavras-chave: Alimentação Escolar. Segurança Alimentar e Nutricional. Pandemia.

3.2 ABSTRACT

The National School Feeding Program is directly related to the sovereignty and food security of students, including during the pandemic. In order to contribute to the promotion of food and nutritional security for students at the Technical College of the Rural University during the Covid-19 pandemic, this research took place from November 2018 to August 2020, through visits, non-participative observation, interviews, information gathering on official websites and a questionnaire sent over the internet to the students. The research was approved by the Research Ethics Committee of the Rural Federal University of Rio de Janeiro under protocol No. 797/2016. The difficult access to Rural University the university restaurant and the lack of an appropriate place for students to eat meals led to the situation of food and nutritional insecurity of students at Technical College of the Rural University, before the pandemic period, which already signaled the transfer of funds destined to the school food was not being properly applied, with the purpose of guaranteeing food and nutritional security at Technical College of the Rural University. It was observed that of the 79 students participating in the research, 48 (60.8%) reported bringing meals from home and 5 (6.3%) said they used the university restaurant. Regarding the type of food they used to consume during school hours, 63.3% consumed biscuits, 51.9% consumed fried or baked snacks and 45.6% consumed industrialized juice. With the suspension of face-to-face classes due to a pandemic, Technical College of the Rural University adopted strategies to assist students, aiming to minimize hunger and promote the guarantee of food security. The college identified that 50 families were socially vulnerable and were served with the provision of basic food baskets; eggs and vegetables from the school's agroecological production; donation of fruits and vegetables from the Food Acquisition Program; meat donation; and food from the Supply Center of the State of Rio de Janeiro food bank. However, although it has been proven that the resources that Rural University receives regarding PNAE belong to College of the Rural University, these resources have not yet been made available to students as determined by Law nº 13.987/2020. The information and data collected by this research prove that there is not school feeding policy in the Technical College of the Rural University, despite the existence of resources from the National School Feeding Program for school feeding. Regarding the implementation and implementation of the National School Feeding Program at College of the Rural University, the leaders were unaware of the existence of the transfer of the National Education Development Fund referring to the National School Feeding Program; they seem unaware that food is a social right guaranteed by the Federal Constitution and by Law nº 11.947/09. It is suggested to the local managers to reverse this situation of food insecurity, implanting mainly the own restaurant in the school, and that the values destined to the school feeding are passed on to all the responsible of the students, during the absence of classroom lessons. It is hoped that the data collected by this research will favor the dialogue about the importance of ensuring school meals in the school itself and for adopting measures that assist students in this matter within the scope of College of the Rural University.

Keywords: School Food. Food and Nutritional Security. Pandemic.

3.3 INTRODUÇÃO

A alimentação adequada e saudável é um direito humano, preconizada como a garantia ao acesso permanente e regular, de forma socialmente justa, a uma prática alimentar adequada e que deve estar em acordo com as necessidades alimentares, respaldada pela cultura alimentar, acessível do ponto de vista físico e financeiro, em quantidade e qualidade suficientes e baseada em práticas de produção adequadas e sistemas alimentares sustentáveis⁸ (BRASIL, 2012a).

Dessa forma, a garantia do direito básico à alimentação adequada está diretamente ligada a Segurança Alimentar e Nutricional – SAN, que consiste em um conjunto de ações que devem ser desenvolvidas de forma participativa e intersetorial, visando o direito de todos ao acesso regular e permanente à alimentos de qualidade. Esse acesso deve ser em quantidade suficiente e não comprometer o acesso à outras necessidades essenciais. As práticas alimentares devem ser baseadas na promoção da saúde e respeitar à diversidade e serem sustentáveis no âmbito ambiental, cultural, econômico e social (BRASIL, 2017; NEVES, 2018).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura - FAO (2019a), as pessoas que sofrem de insegurança alimentar⁹ moderada¹⁰ enfrentam incertezas sobre a sua capacidade de obter alimentos e são forçadas a reduzir (tanto na qualidade e/ou na quantidade de alimentos que consomem) devido à falta de dinheiro ou outros recursos. Refere-se, portanto, a uma falta de acesso consistente aos alimentos, o que diminui o seu consumo e compromete os padrões normais de alimentação, podendo ter consequências drásticas para a nutrição, saúde e bem-estar.

O Brasil é um país caracterizado por grandes desigualdades sociais desde o início da sua independência política, com instituições governamentais e econômicas que promovem privilégios a uma pequena parte da população, enquanto a maior parte dela é excluída. Em decorrência dessas desigualdades, tem-se como consequência a fome e a miséria (PINTO, 2014).

De acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018 realizada pelo IBGE (2020a), cerca de 10,3 milhões de pessoas vivem em situação de insegurança alimentar

⁸ A Organização das Nações Unidas (ONU), baseando-se nos indicadores econômicos, sociais e ambientais dos últimos anos, propôs aos países membros, e estes assinaram, a Agenda 2030, um plano global composto por 17 objetivos (ODS's) e 169 metas para que esses países alcancem o desenvolvimento sustentável em todos os âmbitos até 2030. Entende-se, por desenvolvimento sustentável, aquele que consegue atender às necessidades da geração atual sem comprometer a existência das gerações futuras. É importante frisar que, cada objetivo e suas respectivas metas abordam aspectos diferentes, mas que convergem pelo fato de serem essenciais para a viabilidade de uma sociedade sustentável, baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis, viabilizando o necessário diálogo, inclusive das culturas a partir da interculturalidade. Todos os países membros da ONU assinaram essa agenda com o compromisso de alcançar as metas dos 17 objetivos. Para os fins dessa pesquisa, o objetivo número dois será o mais enfatizado, a saber: fome zero e agricultura sustentável, bem como o ODS 10: redução das desigualdades (ONU, 2019).

⁹ A insegurança alimentar e nutricional é identificada quando há padrões alimentares sem presença de nutrientes essenciais ao consumo, doenças decorrentes da má alimentação, fontes de alimentos de origem duvidosa, como a falta de saneamento básico, por exemplo, acarretando a falta de higiene dos alimentos e da água para consumo, quando há ausência de soberania alimentar e a incerteza que envolve a alimentação do indivíduo e da população. Convém lembrar que a Segurança Alimentar e Nutricional – SAN – consiste em garantir à todos o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base as práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2017).

¹⁰ A escala de insegurança alimentar adaptada e validada para a realidade brasileira descreve a insegurança alimentar moderada como a redução quantitativa de alimentos e/ou a interrupção no padrão alimentar em razão da falta de alimentos entre adultos (IBGE, 2014).

grave, ou seja, quando há privação grave de alimentos e as pessoas passam fome. De acordo com Maluf (2020), essa insegurança alimentar grave chegou a atingir 4,6% das famílias. Estes percentuais se aproximam ao patamar de 5%, que recoloca o país no Mapa da Fome, lamentavelmente. Foram encontrados, ainda, dados alarmantes em que 6,5 milhões de crianças brasileiras menores de cinco anos, viviam em lares com algum grau de insegurança alimentar e 7,3% dos brasileiros com idade entre cinco e 17 anos vivem em domicílios com insegurança alimentar grave. Logo, os lares com crianças e adolescentes apresentam um indicativo de vulnerabilidade à restrição alimentar (UNICEF, 2020).

Em 20 de março de 2020, o governo brasileiro reconheceu o estado de calamidade pública e emergência em saúde pública, através do decreto legislativo nº 6, em decorrência da pandemia de SARS-CoV-2, causador da doença Covid-19. Assim como a OMS, o Ministério da Saúde também recomendou medidas de isolamento e distanciamento social, por meio da Portaria nº 356. Tais medidas impactaram na suspensão temporária do período letivo em todo o território nacional, visando a prevenção, controle e contenção da disseminação do vírus (BRASIL, 2020a).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA são programas nacionais que visam a garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional, pois visam garantir a alimentação diária dos discentes. Nesse contexto, a Resolução nº 02, de 09 de abril de 2020, que dispõe sobre a forma de execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, devido ao momento de calamidade pública, reconhecida mundialmente como emergência de saúde pública, decretada pela Organização Mundial da Saúde, por causa da disseminação humana do novo coronavírus – Covid-19, buscou atender, em caráter excepcional e enquanto durar a pandemia, a distribuição da alimentação fornecida pelo PNAE nas escolas (FNDE, 2020a).

Dessa forma, os repasses que são feitos diretamente para os estados, municípios, o Distrito Federal e as escolas federais com base no censo escolar do ano anterior, deverão ter uso exclusivo para garantir a alimentação dos estudantes da educação básica, como previsto na legislação do PNAE, sendo mantidas a qualidade nutricional e a segurança do alimento, respeitando os hábitos alimentares, a cultura local e, principalmente, na composição dos *kits* a serem distribuídos, a presença de alimentos *in natura* e minimamente processados, tanto para os gêneros perecíveis quanto para os não perecíveis (FNDE, 2020a).

É importante, ainda, levar em consideração que apesar da Lei nº 11.947, de 16/06/2009, preconizar o repasse de 30% do valor do PNAE para a compra direta de produtos da agricultura familiar, o que desempenha um papel importante para o desenvolvimento do mercado local, lamentavelmente, a legislação vigente permite que durante o período da pandemia da Covid-19, a gestão escolar tenha liberdade de negociar com os fornecedores dos processos licitatórios ou das chamadas públicas da agricultura familiar, o adiamento da entrega dos gêneros alimentícios para o reinício das aulas, o que poderá comprometer o escoamento da produção da agricultura familiar e, por consequência disso, a qualidade nutricional dos *kits* fornecidos pelo programa (FNDE, 2015, 2020a).

A resolução do FNDE nº 6 de 2020, traz orientações sobre os cardápios das escolas, que devem ofertar frutas *in natura*, no mínimo dois dias por semana e hortaliças, no mínimo três dias por semana, para escolas de ensino parcial e frutas *in natura*, no mínimo, quatro dias por semana e hortaliças, no mínimo, cinco dias por semana, para escolas de ensino integral. No mínimo, 75% dos recursos do PNAE deverão ser utilizados na compra de alimentos *in natura* ou minimamente processados e, além da obrigatoriedade do fornecimento de frutas e hortaliças semanalmente, fica proibido a utilização dos recursos na aquisição de alimentos e bebidas ultraprocessados, como refrigerantes e refrescos artificiais, biscoitos ou bolachas recheados, bolos com coberturas ou recheio, dentre outros (FNDE, 2020b).

A recomendação é que sejam respeitadas as diretrizes da 2ª edição do Guia Alimentar para a População Brasileira, que prioriza o incentivo do consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados, e que recomenda que seja evitado o consumo de comida processada e ultraprocessada, estimulando a alimentação saudável, o aumento do consumo de comida de verdade e, durante a pandemia, autoriza a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos pelos recursos destinados ao PNAE às famílias dos estudantes, a critério do poder público local (BRASIL, 2014; FNDE, 2020a).

O inquérito nacional sobre a insegurança alimentar no contexto da pandemia da Covid-19, realizado pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), identificou que, dos 211,7 milhões de brasileiros(as), 116,8 milhões conviviam com algum grau de insegurança alimentar (leve, moderada ou grave). Destes, 43,4 milhões encontravam-se em insegurança alimentar moderada ou grave, sem acesso à quantidade suficiente de alimentos e 19 milhões de brasileiros(as) conviveram ou enfrentaram a fome. O mapa geográfico da fome no Brasil, de lares com insegurança alimentar grave, destaca que os maiores percentuais estão nas regiões Norte (18,1%) e Nordeste (13,8%). Outro dado importante identificado pela pesquisa foi a insegurança hídrica, medida pelo fornecimento irregular ou mesmo pela falta de água potável, pois o abastecimento irregular de água contribuiu para o aumento de transmissão da Covid-19 e na produção de alimentos (REDE PENSSAN, 2021).

Em pesquisa realizada sobre os efeitos da pandemia na alimentação e na situação de segurança alimentar no Brasil, identificou-se que houve uma redução significativa no consumo de importantes alimentos da dieta regular, com 44% menos consumo de carne e 41% menos no consumo de frutas (GALINDO *et al.*, 2021).

Nessa abordagem, procurou-se identificar estratégias adotadas por meio de ações que promovam a soberania¹¹ e a segurança alimentar e nutricional dos discentes do Colégio Técnico da Universidade Rural CTUR, inclusive durante a pandemia da Covid-19.

¹¹ Entende-se por soberania alimentar dos povos, sobre a produção dos alimentos que respeita a cultura e hábitos de consumo da população, sendo crucial para garantir a SAN, pois garante que os indivíduos tenham autonomia para produzir e definir para quem irão produzir. O conceito de soberania alimentar, sob a ótica da segurança alimentar, frisa que para o povo ser soberano, essa soberania refere-se à condição de alimentar o seu povo, precisamos ter plena condição de se alimentar, ter renda suficiente para adquirir os alimentos (BRASIL, 2006; TABAI, 2018).

3.4 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa realizada foi de caráter exploratório e de natureza quali-quantitativa. Optou-se por escolher essa metodologia devido às facilidades na análise dos dados brutos através de instrumentos padronizados, sem perder os traços ricos e substanciais das análises qualitativas (GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

Essa pesquisa foi submetida à Comissão de Ética em Pesquisa na UFRRJ (COMEP/UFRRJ), seguindo os princípios éticos da Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, ao qual regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo humanos e obteve aprovação sob protocolo nº 797/2016 (Anexo A). Respeitando os aspectos éticos da pesquisa, os atores sociais foram respondentes, mediante a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndices A e B), como preconiza a legislação vigente (BRASIL, 2012b).

3.4.1 Universo da pesquisa

A pesquisa foi realizada com os discentes do Colégio Técnico da Universidade Rural – CTUR, que é vinculado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ e pertence à Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica. O CTUR está situado no campus sede da referida Universidade, que está localizada no município de Seropédica, baixada fluminense, no estado do Rio de Janeiro. O município de Seropédica possui uma área territorial de 265,189 km², população estimada de 83.092 pessoas e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,713 (IBGE, 2020b).

O CTUR possui 780 discentes com matrículas ativas, sendo 530 matrículas no ensino parcial e 250 no ensino integral, distribuídos em diferentes cursos profissionalizantes de nível médio, ensino médio e pós-médio (CTUR, 2018; FNDE, 2020b).

3.4.2 Coleta de dados

Os dados sobre os recursos do PNAE foram obtidos através de entrevistas realizadas com a administração superior da Universidade Rural (Apêndice C), no Portal da Transparência do Governo Federal, no Sistema Integrado de Administração e Contratos – SIPAC da UFRRJ, no site da UFRRJ e no site do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar – FNDE.

A primeira parte da pesquisa de campo, realizada entre 2018 e 2019, foi com visitas e observação não participativa no colégio. Com a pandemia da Covid-19, decretada a quarentena e a suspensão das aulas pela necessidade do distanciamento social a partir do dia 13 de março de 2020, a pesquisa de campo foi feita pela internet, ou seja, de modo virtual e foi aplicado um questionário (Apêndice D) por meio da plataforma *Google Forms*, cujos resultados preliminares foram disponibilizados, inclusive, por meio de frequências e gráficos. De junho a agosto de 2020, os questionários *on-line* foram enviados aos discentes do CTUR, por meio da amostra de conveniência¹², com o intuito de analisar o impacto das mudanças nos hábitos alimentares durante a pandemia. Foram obtidas 79 respostas de discentes.

A análise dos dados foi feita através do programa da *Microsoft*, o *Excel*, onde foi realizada a organização das informações e as análises estatísticas descritivas. Alguns desses dados foram divulgados e publicados em eventos da área de alimentos, durante a realização da pesquisa de campo, conforme descrito nos Apêndices F, G, H, I, J, K, L e M.

¹²Amostra por conveniência: uma amostra é destinada à seleção de unidades amostrais realizadas arbitrariamente, de acordo com a conveniência da pesquisa (CALLEGARI-JACQUES, 2003).

3.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.5.1 Contextualização do Colégio Técnico da Universidade Rural - CTUR

A história do CTUR começa em 1943, com a criação do Aprendizado Agrícola pelo decreto Lei nº 5.408 de 14 de abril de 1943. Inicialmente instalado dentro do campus da Escola Nacional de Agronomia em Seropédica, onde atualmente funciona o Instituto de Agronomia. Em 1944, com o decreto presidencial nº 6.495 de 12 de maio, passou a se chamar Aprendizado Agrícola Ildefonso Simões Lopes. Em 22 de janeiro de 1947, com o decreto presidencial nº 22.506, passou a se denominar Escola Agrícola, com o objetivo de ministrar cursos de mestrado e iniciação agrícola. Com a ampliação da oferta de cursos e crescimento da unidade, passou a se chamar, em 1955, Escola Agrotécnica e tinha como finalidade ministrar o curso de Técnico Agrícola e em 1963 recebeu a denominação de Colégio Técnico Agrícola. Além do Colégio Técnico Agrícola, mais duas instituições de ensino médio compunham a Universidade Rural, a saber: o Colégio Técnico em Economia Doméstica e o Colégio Universitário. Com a extinção do Colégio Universitário, ocorre a junção das duas instituições de educação profissional de nível médio e, em 1972, após a reforma universitária, surge o Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CTUR (CTUR, 2017; PAMPLONA, 2008).

De 1973 a 1987, o CTUR funcionou no prédio do antigo Instituto de Meteorologia pertencente à EMBRAPA, onde eram ofertados os cursos Técnicos em Agropecuária e Economia Doméstica. O Ensino Médio passou a ser ofertado em 1988, mesmo ano em que passou a ocupar o espaço onde se encontra atualmente, que fica localizado às margens da BR 465, Antiga Estrada Rio-São Paulo, km 47. A área total do colégio é de 60 hectares, sendo vinculado à UFRRJ e pertence à Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica. Inicialmente, ocupava o antigo prédio da pós-graduação da UFRRJ e as instalações foram aumentadas, com a construção de novos prédios, a fim de atender as demandas de ensino (CTUR, 2017; PAMPLONA, 2008).

Em 2001, o curso Técnico em Economia Doméstica foi substituído pelo curso de Hotelaria e o curso Técnico em Agropecuária pelo curso de Agropecuária Orgânica. Já em 2010, o curso Técnico em Agropecuária Orgânica passou a ser denominado Técnico em Agroecologia (com ensino médio integrado) e o curso de Técnico em Hotelaria começou a ser nomeado Técnico em Hospedagem (concomitância interna e externa de nível médio e pós-médio) e, no mesmo ano, iniciou-se a oferta de vagas nos cursos Técnico em Agrimensura (pós-médio) e o Técnico em Meio Ambiente (com ensino médio integrado).

Atualmente, o colégio conta com dez prédios na sua área e mais um prédio localizado à frente (onde funcionava a Associação de Pais e discentes Arlinda Donatelo Moreira - Antiga Escolinha do IZ) que teve a transferência de patrimônio aprovada em 2017 pelo Conselho Universitário (Figura 1). Desse total, um prédio foi construído para ser o restaurante dos discentes, local que serviria para fornecimento da alimentação escolar, mas que, todavia, quando a obra foi finalizada, a estrutura não atendia ao número de discentes para o qual foi planejado. Portanto, em 2014 foi realizada uma reforma para a adequação do prédio, que seria o restaurante, para que pudesse ser utilizado como laboratórios para as aulas de alimentos e bebidas do curso Técnico de Hospedagem.

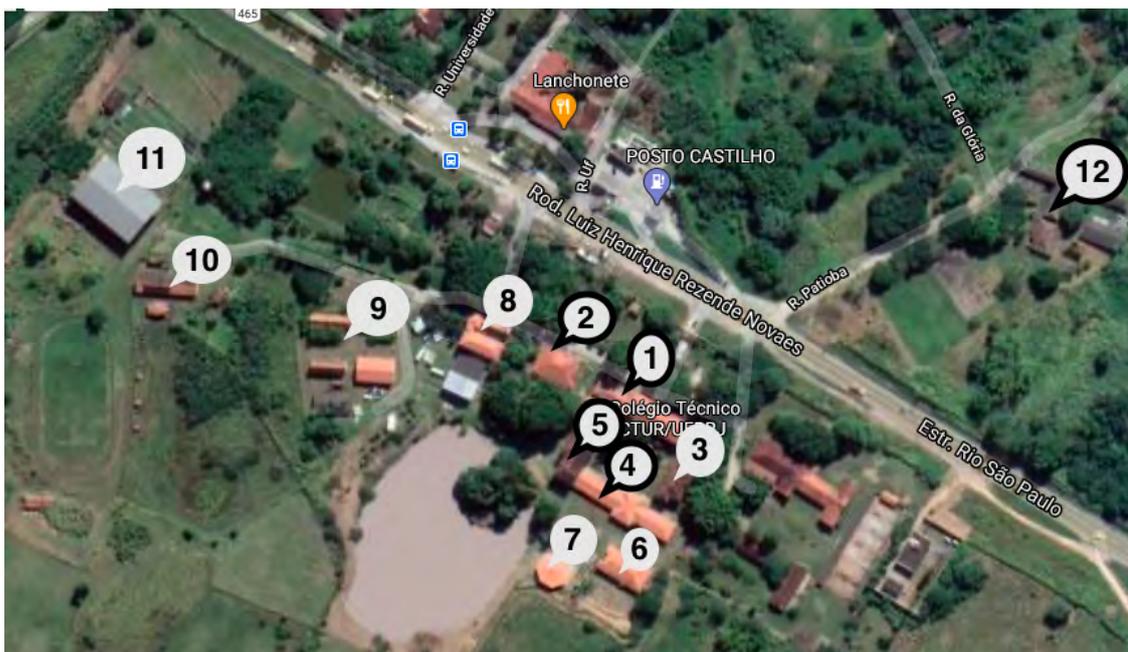


Figura 1. Área construída do CTUR.

Fonte: *Google Maps*, 2020. Edição feita pela autora.

Na Figura 1 é possível visualizar os prédios do CTUR, a saber: Prédio Principal (1), Prédio do curso de Hospedagem (2), Anexo 2 (3), Anexo 1 (4), Anexo 4 (5), Laboratório de Alimentos e Bebidas (6), Quiosque de Convivência (7), Anexo 3 (8), Cunicultura/Garagem/Almoxarifado (9), Caprinocultura (10), Quadra (11) e Prédio da Antiga Escolinha do IZ (12).

Quadro 4. Cursos e vagas oferecidos pelo CTUR para ingresso em 2021.

CURSO	MODALIDADE	DURAÇÃO	VAGAS OFERTADAS
Ensino Médio	Regular	3 anos	35
Técnico em Agroecologia	Integrado com Ensino Médio	3 anos	70
Técnico em Agroecologia	Concomitância externa com o Ensino Médio	2 anos	35
Técnico em Hospedagem	Integrado com Ensino Médio	3 anos	35
Técnico em Hospedagem	Concomitância externa com o Ensino Médio	2 anos e meio	70
Técnico em Meio Ambiente	Integrado com Ensino Médio	3 anos	35
Técnico em Meio Ambiente	Concomitância externa com o Ensino Médio	2 anos	35
Técnico em Agrimensura	Subsequente	1 ano e meio	40
Total de vagas ofertadas para o ano letivo de 2021			355

Fonte: Edital de seleção discente, CTUR 2021.

3.5.2 Assistência estudantil e o Programa Nacional de Alimentação Escolar no CTUR

A Universidade Rural recebe, do governo federal, verba para Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da ação 2994 do programa Educação de Qualidade para Todos (Tabela 1). A verba é utilizada no fornecimento de bolsa de permanência, apoio estudantil e iniciação científica, alimentação, atendimento médico, transporte, dentre outras ações de assistência social, que contribuem para o melhor desempenho e para suprir a demanda de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, proporcionando condições para sua permanência na escola. No ano de 2018, conforme consta no relatório de gestão, com a utilização dessa verba, o CTUR conseguiu diminuir a evasão escolar por meio da bolsa permanência, ampliar o número de discentes assistidos e promover a capacitação com projetos de iniciação científica.

Tabela 1. Recursos recebidos pela UFRRJ da Ação 2994, Seropédica, 2019.

Ano	Valor recebido	Discentes assistidos
2019	942.150,00	434
2018	846.000,00	530
2017	850.061,00	425

Fonte: Relatórios de Gestão da UFRRJ dos anos de 2017, 2018 e 2019.

Os estudantes têm acesso a assistência estudantil por meio de edital lançado pelo CTUR, onde podem concorrer os discentes com renda familiar *per capita* igual ou inferior a um salário mínimo e meio (valor vigente no país, no momento da solicitação). As bolsas são destinadas aos discentes ativos, matriculados em cursos de nível médio, técnicos de nível médio ou técnicos subsequentes, nas seguintes modalidades: bolsa permanência, que tem como objetivo viabilizar a permanência do discente com vulnerabilidade socioeconômica; as bolsas de iniciação científica e de apoio estudantil, que visam viabilizar a permanência do discente com vulnerabilidade socioeconômica, fomentar o desenvolvimento da iniciação científica e tecnológica no ensino médio e profissional do CTUR e/ou oferecer atividades técnico-pedagógicas a estudantes. E a bolsa de auxílio emergencial poderá ser concedida, com prazo determinado, direcionado aos estudantes que se encontrem em situações de dificuldades socioeconômicas emergenciais, inesperadas e momentâneas que impossibilitem a sua permanência na instituição.

As bolsas de Iniciação Científica, Permanência e de Apoio Estudantil possuem vigência de abril a dezembro, para os ingressantes do primeiro semestre e as de renovações, de agosto a dezembro para os ingressantes no segundo semestre. As bolsas de projetos de duração continuada, serão avaliadas por comissão específica quanto a sua vigência e os prazos estipulados para a vigência das bolsas poderão ser estendidos de acordo com a necessidade do bolsista, do orientador e/ou do colégio. No edital lançado em 2020, as bolsas tiveram valor mensal de R\$220,00 (duzentos e vinte reais), do total de 450 bolsas ofertadas, a bolsa permanência teve o maior quantitativo de oferta com 335 bolsas, conforme consta na Tabela 2.

Tabela 2. Oferta de Bolsas de Assistência Estudantil no CTUR, Seropédica, 2020.

TIPO DE BOLSA	QUANTIDADE DE BOLSAS		
	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	RENOVAÇÃO
Permanência	100	25	210
Apoio Estudantil e Iniciação Científica	105	-	-
Auxílio emergencial	05	05	-
TOTAL	210	30	210
TOTAL DE BOLSAS			450

Fonte: Edital de seleção pública para concessão de bolsa de assistência ao estudante do CTUR, 2020a.

As bolsas de Assistência Estudantil são muito importantes, pois dos discentes respondentes, a maior parte possui renda familiar mensal entre mil e três mil reais (41,8%), seguido por uma parcela de discentes com renda familiar mensal de até mil reais (32,9%), conforme Tabela 3. E apesar da baixa renda familiar mensal de grande parte dos discentes respondentes, há baixa adesão à alimentação escolar, havendo preferência pelo consumo de alimentos levados de casa.

Tabela 3. Renda familiar mensal dos discentes do CTUR, Seropédica, 2020.

Renda Familiar Mensal (Valor)	Pesquisados	%
Até R\$ 1.000,00	26	32,9
De R\$ 1.000,00 a R\$ 3.000,00	33	41,7
> R\$ 3.000,00 a R\$ 5.000,00	13	16,4
> R\$ 5.000,00 a R\$ 10.000,00	6	7,6
> R\$ 10.000,00	1	1,4
Total	79	100

Com relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme consta no Portal da Transparência e Pró-Reitoria de Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional – PROPLADI, a Universidade Rural recebe recursos vindos do FNDE, de acordo com a Tabela 4.

Tabela 4. Repasses do PNAE para a UFRRJ, Seropédica, 2021.

ANO	VALOR (R\$)
2020	91.657,82
2019	97.351,34
2018	88.787,04
2017	99.488,94

Fonte: Portal da Transparência, 2021.

As informações sobre os recursos do PNAE para UFRRJ, foram coletadas no Portal da Transparência, pois as prestações de contas das escolas federais não estão disponíveis no site do FNDE como estão disponíveis as prestações de contas das escolas municipais e estaduais. Inicialmente, buscou-se as informações no site do FNDE e, pela ausência de informações, procurou-se as informações no Portal da Transparência. Porém, no primeiro momento, não foram encontradas informações sobre os recursos do PNAE recebidos pela UFRRJ, pois a busca com a utilização dos termos PNAE ou Programa Nacional de Alimentação Escolar não geraram resultados. Assim, entramos em contato com a Pró-Reitoria de Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional – PROPLADI da UFRRJ, que é o setor responsável pela elaboração dos relatórios anuais de gestão. A PROPLADI forneceu as informações sobre os repasses e de que forma o recurso está cadastrado no Portal da Transparência, a saber: 00PI - APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA (PNAE). A partir dessas informações foi possível realizar uma busca mais precisa (Apêndice N).

De acordo com o Censo Escolar de 2020, o CTUR possui 530 discentes matriculados no período parcial e 250 no período integral. Deste modo, se de fato o PNAE fosse executado no CTUR, estaria atendendo a 780 discentes. No entanto, nenhum dos discentes é assistido pelo PNAE, conforme descrito a seguir.

Sabe-se que tramita desde 2016 um processo¹³ no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, que determina que o CTUR e a UFRRJ forneçam alimentação escolar, construam cozinhas e refeitórios no Colégio Técnico. No referido processo, consta a ausência de prova quanto ao atendimento pela Universidade Rural a finalidade do PNAE pela destinação de parte de seu orçamento ao fornecimento de alimentação aos discentes de forma subsidiada e ausência de possibilidade da concretude do PNAE por outros meios que não a construção de cozinhas e refeitórios escolares (TRF2, 2021).

Essa pesquisa confirmou o que consta no processo, que não existe estrutura no Colégio Técnico da Universidade Rural - CTUR para fornecimento de alimentação escolar, apesar de terem sido identificados repasses de verbas do PNAE (Tabela 4). Diante dessa situação, o colégio permanece sem restaurante para os discentes nas suas dependências. E aos estudantes, ficaram as seguintes opções para se alimentar: realizar as refeições no Restaurante Universitário, trazer comida de casa, ir a restaurantes privados, consumir comida de rua ou realizar lanches rápidos. Todas essas opções têm implicações que precisam ser tratadas com cuidado pelos gestores.

Com a ausência de um restaurante destinado aos discentes, estes enfrentam dificuldades para acessar o restaurante universitário da UFRRJ (campus Seropédica), que é o único restaurante disponível nos arredores do colégio, devido ao vínculo do CTUR com a UFRRJ. O restaurante universitário é distante e o caminho que o liga ao CTUR é longo, sem segurança e sem iluminação (Figura 2). Isto acaba acarretando na insegurança alimentar e nutricional dos discentes, pois não há um espaço no interior do colégio que forneça alimentação de qualidade, o que existe são apenas espaços de convivência social, onde eles se alimentam do que levam de casa, ou seja, não existe no ambiente escolar a garantia de refeição diária, conforme relatado no trabalho descrito no Apêndice F.

¹³ Número do processo: 0056256-32.2016.4.02.5101.

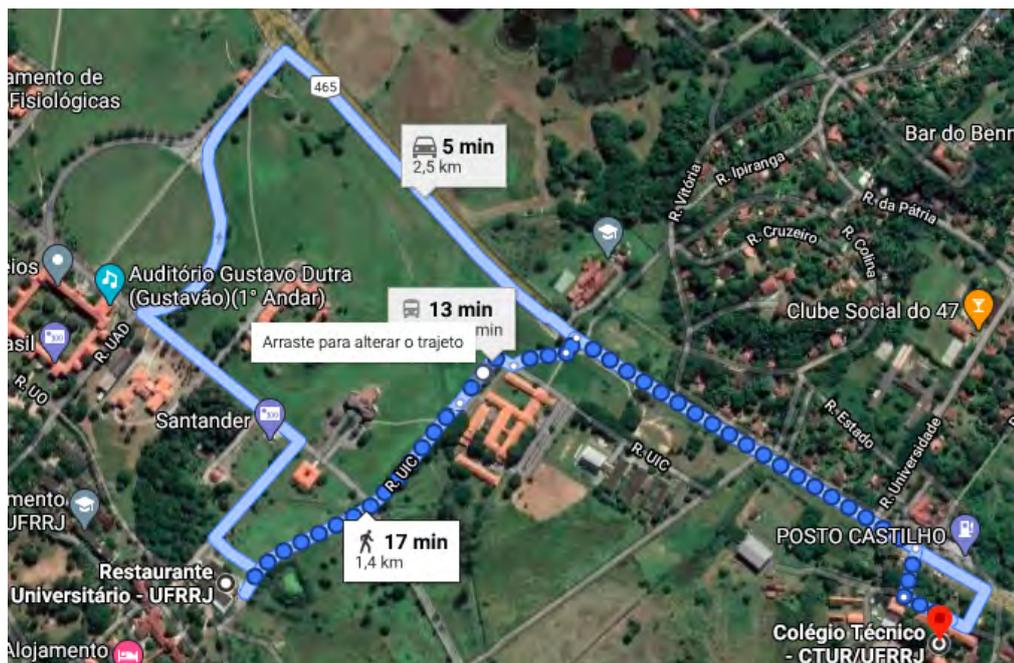


Figura 2. Distância entre o CTUR e o Restaurante Universitário da UFRRJ.

Sabe-se que o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE repassa valores que deveriam ser destinados a alimentação escolar do CTUR (Tabela 4) para a UFRRJ, anualmente, no segundo semestre do ano letivo, no valor proporcional ao número de discentes matriculados nos cursos de ensino médio, algo em torno de R\$0,36 (trinta e seis centavos por aluno) e para o ensino integral, R\$1,07 (um real e sete centavos por aluno) (FNDE, 2020c).

Nas escolas da rede federal de ensino, como a prestação de contas é realizada diretamente ao Tribunal de Contas da União - TCU por meio do relatório de gestão anual e não diretamente ao FNDE, como fazem as prefeituras e os estados, não foram encontradas no site do FNDE informações sobre valores depositados e a prestação de contas. Por isso, foi realizada uma entrevista com a Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros (Apêndice C) da Universidade, a fim de confirmar a existência do repasse. No primeiro momento, confirmou-se a existência de repasses do PNAE, entretanto, esses repasses foram atribuídos ao CAIC - Centro de Atenção Integral de Apoio à Criança Paulo Dacorso Filho, colégio de ensino fundamental que funciona no campus Seropédica e que é uma gestão compartilhada entre a Prefeitura Municipal de Seropédica e a Universidade. Na busca pela confirmação dos repasses e dos valores, foi necessário entrar em contato com o servidor que possuía acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI. No caso do CTUR, foi necessário entrar em contato com a Pró-Reitoria de Planejamento, Avaliação e Desenvolvimento Institucional - PROPLADI da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, uma vez que a Universidade é a Unidade Executora do CTUR.

De acordo com o FNDE o compromisso do governo federal é o financiamento suplementar aos estados, municípios e escolas federais, realizados em dez parcelas, de fevereiro a novembro, para cobrir os 200 dias letivos, de acordo com o número de discentes matriculados no colégio no ano anterior, conforme informado no Censo Escolar (FNDE, 2020b).

Conforme consta no Portal da Transparência do Governo Federal, os recursos do PNAE destinados a Universidade Rural, foram utilizados para pagamento de processos de compra de alimentos para os Restaurantes Universitários dos Campus Seropédica (Sede) e Nova Iguaçu (Instituto Multidisciplinar).

Apesar da confirmação de recebimento dos recursos do PNAE e da sua utilização na compra de gêneros alimentícios, os discentes do CTUR precisam buscar outras alternativas para se alimentar como marmitas e lanches rápidos, pois como dito anteriormente, o acesso ao restaurante universitário da UFRRJ, campus Seropédica, não é fácil por diversos fatores, dentre eles, a distância, visto que o deslocamento precisa ser realizado por meios próprios e o percurso que leva em torno de 20 minutos (40 minutos ida e volta) para ser percorrido (Figura 2). Logo, a distância acarreta a falta de adesão dos discentes em se alimentarem lá e a preferência por alimentos levados de casa, apesar da baixa renda da maioria significativa dos discentes pesquisados. As alternativas utilizadas pelos discentes para se alimentar, levantam questões sobre a inocuidade e valor nutritivo dos alimentos.

Para a utilização do restaurante universitário, os discentes precisam comprar o *ticket*, para almoço/jantar, que custa R\$1,45 (um real e quarenta e cinco centavos) e o do desjejum, no valor de R\$0,70 (setenta centavos), que é vendido somente no Prédio Central da Universidade (mais um deslocamento longo aos discentes do CTUR). Em relação à cobrança para os discentes do CTUR, é importante frisar que um dos princípios do PNAE é o fornecimento universal e gratuito da alimentação escolar para os discentes da educação básica (BRASIL, 2009).

Outro fator que colabora para a baixa adesão ao Restaurante Universitário é o fato de o restaurante estar em reforma desde 2017 para ampliação e adequação da estrutura, dessa forma, as refeições não estão sendo produzidas pela Universidade, que compra marmitas de uma empresa terceirizada. As refeições ofertadas pela empresa são alvo constante da reclamação dos discentes, inclusive pela falta de inocuidade dos alimentos.

Dos 79 discentes pesquisados, 48 discentes (60,8%) informaram trazer refeições de casa e cinco (6,3%) afirmaram utilizar o restaurante universitário, conforme Figura 3. Quando o Restaurante Universitário da Universidade Rural está em funcionamento, com preparo das refeições pela sua equipe, pode-se assegurar que as refeições são preparadas em cozinha adequada e servida em refeitório, tendo profissionais qualificados, como nutricionista e economistas domésticos, para atestar a qualidade dos alimentos desde o recebimento até o preparo. Silva (2018), em estudo realizado sobre a alimentação escolar no Instituto Federal de Roraima, identificou que em dois dos cinco *campi* pesquisados, não há o fornecimento de alimentação no ambiente escolar pela ausência de refeitório com cozinha adequada para o preparo das refeições, o que viola o inciso VII do art. 208, o § 4º do art. 212 e o art. 227 da CF/88¹⁴.

¹⁴ "Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. § 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (BRASIL, 1988).

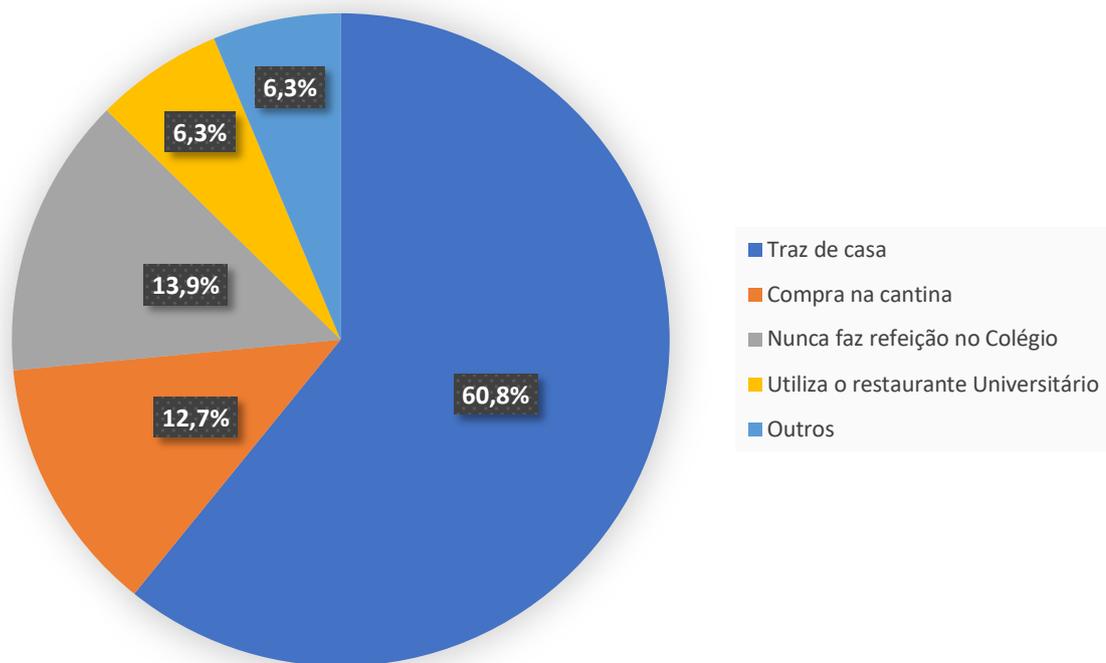


Figura 3. Local de realização de alguma refeição durante a permanência no CTUR, Seropédica, 2020.

Outro ponto importante e crítico, do ponto de vista da segurança do alimento é o armazenamento desses alimentos até o consumo, pois muitos discentes os armazenam em bolsas térmicas (22,8%), na própria mochila (19%) ou consomem alimentos comprados na área externa do colégio, que não possuem garantia de condições higiênicas-sanitárias, tanto no preparo quanto no armazenamento (Figura 4). Com relação ao tipo de alimentos que costumam consumir durante o horário escolar, 63,3% consomem biscoito, 51,9% consomem salgados fritos ou assados e 45,6% consomem suco industrializado (Figura 5). A alimentação dos adolescentes, atualmente, é preocupante, pois em pesquisa realizada pelo IBGE (2020a), entre 2017 e 2018, identificou-se uma menor frequência do consumo de frutas, legumes e verduras, com exceção do açaí e da batata inglesa e que esse público consome o dobro do número de sanduíches, quatro vezes mais pizzas, nove vezes mais bebidas lácteas e 20 vezes mais salgadinhos, se comparados ao consumo dos idosos E, 93% dos adolescentes pesquisados utilizam açúcar para adoçar alimentos e bebidas.

De acordo com Silva *et al.* (2012), os adolescentes possuem informação sobre hábitos alimentares saudáveis, no entanto, não o fazem. O que demonstra que ter acesso à informação não é garantia de promoção da segurança alimentar, mas apenas parte de um contexto maior. Portanto, sugere-se que isso seja revisto pelos gestores responsáveis nessa unidade, alvo desta pesquisa, uma vez que a falta do fornecimento de alimentação escolar adequada coloca os discentes em situação de insegurança alimentar.

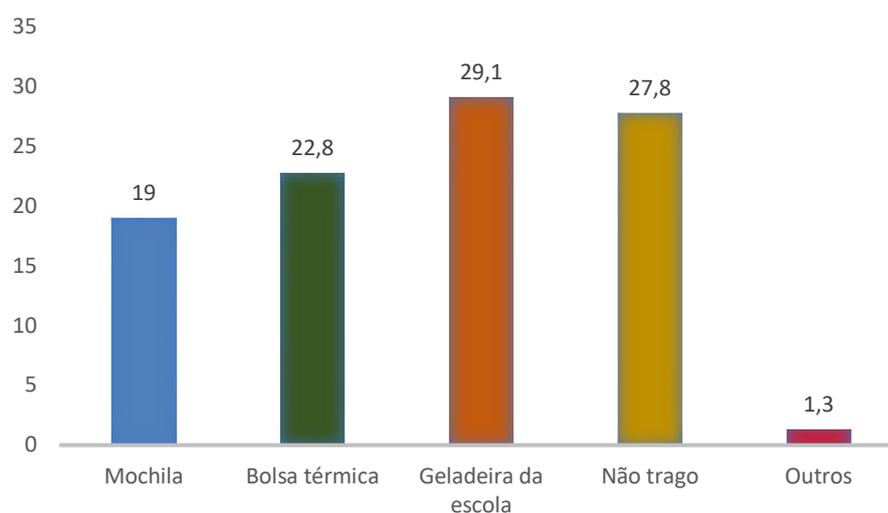


Figura 4. Armazenamento da refeição trazida de casa até a hora do consumo pelos discentes do CTUR, Seropédica, 2020.

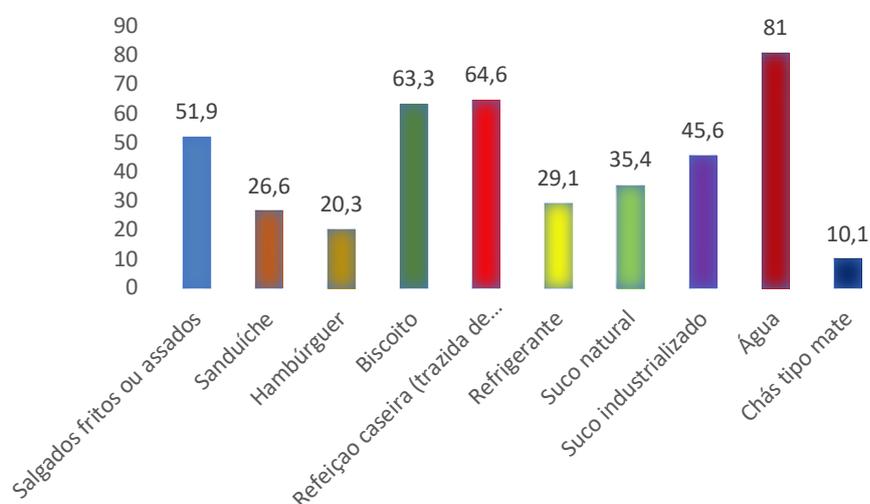


Figura 5. Tipos de alimentos consumidos nas refeições durante o horário escolar no CTUR, Seropédica, 2020.

As refeições trazidas pelos discentes precisam ser aquecidas antes do consumo, sendo assim, foi perguntado como eles realizavam esse aquecimento. A utilização do aparelho de micro-ondas fornecido pelo colégio foi a opção escolhida por 74,7% dos pesquisados e apenas um discente pesquisado utilizou marmita elétrica. Uma realidade apresentada pelos discentes é a cotização para a compra do equipamento de micro-ondas para utilização exclusiva da turma. E geralmente, eles realizam as refeições na própria sala de aula.

Em 2016, foi solicitada a construção de um quiosque de convivência. A obra foi iniciada em 2019 e finalizada em 2020 (Figura 6). O planejamento foi feito para que os discentes possam utilizar este espaço para armazenar, aquecer e realizar suas refeições, ainda que o colégio não fornecerá a alimentação, mas apenas proporcionará um ambiente com o equipamento de micro-ondas, mesas e cadeiras. Percebe-se que a construção do quiosque não solucionará a questão do

não fornecimento de alimentação escolar, será apenas um paliativo para que os discentes possam um local para realizar suas refeições de forma mais adequada.



Figura 6. Quiosque de convivência no CTUR (2020).

É fato que existe uma demanda social e recursos específicos destinados à alimentação escolar e que o CTUR possuía uma política de assistência aos discentes, apesar disso, os recursos repassados pelo FNDE não são executados de forma a atendê-lo. É importante destacar que os recursos para a assistência aos estudantes não contemplam a todos, por isso, a implantação e implementação do PNAE no CTUR se faz necessário e urgente, já que é uma forma de garantir aos estudantes uma alimentação gratuita e saudável. A garantia da alimentação escolar também pode contribuir para diminuir a evasão escolar e proporcionar a inclusão social.

Em estudo realizado no Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG, composto pela reitoria e mais 19 *campi*, constatou-se que nem todos possuem estrutura para o fornecimento da alimentação escolar. Conquanto, desde 2018, existe planejamento para a implementação do PNAE em todas as unidades. As unidades que possuem a estrutura completa oferecem três refeições por dia, os que não a possuem, oferecem um lanche saudável pela manhã, composto por bananas, maçãs, goiabas, biscoito salgado, iogurte e barra de cereal, pois sabe-se da importância do fornecimento do lanche saudável na contribuição para a formação de hábitos saudáveis de alimentação, conforme relatado pelos próprios discentes analisados (IFMG, 2019a; 2019b).

Sugere-se que os gestores da Universidade Rural e do CTUR busquem maneiras seguras de acesso à alimentação escolar, seja fornecendo transporte escolar até o Restaurante Universitário, uma vez que, o colégio possui ônibus integrados ao seu patrimônio, seja buscando outras alternativas paliativas, enquanto a solução definitiva não ocorre, que é a construção de um restaurante e refeitório próprios, como a parceria com o CAIC, para a utilização da cozinha e refeitório.

3.5.3 Assistência Estudantil e o Programa Nacional de Alimentação Escolar no CTUR durante a pandemia

Com o decreto da pandemia e suspensão das aulas presenciais, essa pesquisa também analisou quais estratégias e ações específicas estavam sendo implementadas pelo CTUR, frente a pandemia da Covid-19, para minimizar os impactos às famílias dos discentes em condições

de maior vulnerabilidade. A UFRRJ decretou, em 13 de março, a paralisação das suas atividades administrativas e acadêmicas, inicialmente até o dia 30 de março, em virtude da pandemia. Posteriormente, as atividades foram suspensas por tempo indeterminado, sem previsão de retorno.

Com relação a assistência estudantil, o CTUR continua com o pagamento das bolsas como descrito no tópico anterior e instituiu a concessão do Auxílio Financeiro de Inclusão Digital, no valor de R\$200,00 (duzentos reais) mensais aos discentes matriculados nos cursos de nível médio, técnicos de nível médio ou técnicos subsequentes presenciais do Colégio Técnico da UFRRJ, em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada, para viabilizar a sua participação no Estudo Continuado Emergencial (ECE). Em março de 2021, 287 (duzentos e oitenta e sete) discentes foram contemplados com o Auxílio Financeiro de Inclusão Social.

Dentre as medidas adotadas pelo governo brasileiro para promover o acesso universal à alimentação adequada e saudável, tendo como prioridade as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, destaca-se o auxílio emergencial. O referido auxílio estabelece medidas excepcionais de proteção social para trabalhadores informais, microempreendedores individuais, autônomos e desempregados, sendo o valor pago de R\$600,00 (seiscentos reais) e R\$1.200,00 (um mil e duzentos reais) às mulheres chefes de família. Programas de transferência de renda, como o auxílio emergencial, são alternativas para o combate à fome e à pobreza, buscando assegurar as necessidades básicas diárias dos indivíduos (ALPINO *et al.*, 2020; GURGEL *et al.*, 2020).

Contudo, o acesso a esse benefício reforçou as desigualdades existentes no Brasil, pois era necessário a realização de um cadastro *online*, ter acesso à internet, possuir um Cadastro de Pessoa Física (CPF) ativo e uma conta bancária, embora 26% da população brasileira não possuía acesso à internet, 46 milhões de brasileiros não dispõem de conta bancária e CPF ativo. Dessa forma, muitos não conseguiram cumprir as exigências cadastrais (GURGEL *et al.*, 2020).

Dos 71 discentes que responderam à questão sobre o recebimento de algum tipo de benefício do governo federal, 28,2% confirmaram receber benefício de aposentadoria, auxílio doença, emergencial ou bolsa família (Figura 7). Dos 50 discentes que responderam à questão do questionário referente ao recebimento do auxílio emergencial governamental, 68% tiveram a renda familiar acrescida do auxílio emergencial governamental de transferência de renda. Dos 45 discentes que também responderam, abordam como o auxílio emergencial foi gasto durante a pandemia da Covid-19, dos quais 35,6% alegaram ter utilizado pelo menos metade do auxílio em gastos com alimentação, 26,7% utilizaram no mínimo 75% com alimentação e 15,6% empregaram todo o auxílio emergencial em gastos com alimentação.

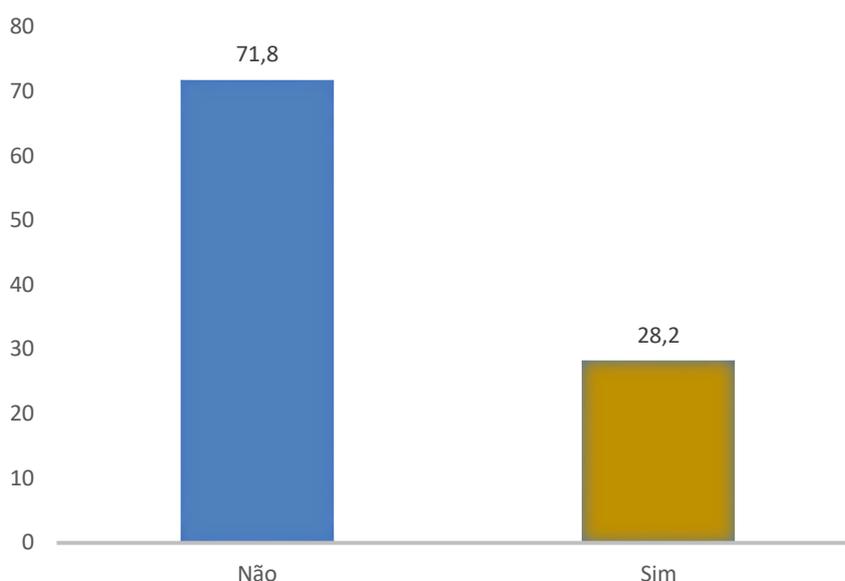


Figura 7. Recebimento de algum tipo de transferência de renda do Governo brasileiro Federal pelas famílias dos discentes.

Com o avanço da pandemia da Covid-19, houve alterações na Lei nº 11.947. A Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020, que “Altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, para autorizar, em caráter excepcional, durante o período de suspensão das aulas em razão de situação de emergência ou calamidade pública, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica” (BRASIL, 2020a).

Por conseguinte, os recursos do PNAE durante o período de pandemia, devem continuar sendo utilizados para o fornecimento da alimentação escolar. Visando garantir aos discentes do CTUR o acesso à uma alimentação adequada às necessidades nutricionais diárias, saudável, balanceada e com incentivo ao consumo da comida de verdade. No entanto, de acordo com informações divulgadas no site do colégio e através do acesso público, no Sistema Integrado de Administração e Contratos - SIPAC, as atas de reuniões realizadas no colégio revelam que ações demoraram a serem tomadas, principalmente pela alegação do colégio sobre a inexistência de recursos do PNAE para atender o que a legislação determinava, pois, como dito anteriormente, acreditava-se que o recurso estava vinculado ao Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - CAIC, colégio municipal que funciona em gestão compartilhada com a Universidade e que tem o repasse de recursos do PNAE, garantido pela prefeitura do município de Seropédica - RJ.

A reunião administrativa, realizada em 18 de maio de 2020 pelo CTUR, constou que o setor de assuntos estudantis, em parceria com o Grêmio Estudantil, entrou em contato com os discentes para realizar o levantamento do quantitativo de discentes com dificuldades financeiras em virtude da pandemia. A partir desse levantamento, foi solicitado à reitoria da Universidade o pagamento de bolsas para esses estudantes e se averiguou formas de viabilizar a compra de alimentos para a montagem de cestas básicas. Consta na ata, também, que o CTUR teria condições de fornecer folhagens e ovos da sua própria produção, assim como a Fazendinha Agroecológica - km 47 poderia colaborar no fornecimento de algumas frutas e legumes. Destaca-se que o colégio levou dois meses para iniciar essas ações de ajuda aos estudantes.

Em reunião realizada em 20 de maio de 2020, o setor de assuntos estudantis informou que em média 30 discentes estavam passando por alguma dificuldade financeira em virtude da

pandemia e, que à esses discentes seriam destinadas ações de fornecimento de bolsa ou cesta básica. Também foi informado a realização de um contato com a CEASA e que disponibilizou gêneros alimentícios da agricultura familiar para a composição de cestas para o atendimento de cerca de 50 estudantes. Alguns questionamentos foram feitos pelos docentes, como o quantitativo de estudantes e sobre os recursos oriundos do PNAE que, como dito anteriormente, deveriam ser utilizados na alimentação escolar dos discentes, mesmo durante a pandemia. Diante dos questionamentos, a direção do colégio informou que iria verificar junto à Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros - PROAF, as informações sobre os repasses do PNAE.

Devido à falta de retorno sobre esses recursos para assistir os discentes em vulnerabilidade social, um grupo formado por docentes ativos, docentes aposentados e técnicos administrativos, se disponibilizaram a doar mensalmente o valor de R\$120,00 (cento e vinte reais), a partir do mês de julho de 2020, para contribuir com a compra de cestas básicas.

A alimentação escolar é um direito garantido pela Constituição Federal, como um programa suplementar à educação. O Estado tem a obrigação de prover, promover e garantir que os estudantes recebam a alimentação escolar. Ao longo dos anos, o PNAE se consolidou como um importante programa de Segurança Alimentar e Nutricional – SAN. Nesse momento excepcional de calamidade e emergência de saúde pública, o PNAE deve continuar a promover a SAN e, como meio para que isto ocorra, é pela distribuição dos gêneros alimentícios já adquiridos ou que vierem a ser adquiridos (BRASIL, 2020a).

Cabe destacar que, enquanto em maio de 2020 o CTUR ainda estava realizando levantamento de discentes e buscando alternativas para assistir os discentes, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PROES da Universidade Rural já em março, estava solicitando autorização, em caráter extraordinário e emergencial, para conceder auxílio emergencial sob a modalidade de auxílio financeiro aos estudantes matriculados nos cursos de graduação presenciais no campus Seropédica, em situação de vulnerabilidade socioeconômica comprovada, com moradia regular nos alojamentos e que preencheram o cadastro *online* disponibilizado pela PROES. Para os universitários com moradia regular no alojamento e que comprovaram não ter condições de retornarem às suas residências, está sendo pago uma parcela mensal de R\$400,00 (quatrocentos reais), com vigência até o término do período de suspensão das atividades acadêmicas.

Neste momento, devido ao isolamento social para o enfrentamento da pandemia da Covid-19, o PNAE se encontra diante de um enorme desafio para continuar com o fornecimento da alimentação escolar. Em muitos casos, a suspensão das aulas nas escolas públicas significou a interrupção ou a precarização do acesso à alimentação, o que não apenas impacta no orçamento das famílias, mas também prejudica quantitativa e qualitativamente na alimentação dos discentes (AMORIM *et al.*, 2020).

No aspecto que engloba crianças e adolescentes, destaca-se a importância do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, que é uma estratégia para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), cujas ações devem-se nortear pelos princípios da alimentação saudável discutidos no Guia Alimentar para a População Brasileira.

O Guia Alimentar para a População Brasileira recomenda o aumento do consumo, prioritariamente, de frutas e hortaliças, como uma medida promotora de saúde e de fundamental importância para o combate das doenças crônicas não transmissíveis, presente pela transição nutricional vivida pelos brasileiros. O Guia teve seu conteúdo contestado por desaconselhar o consumo de alimentos processados e ultraprocessados, incentivar e direcionar escolhas alimentares mais saudáveis e mais sustentáveis, de acordo com as recomendações da FAO, que orientam a redução do consumo de alimentos pobres em vitaminas e minerais (BRASIL, 2014; FAO, 2019b).

O Ministério da Saúde solicitou revisão urgente do documento, o que é lamentável e infundado, tendo em vista que o guia é reconhecido mundialmente por sua excelência em se basear em diretrizes para promoção da saúde. Um dos relatórios da FAO sugere a adoção dessas diretrizes, que constam no nosso guia, por serem promotoras de sistemas alimentares saudáveis e ao mesmo tempo sustentáveis e, o nosso guia está entre os quatro, que já adotam, dentre 80 guias de diferentes países analisados. O incentivo ao aumento do consumo de cereais integrais, legumes, frutas e vegetais é recomendado e o nosso documento é elogiado pela FAO, pelas diretrizes brasileiras que se baseiam, fundamentalmente, nesses alimentos (BRASIL, 2020b; USP, 2020).

Várias instituições repudiaram a Nota Técnica N° 42/2020/DAEP/SPA/MAP por ser um retrocesso ao alcance da soberania e segurança alimentar e nutricional. O documento defende a liberdade de escolha e tenta desarticular as recomendações que incentivam uma dieta mais rica em micronutrientes (vitaminas e minerais), recomendando a presença de alimentos ricos em gorduras, açúcar e sal na dieta do brasileiro, que podem provocar o aumento da fome oculta crônica para a população brasileira (ABESO, 2020; USP, 2020).

Espera-se que os gestores responsáveis pelo colégio revejam a falta de alimentação escolar apropriada no local, em períodos de aulas presenciais, tendo em vista a importância do fornecimento de alimentação escolar adequada para alcançar a situação de segurança alimentar, como descrito nos trabalhos de Wittman *et al.* (2019a; 2019b).

Diante da ausência de informações definitivas sobre o repasse do PNAE ao CTUR, o colégio efetuou quatro estratégias importantes em prol da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, para minimizar a situação de fome a qual se encontravam alguns discentes do CTUR, no período pandêmico, a saber:

- Estratégia 1: fornecimento de cestas básicas para 50 famílias de discentes, compradas com dinheiro doado por docentes ativos, aposentados e técnicos administrativos. As cestas foram compostas por alimentos não perecíveis (5 kg de arroz polido, 3 kg de feijão preto, 1 kg de sal, 1 kg de café moído e torrado, 3 kg de açúcar refinado, 2 kg de macarrão, 1 kg de farinha de mandioca, 1 kg de fubá ou farinha de milho, 1800 mL de óleo de soja, 1.200 kg de leite em pó integral, 1.560 kg de molho de tomate, 250 g de sardinha enlatada em óleo, 500 g de margarina e 1 kg de farinha de trigo branca).
- Estratégia 2: Doação de insumos da produção agroecológica do CTUR (ovos de galinha e algumas hortaliças).
- Estratégia 3: A execução do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, fundamental parceria para o período, pois garantiu, quinzenalmente, doações de frutas e hortaliças, que foram importantes para a composição de alimentos perecíveis, ricos em vitaminas e minerais, para complementar a cesta básica e melhorar a sua composição.
- Estratégia 4: Doações de carnes, armazenadas ao longo do período da pandemia, pelo Centro de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - CAIC Paulo Dacorso Filho, que é municipal e atende discentes da rede pública do ensino fundamental, situado no campus da UFRRJ. As carnes foram distribuídas entre as 50 cestas básicas destinadas aos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica do CTUR. Essa estratégia foi adotada em virtude de informações repassadas pela reitoria da Universidade na reunião administrativa do CTUR, realizada em 15 de setembro de 2020. Na referida reunião, também foi informado que, conforme os trâmites legais, o valor recebido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) poderá ser empenhado em cestas básicas aos discentes, auxiliando cerca de 640 (seiscentos e quarenta) estudantes.

As entregas dos alimentos oriundos do Banco de Alimentos da Ceasa/RJ do PAA (Figura 8) foram realizadas quinzenalmente e as cestas básicas mensalmente. Alguns docentes, técnicos administrativos e a Divisão de Assuntos Estudantis - DAE, participaram presencialmente e voluntariamente dos trabalhos que envolveram a distribuição desses alimentos. Ressalta-se que essas estratégias tiveram início após três meses de suspensão das aulas, entre junho e julho de 2020 e que ocorreram até dezembro de 2020.



Figura 8. Distribuição dos alimentos do Banco de alimentos da Ceasa/RJ (CTUR, 2020c).
Fonte: Site do CTUR.

A Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu, no Estado do Rio de Janeiro, optou pelo fornecimento de cartões alimentação no valor de R\$110,00 (cento e dez reais) para mais de 65 mil discentes da rede pública. O cartão não é recarregável, logo, os responsáveis precisam se deslocar mensalmente até a unidade escolar na qual seus filhos estão vinculados para realizar a retirada de um novo cartão. A Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes, também no estado do Rio de Janeiro, optou pela entrega de *kits* alimentação compostos por alimentos não perecíveis, sendo eles: arroz, feijão, leite em pó, achocolatado, pacotes de biscoito, sal, açúcar, óleo, sardinha em lata e os discentes de creche ainda receberam mistura para mingau (CONSEA-RJ, 2020).

Sabe-se que o Instituto Federal de Minas Gerais - IFMG, distribuiu em 2020, 10.416 *kits* de alimentos aos discentes e suas famílias, o que correspondeu a mais de 135 toneladas de alimentos. Essa assistência aos discentes foi possível através da utilização dos recursos do PNAE. Os *kits* eram compostos por dez alimentos não perecíveis: arroz, feijão, açúcar, óleo, macarrão, fubá, café, molho de tomate, sal e leite em pó (IFMG, 2021).

Destaca-se ainda que, realizada pelo IBGE (2020c), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD na pandemia da Covid-19, apontou dados extremamente importantes e que devem ser levados em consideração, especificamente em relação a renda, por ter relação

direta com a compra de alimentos e conseqüentemente com a segurança alimentar. A taxa de desemprego no país, por exemplo, subiu de 13,7% na terceira semana de setembro para 14,4% na quarta semana do mês, o que é preocupante, porque esse crescimento representa o agravo ainda maior com a falta de renda para grande parte dos brasileiros e, com isso, a situação de insegurança alimentar tende a ser ainda maior, infelizmente.

Em setembro de 2020, em reunião do Conselho de Professores do CTUR, conforme consta em ata (Anexo C), foi autorizado que os recursos do FNDE recebidos pela UFRRJ fossem utilizados na compra de cestas básicas para os discentes do CTUR. Com o reconhecimento de que o recurso do PNAE recebido pela UFRRJ pertence ao CTUR, foi encaminhada à Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros a solicitação para compra e contribuição de cestas básicas, organizada pelos docentes ativos, docentes aposentados e técnicos administrativos, mas que foi suspensa em janeiro de 2021. Portanto, os discentes encontram-se desassistidos no momento mais crítico da pandemia no Brasil e com a suspensão do auxílio emergencial que era pago pelo governo federal, uma vez que, a contribuição para a compra das cestas foi suspensa e o processo para a aquisição das mesmas encontra-se na Pró-Reitoria de Assuntos Financeiros.

3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto neste capítulo, a implantação e implementação do PNAE no CTUR é significativa, indispensável e urgente, pois através do PNAE é possível garantir aos discentes uma alimentação gratuita, saudável e nutritiva durante a permanência no colégio. A alimentação escolar é uma estratégia relevante de permanência na escola e na inclusão social, assim como contribui para a melhoria da qualidade da alimentação e nutrição dos discentes.

O Brasil saiu do mapa da fome há pouco tempo, entretanto, lamentavelmente ela voltou a ser uma realidade brasileira. O quanto a falta de aula nas escolas durante a pandemia da Covid-19, por exemplo, fez com que milhares de crianças não tenham a garantia do que muitas vezes é a sua única refeição no dia, a alimentação escolar. Infelizmente, durante os meses de suspensão das aulas, apenas algumas escolas atenderam, pelo menos, essa demanda e a evasão escolar é uma triste realidade em todo o país.

Estratégias como a doação de cestas básicas, insumos da produção agroecológica do CTUR, de alimentos adquiridos através do PAA, entre outras, que poderão ser desencadeadas, devem minimizar os problemas com a fome no Brasil, apesar do cenário atual tão assustador, onde a falta de geração de renda leva milhares de pessoas a terem falta de comida. Faz-se necessário mais iniciativas por meio de políticas públicas para que todos tenham acesso à tão necessária comida de verdade.

É considerável que o recurso do PNAE - FNDE é suplementar, portanto, seria pertinente ser avaliado pelo CTUR se as cestas básicas doadas estão efetivamente suprindo as demandas nutricionais, ou seja, se estão atendendo às necessidades nesse período excepcionalmente, como estratégia efetiva para redução de situações de insegurança alimentar e nutricional para os discentes que estão vivendo o momento atípico provocado pela pandemia da Covid-19.

Sugere-se que, durante o afastamento social dos discentes, sejam realizados novos levantamentos para saber se o número de discentes em situação de comprometimento da segurança alimentar e nutricional foi aumentado, tendo em vista o fundamental direito humano à alimentação segura e saudável, principalmente no cenário pandêmico. E que parcerias com outras organizações, inclusive não governamentais, sejam viabilizadas para minimizar a situação de insegurança alimentar dos escolares, em especial aos que se encontram em insegurança alimentar grave, ou seja, que estão passando fome.

Acredita-se que publicações como essa sejam mecanismos eficientes para a construção das políticas públicas, através do maior conhecimento sobre o acesso à dados das condições reais de alimentação, saúde e educação. Afinal, uma das prioridades governamentais deve ser o de proteger as populações mais vulneráveis.

Devido à importância do tema e os poucos estudos sobre como a disseminação desigual da Covid-19 no Brasil tende a potencializar os diferentes impactos de políticas públicas, faz-se necessário que novas abordagens sejam contextualizadas para alcançarmos a tão almejada soberania e segurança alimentar e nutricional.

3.7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALPINO, T. M. A.; SANTOS, C. R. B; BARROS, D. C.; FREITAS, C. M. COVID-19 e (in) segurança alimentar e nutricional: ações do Governo Federal brasileiro na pandemia frente aos desmontes orçamentários e institucionais. **Cadernos de Saúde Pública**. v.36, n. 8, p. 1-17, 2020.

AMORIM, A. L. B.; RIBEIRO JUNIOR, J. R. S.; BANDONI, D. H. Programa Nacional de Alimentação Escolar: estratégias para enfrentar a insegurança alimentar durante e após a COVID-19. **Revista de Administração Pública**, v.54, n. 4, p. 1134-1145, 2020. Disponível em:<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122020000401134&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 de out. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA - ABESO. **Nota em defesa ao Guia Alimentar para a População Brasileira, 2020**. Disponível em:<<https://abeso.org.br/nota-em-defesa-ao-guia-alimentar-para-a-populacao-brasileira/>>. Acesso em: 01 de out. de 2020.

BRASIL. **Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas. Brasília-DF: Ministério da Saúde, 2012a.

BRASIL. Portal do CONSEA. **Conceitos, 2017**. Disponível em:<<http://www4.planalto.gov.br/consea/acesso-a-informacao/institucional/conceitos>>. Acesso em: 25 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Orientações para a execução do PNAE durante a situação de emergência decorrente da pandemia do coronavírus (COVID 19)**. 2020a. Disponível em:<<https://www.fn-de.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-area-gestores/pnae-manuais-cartilhas/item/13454-orientações-para-a-execução-do-pnae-pandemia-do-coronav%C3%ADrus-covid-19>>. Acesso em: 14 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2. ed. - Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156p.

BRASIL. **Lei nº 11.346**, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>. Acesso em: jun. 2020.

BRASIL. **Resolução Nº 466**, de 12 de dezembro de 2012. Pesquisas envolvendo seres humanos. 2012b. Conselho Nacional de Saúde - CNS. DOU nº 12, 13 de junho de 2013 – Seção 1, p. 59.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 abr. 2021.

BRASIL. **Resolução nº 38**, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos discentes da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Disponível em:<<https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3341-resolucao-cd-fnde-n-38-de-16-de-julho-de-2009>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Qualidade de alimentos consumidos pelos brasileiros é tema de projetos que tramitam no Senado**. 2020b. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/09/18/qualidade-de-alimentos-consumidos-pelos-brasileiros-e-tema-de-projetos-que-tramitam-no-senado>. Acesso em: 10 de out. 2020.

CALLEGARI-JACQUES, S. M. **Bioestatística. Princípios e aplicações**. Porto Alegre: Artmed, 2003. 255 p.

COLÉGIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE RURAL - CTUR. **Plano do Curso Técnico em Agroecologia**. 2017. Disponível em:<<http://r1.ufrj.br/ctur/curso-tecnico-em-agroecologia/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

COLÉGIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE RURAL - CTUR. **Edital nº 02/2021 – Concurso Público de Seleção para ingresso nas primeiras séries e módulos iniciais do Ensino Médio e Cursos Técnicos**. 2021. Disponível em:<<http://r1.ufrj.br/ctur/wp-content/uploads/2021/01/Edital-02-2021-Concurso-Publico-de-Selecao-para-ingresso-as-primeiras-series-e-modulos-iniciais-do-Ensino-Medio-e-Cursos-Tecnicos-do-CTUR-Colégio-Técnico-da-UFRRJ.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

COLÉGIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE RURAL - CTUR. **Edital nº 01/2020 de Seleção Pública para Concessão de Bolsa de Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica do Colégio Técnico da UFRRJ**. 2020a. Disponível em:<<http://r1.ufrj.br/ctur/wp-content/uploads/2020/02/EDITAL-N-01-2020-CTUR-UFRRJ-Bolsa-de-Assistencia-ao-Estudante.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

COLÉGIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE RURAL - CTUR. **Edital Nº 02/2020 – Edital de seleção pública para concessão de auxílio financeiro de inclusão digital ao estudante da educação profissional e tecnológica do Colégio Técnico da UFRRJ**. 2020b. Disponível em:<<http://r1.ufrj.br/ctur/auxilio-financeiro-de-inclusao-digital-ao-estudante-2020/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

COLÉGIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE RURAL - CTUR. **Concurso 2018/2019– Ingresso às primeiras séries e módulos iniciais do Ensino Médio e Cursos Técnicos de 2019**. 2018. Disponível em:<<http://r1.ufrj.br/ctur/concurso-20182019-ingressos-as-primeiras-series-e-modulos-iniciais-do-ensino-medio-e-cursos-tecnicos-de-2019>>. Acesso em: 02 nov. 2018.

COLÉGIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE RURAL - CTUR. **CTUR distribui, nesta quinta-feira (4/6), 500kg de alimentos, fornecidos pelo Banco de Alimentos da Ceasa/RJ**,

que atenderão 50 famílias de nossos estudantes. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/ctur/acoes/>. 2020c>. Acesso em: 15 out 2020.

CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CONSEA-RJ. *In:* BURLANDY, L.; KRAEMER, F.B.; CASTELO BRANCO, T.; LOPES, T.; MACGADO, R.; GOLLO, A (Orgs). **O acesso à alimentação e os desafios para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional em tempos de Covid-19:** as ações dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado do Rio de Janeiro e das Organizações da Sociedade Civil que atuam nesses conselhos. Rio de Janeiro: CONSEA-RJ, 2020. 71p.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2019a. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2019.** 2019a. Safeguarding against economic slowdowns and downturns. Rome, FAO. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.

FUNDO INTERNACIONAL DE EMERGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA - UNICEF. **Impactos primários e secundários da Covid-19 em crianças e adolescentes.** 2020. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/media/9966/file/impactos-covid-criancas-adolescentes-ibope-unicef-2020.pdf>>. Acesso em: 22 de ago. 2020.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo n o 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus – Covid-19.** 2020a. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-2-de-9-de-abril-de-2020-252085843>>. Acesso em: 01 out 2020.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **RESOLUÇÃO Nº 06, DE 08 DE MAIO DE 2020.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos discentes da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. 2020b. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolucao-n-6,-de-08-de-maio-de-2020>>. Acesso em: 06 jun. 2021.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **Aquisição de Produtos da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar.** 60p., 2015. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/category/116-alimentacao-escolar?download=9870:pnae-informe-2016-03-manual-pnae-2-edicao>>. Acesso em: 01 out. 2020.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **Clientela atendida pelo PNAE (Censo Escolar).** 2020b. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/pnaeweb/publico/relatorioDelegacaoEstadual.do>>. Acesso em: 14 out. 2020.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE. **Trata do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e do Plano Nacional de Alimentação Escolar.** 2020c. Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae>>. Acesso em: 01 out. 2020.

GALINDO, E; TEIXEIRA, M. A.; ARAÚJO, M.; MOTTA, R.; PESSOA, M.; MENDES, L.; RENNÓ, L. Efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. **Food for Justice Working Paper Series**, nº. 4. Berlin: Food for Justice: Power, Politics, and Food Inequalities in a Bioeconomy. Disponível em:<https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/29813/WP_%234_final_version.pdf?sequence=2&isAllowed=y>. Acesso em: 29 jun. 2021.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009. 120p.

GURGEL, A. M.; SANTOS, C. C. S.; ALVES, K. P. S.; ARAUJO, J. M.; LEAL, V. S. Estratégias governamentais para a garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável no enfrentamento à pandemia de Covid-19 no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.25 n.12, p. 2020. Disponível em:<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232020001204945&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 mar. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **10,3 milhões de pessoas moram em domicílios com insegurança alimentar grave**. 2020a. Disponível em:<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28903-10-3-milhoes-de-pessoas-moram-em-domicilios-com-inseguranca-alimentar-grave>>. Acesso em: 07 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades**. 2020b. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/seropedica/panorama>>. Acesso em: 14 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD**. 2014. Disponível em:<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91984.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. PNAD/COVID/IBGE. **O IBGE apoiando o combate a COVID-19**. 2020c. Disponível em:<<https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/>>. Acesso em: 15 de set. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS - IFMG. **IFMG avança na implementação do PNAE nos Campi**. 2019a. Disponível em:<<https://www.ifmg.edu.br/portal/noticias/ifmg-avanca-na-implementacao-do-pnae-nos-campi>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS - IFMG. **Por uma alimentação mais saudável**. 2019b. Disponível em:<<https://www.ifmg.edu.br/portal/noticias/campus-ouro-branco-oferta-alimentacao-saudavel-atraves-do-programa-nacional-de-alimentacao-escolars>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS - IFMG. **IFMG distribui mais de 135 toneladas de alimentos aos estudantes**. 2021. Disponível em:<<https://www.ifmg.edu.br/portal/noticias/ifmg-distribui-mais-de-10-mil-kits-de-alimentos-a-familias-de-estudantes>>. Acesso em: 02 abr. 2021.

MALUF, R. S. **Sobre o Dia Mundial da Alimentação: insegurança alimentar e fome no mundo e no Brasil**. Disponível em: <<http://institucional.ufrj.br/portalcpsda/prof-renato-maluf-dia-mundial-da-alimentacao-2020/>>. Acesso em: 19 out 2020.

NEVES, D. C. G. **Análise de Políticas Públicas Intersectoriais de Fortalecimento da Agricultura Familiar e de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil e o caso de um município do Espírito Santo**. 2018. 87f. Dissertação (Mestrado Profissional em Práticas em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **17 Objetivos Para Transformar o Mundo**. 2019. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 21 jun. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO - FAO. **Guias alimentares podem ajudar a dieta da população, 2019**. 2019b. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1199506/>>. Acesso em: 01 out. 2020.

PAMPLONA, R. M. **As relações entre o Estado e a Escola: um estudo sobre o desenvolvimento da educação profissional de nível médio no Brasil**. 2008. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2008.

PINTO, H. S. **A Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (Parte 1): A Modernização do Estado e os Avanços na Superação da Fome**. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, agosto/2014 (Texto para Discussão nº 150). Disponível em: <www.senado.leg.br/estudos>. Acesso em: 20 out. 2019.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR - REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid -19 no Brasil**. 66p. 2021. Disponível em: <<http://olheparaafome.com.br>>. Acesso em: 29 jun. 2021.

SILVA, M. P. S. P. **Os Paradigmas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Instituto Federal de Roraima (IFRR): realidades locais e perspectivas**. 2018. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, J. G.; TEIXEIRA, M. L. O.; FERREIRA, M. A. Alimentação e saúde: sentidos atribuídos por adolescentes. **Revista Escola Anna Nery**. v. 1, n. 16, p. 88-95, 2012.

TABAI, K. C. Políticas de segurança alimentar e saúde pública. *In*: SARTORIO, Lucia Aparecida Valadares. (Org.). **Sustentabilidade: qualidade de vida, economia solidária e educação**. 1. ed. Nova Iguaçu: Editora Entorno, 2018, v.1, p. 137-156.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO - TRF2. **Consulta processual**. Disponível em: <https://eproc.trf2.jus.br/eproc/externo_controlador.php?acao=processo_seleciona_publica&num_processo=00562563220164025101&eventos=true&num_chave=&num_chave_documento=&hash=d57fc44f08c480b4deb3ffc175d6192b>. Acesso em: 02 abr. 2021.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP. **Núcleo de estudos da USP emite nota sobre pedido de revisão no “Guia Alimentar para a População Brasileira”**, 2020. Disponível em:<<https://jornal.usp.br/atualidades/nucleo-de-estudos-da-usp-emite-nota-sobre-pedido-de-revisao-no-guia-alimentar-para-a-populacao-brasileira/>>. Acesso em: 01 out. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ. **Relatório de gestão 2017**. Disponível em:<<https://portal.ufrrj.br/institucional/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao-da-ufrrj/>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ. **Relatório de gestão 2018**. Disponível em:<<https://portal.ufrrj.br/institucional/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao-da-ufrrj/>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ. **Relatório de gestão 2019**. Disponível em:<<https://portal.ufrrj.br/institucional/relatorios-de-gestao/relatorios-de-gestao-da-ufrrj/>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

WITTMAN, E. B. B.; CASTRO, F. T.; TABAI, K. C. Alimentação escolar no Colégio Técnico da Universidade Rural-CTUR, Seropédica/RJ/Brasil. **Higiene Alimentar**, v. 33, n. 288/289, p. 62-66, 2019a.

WITTMAN, E. B. B.; CASTRO, F. T.; TABAI, K. C. Educação alimentar e nutricional: o caso do Colégio Técnico da Universidade Rural-CTUR, Seropédica/RJ/Brasil. **Higiene Alimentar**, v. 33, n. 288/289, p. 87-91, 2019b

4 CAPÍTULO III

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO COTIDIANO ALIMENTAR DE DISCENTES E DOCENTES DO CTUR

4.1 RESUMO

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é um importante instrumento para a promoção da segurança alimentar e nutricional e para a formação de hábitos alimentares saudáveis. O presente trabalho objetivou identificar as ações promovidas pelo Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CTUR, em prol da educação alimentar e nutricional, visando contribuir para a promoção da segurança alimentar e nutricional dos discentes do CTUR. Foram realizadas entrevistas em novembro de 2018 junto à professora responsável pela disciplina de Alimentos e Bebidas 1 - Cozinha e foram aplicados questionários *online* de junho a agosto de 2020, aos discentes e docentes. Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da UFRRJ (COMEP/UFRRJ) sob o protocolo nº 705/2016. Foi possível perceber que são desenvolvidas ações pela instituição em proveito da Educação Alimentar e Nutricional na disciplina de Alimentos e Bebidas 1 - Cozinha. O colégio, por ter uma produção agroecológica de hortaliças e ervas aromáticas, oferece apoio às aulas, mesmo tendo uma pequena produção e contribui incentivando o consumo de comida de verdade, como preconizado pelo Guia Alimentar para a População Brasileira, que já vem sendo trabalhado nas aulas práticas e teóricas. No entanto, tais ações não contemplam todos os discentes do colégio, sendo os discentes do curso de Hospedagem os que têm acesso aos conteúdos de educação alimentar e nutricional. O colégio possui 68 docentes, destes, 13 responderam à pesquisa e 11 informaram abordar questões relacionadas à alimentação em suas aulas. Foram abordados temas como Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, segurança dos alimentos, qualidade dos alimentos, noções básicas de nutrição e preparo de alimentos. A pesquisa identificou também que 68,6% dos discentes solicitaram trancamento de matrícula por não conseguirem se adaptar ao ensino remoto adotado durante a pandemia da Covid-19, o que revela ainda mais essa preocupante realidade atual, culminando muitas vezes no abandono escolar. E ainda, o impacto da pandemia, por causa do isolamento social, repercutiu na alimentação, pois identificou-se que o consumo de frutas e hortaliças, por parte dos discentes, diminuiu significativamente, não atendendo ao preconizado mundialmente e pelo Brasil, inclusive pelo Guia Alimentar para a População Brasileira. É baixa a inclusão da temática da alimentação pelos docentes, assim como da educação alimentar e nutricional no processo de ensino aprendizagem. Infelizmente, os discentes do CTUR estão em situação de insegurança alimentar e nutricional, pois não existe a alimentação escolar no local, mas sim uma necessidade da garantia da segurança alimentar e nutricional de forma igualitária e, por isso, as ações de EAN que visem um maior acesso aos alimentos, devem ser priorizadas. Espera-se que os dados desta pesquisa favoreçam os diálogos sobre a importância da educação alimentar e nutricional, associada à alimentação escolar assegurada no colégio e para adoção de medidas que atendam aos discentes no próprio colégio, no CTUR, para a garantia da segurança alimentar e nutricional para todos os escolares.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional. Alimentos e Bebidas. Educadores. Pandemia.

4.2 ABSTRACT

Food and Nutrition Education is an important tool for the promotion of food and nutritional security and for the formation of healthy eating habits. The present work aimed to identify the actions promoted by the Technical College of the Federal Rural University of Rio de Janeiro, in favor of food and nutrition education, aiming to contribute to the promotion of food and nutritional security of College of the Federal Rural University of Rio de Janeiro students. Interviews were conducted in November 2018 with the professor responsible for the discipline of Food and Beverages 1 - Kitchen and online questionnaires were applied from June to August 2020, to students and teachers. The research was approved by the Research Ethics Committee of the Rural Federal University of Rio de Janeiro under protocol nº 797/2016. It was possible to perceive that actions are developed by the institution in favor of food and nutrition education in the discipline of Food and Beverages 1 - Kitchen. The school, for having an agroecological production of vegetables and aromatic herbs, offers support to the classes, even with a small production and contributes by encouraging the consumption of real food, as recommended by the food guide for the Brazilian population, which has already been worked on in practical and theoretical classes. However, such actions do not include all the students of the school, and the students of the Accommodation course are those who have access to the contents of food and nutrition education. The college has 68 teachers, of whom 13 responded to the survey and 11 reported addressing issues related to food in their classes. Topics such as Food and Nutritional Security, food safety, food quality, basic nutrition and food preparation are covered. The survey also identified that 68.6% of the students requested enrollment cancellation, as they were unable to adapt to remote education adopted during the Covid-19 pandemic, which further reveals this worrying current reality, often culminating in school dropout. And yet, the impact of the pandemic, due to social isolation, had repercussions on food, it was identified that the consumption of fruits and vegetables by students decreased significantly, not meeting what is recommended worldwide and by Brazil, including the food guide for the Brazilian population. The inclusion of the theme of food by teachers is low, as well as food and nutrition education in the teaching-learning process; unfortunately, the students of College of the Federal Rural University of Rio de Janeiro are in a situation of food and nutritional insecurity, because there is no school feeding on site, there is a need to guarantee food and nutrition equally and therefore Food and Nutrition Education actions that culminate in greater access to food should be prioritized. It is expected that the data from this research will favor dialogues on the importance of food and nutrition education, associated with school meals guaranteed at the school and for the adoption of measures that serve students in the school itself, at College of the Federal Rural University of Rio de Janeiro, to ensure food and nutrition security for all students.

Keywords: Food and Nutrition Education. Food and Drink. Education. Pandemic.

4.3 INTRODUÇÃO

Entre os diversos impactos gerados pela pandemia, destaca-se o da segurança alimentar e nutricional, como a falta de acesso à alimentos e a fome. O impacto na renda das famílias mais vulneráveis foi o aumento do número de pessoas que não se alimentam adequadamente por não ter dinheiro para comprar alimentos. Dados da pesquisa Impactos Primários e Secundários da Covid-19 em Crianças e Adolescentes, indicam que cerca de 86 milhões de brasileiros tiveram a renda familiar diminuída desde o início da pandemia (KARSBURG, 2020; UNICEF, 2020).

A alimentação é um ato próprio de todas as pessoas, perceptível em todas as culturas e fundamental para a manutenção da vida de todos os indivíduos. A gastronomia pode ser vista como veículo de significados, promotora de identidade e o ato de comer pode ser entendido como um ato indispensável de que o homem faz uso, não apenas para uma necessidade inata de se alimentar, mas também para afirmar a sua pertença a um contexto social e cultural (FRANZONI, 2016).

A população brasileira possui uma publicação que serve como referência, inclusive para outros países, que é o Guia Alimentar para a População Brasileira, que aborda os princípios e as recomendações de uma alimentação adequada e saudável para a população brasileira, servindo como instrumento de apoio às ações de educação alimentar e nutricional, contribuindo para o desenvolvimento de estratégias para a promoção e a realização do direito humano à alimentação adequada e ainda, frisando a importância da denominada comida de verdade (BRASIL, 2014).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi alterada por meio da Lei nº 13.666, para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar, nas classes de ensino fundamental e médio, devendo ser abordada nas aulas de ciências e biologia. A inclusão da EAN como tema transversal teve como objetivos reduzir a obesidade infantil e garantir acesso a informações sobre alimentação saudável (BRASIL, 2018).

Na reformulação ocorrida em 2009, que trata do PNAE, por meio da Lei nº 11.947, foi instituída a diretriz sobre a inclusão da educação alimentar e nutricional como tema transversal, tornando a obrigatoriedade da sua abordagem nas escolas. Inicialmente, é preciso compreender o que se entende por Educação Alimentar e Nutricional (EAN), uma vez que tal termo é utilizado para que as ações adotadas possam abranger não somente a Educação Nutricional ou a Educação Alimentar, mas aspectos do alimento e da alimentação, assim como os processos de produção e abastecimento (BRASIL, 2009).

A Educação Alimentar e Nutricional é uma área de conhecimento com prática contínua e permanente, com uma óptica plural, intersetorial e multiprofissional, focada na promoção de práticas independentes e espontâneas de hábitos alimentares saudáveis (BRASIL, 2012).

A EAN, que foi incluída como tema transversal, é um importante instrumento na promoção de hábitos alimentares saudáveis e uma estratégia das políticas públicas em alimentação e nutrição, e tem apresentado resultados significativos na redução do desperdício de alimentos, na promoção do consumo sustentável, na promoção da alimentação saudável, assim como no fortalecimento de hábitos regionais e na valorização das diferentes culturas alimentares. A EAN é considerada uma estratégia fundamental para a prevenção e controle dos problemas alimentares e nutricionais que acometem a sociedade atualmente (BRASIL, 2012; RAMOS *et al.*, 2013).

A inclusão da EAN como tema transversal é fundamental, pois sabe-se que na Base Nacional Curricular do ensino fundamental, a temática da alimentação consta na disciplina de ciências somente para o 5º ano, devendo os seguintes aspectos serem abordados: “organizar um

cardápio equilibrado com base nas características dos grupos alimentares (nutrientes e calorias) e nas necessidades individuais (atividades realizadas, idade, sexo etc.) para a manutenção da saúde do organismo; discutir a ocorrência de distúrbios nutricionais (como obesidade, subnutrição etc.) entre crianças e jovens a partir da análise de seus hábitos (tipos e quantidade de alimento ingerido, prática de atividade física etc.)” (BRASIL, 2018).

A partir do início da pandemia da Covid-19, o Brasil encontrou-se em situação de vulnerabilidade relacionada à segurança alimentar para uma parte de sua população, sendo a insegurança alimentar perceptível. O aumento dos preços de insumos tem impacto direto sobre o bem-estar das famílias, além do aumento da taxa de desemprego da população. Com isto, houveram mudanças nos hábitos alimentares de pessoas afetadas pela crise da pandemia (RIBEIRO-SILVA *et al.*, 2020).

Tendo em vista a relevância do tema e os poucos trabalhos disponíveis que tratam especificamente sobre esses assuntos, o objetivo deste trabalho foi identificar as ações de educação alimentar e nutricional desenvolvidas no âmbito do Colégio Técnico da Universidade Rural - CTUR e o impacto da pandemia no cotidiano alimentar, visando contribuir para o debate sobre o tema, com a finalidade de sensibilizar para a promoção de diferentes políticas públicas.

4.4 MATERIAL E MÉTODOS

4.4.1 Universo da Pesquisa

A pesquisa foi realizada no Colégio Técnico da Universidade Rural– CTUR, que é vinculado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e pertence à Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica. O colégio está situado no campus sede da referida Universidade, que está localizada no município de Seropédica, baixada fluminense. O município de Seropédica está localizado no estado do Rio de Janeiro, possui uma área territorial de 283,634 km², população estimada de 82.312 pessoas e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,713 (IBGE, 2020a).

Essa pesquisa foi submetida à Comissão de Ética em Pesquisa na UFRRJ (COMEP/UFRRJ) e obteve aprovação sob protocolo nº 705/2016 (Anexo B).

4.4.2 Coleta de dados

A pesquisa realizada foi de caráter exploratório e de natureza quali-quantitativa. Optou-se por escolher essa metodologia devido às facilidades na análise dos dados brutos através de instrumentos padronizados, sem perder os traços ricos e substanciais das análises qualitativas (GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

A primeira parte da coleta de dados foi realizada entre 2018 e 2019, com a utilização de técnicas de observação não participativa, nas aulas teóricas e práticas da disciplina de Alimentos e Bebidas 1 - Cozinha do curso Técnico em Hospedagem e nas atividades extras realizadas, como piquenique no Jardim Botânico da UFRRJ. Também foi realizada uma entrevista não estruturada com a docente responsável pela disciplina.

Com a pandemia da Covid-19, decretada a quarentena e a suspensão das aulas pela necessidade do distanciamento social a partir do início de março de 2020, a pesquisa de campo foi feita pela internet, ou seja, de modo virtual, em que foram aplicados questionários aos docentes e discentes, por meio da plataforma *Google Forms* (Apêndices D e E). De junho a agosto de 2020, os questionários *online* foram enviados via aplicativo de mensagem e disponibilizados no site oficial do CTUR. Os respondentes foram questionados sobre o seu perfil, seus hábitos alimentares, além de dados sobre esse público e questões relacionadas à mudanças de hábitos alimentares durante a emergência sanitária que se alastrou no país.

Na transcrição das respostas abertas dos docentes, respeitando os aspectos éticos da pesquisa, utilizou-se a letra D para identificação dos respondentes, seguida do número correspondente do pesquisado.

A análise dos dados foi realizada através do programa da *Microsoft*, o *Excel*, onde foi feita a organização das informações, as análises estatísticas e a elaboração dos gráficos.

4.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.5.1 Área de produção no CTUR

O CTUR possui uma grande área destinada à produção vegetal (Figura 9) e animal (Figura 10), utilizada pelo curso Técnico em Agroecologia. A produção de insumos agroecológicos pelo curso de Agroecologia do colégio, é uma ação prática de EAN, tendo em vista que o colégio produz, comercializa, prepara e consome insumos dessa natureza, que dialogam com as propostas da legislação, apesar de poucos discentes saberem ou terem acesso a esses produtos, com exceção de discentes dos cursos de hospedagem e agroecologia.



Figura 9. Horta.

Fonte: Foto capturada pela autora, 2019.



Figura 10. Produção animal.
Fonte: Foto capturada pela autora, 2019.

Na Figura 11, é possível observar outros pontos que podem ser explorados por discentes e docentes no processo de ensino-aprendizagem, em especial da EAN, não ficando somente restrito aos discentes dos cursos que já ocupam esses espaços. A horta, as plantas medicinais e sistema agroflorestal (1), caprinocultura (2), avicultura (3), lago (4), cunicultura (5), unidade didática de pesquisa, produção e comercialização/ponto de venda (6), campo agrostológico (7 e 8).

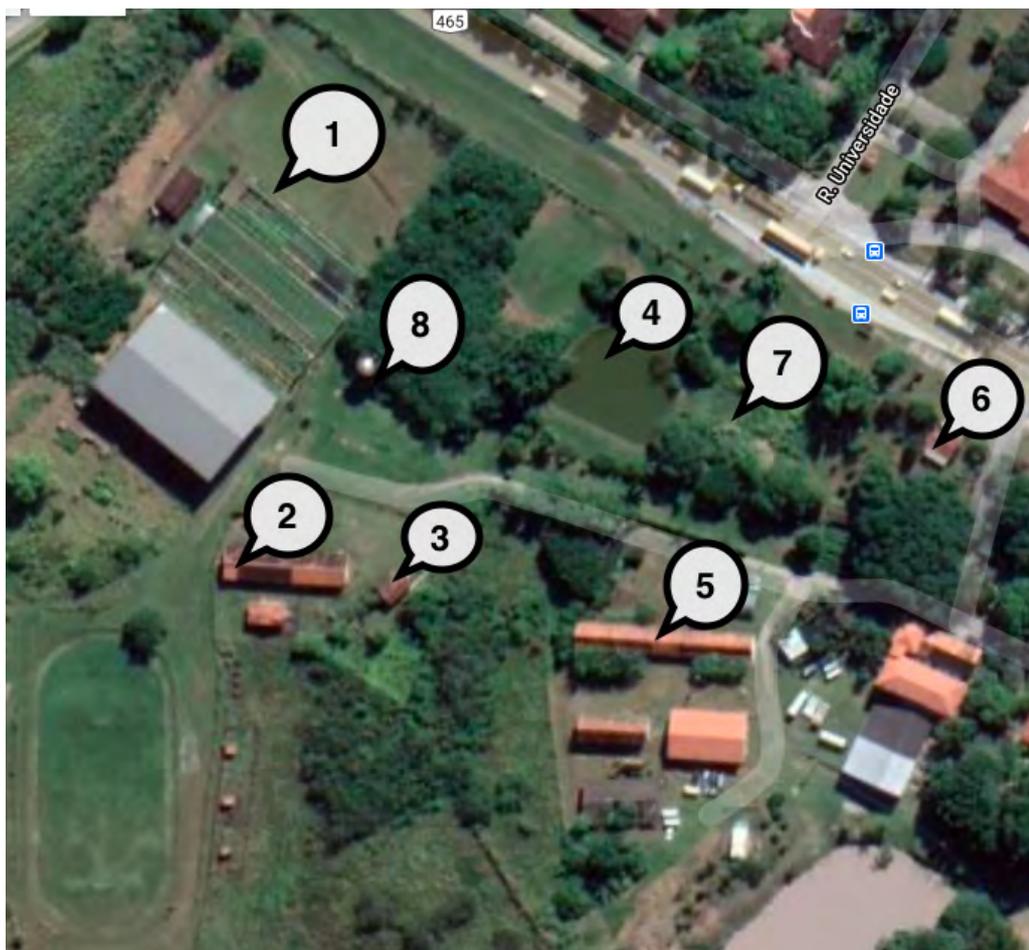


Figura 11. Área de produção do CTUR.
Fonte: *Google Maps*, 2021. Editado pela autora.

4.5.2 Ações de Educação Alimentar e Nutricional no CTUR

A fim de verificar outras práticas que acontecem no âmbito escolar, foram aplicados questionários aos docentes. Em um total de 68 docentes, dos 13 que responderam, 11 informaram abordar questões ligadas à alimentação em suas aulas.

Os docentes tratam em suas aulas assuntos como: consumo de comida de verdade; a importância da alimentação na saúde; relação entre alimentação adequada e doenças, como hipertensão e diabetes; relação entre produção alimentícia e meio ambiente; consumo de alimentos industrializados e agroecologia e agricultura familiar. Todos relataram perceber interesse dos discentes sobre as questões relacionadas à alimentação.

A capacitação e atualização docente sobre assuntos que tratam da EAN é considerável para despertar a busca por um melhor estilo de vida, que transcenda ao ambiente escolar. O pensamento crítico e de conscientização da sua cultura influencia diretamente nas suas escolhas e comportamentos alimentares, normalmente induzidos pela mídia, novas tecnologias de alimentos e pelo *marketing*. Dessa forma, o educador será efetivamente um multiplicador e terá uma relação capaz de intervir no comportamento do aluno (BRASIL, 2007).

O ato de comer também é um fator de prazer e é afetado por condições econômicas, sociais e culturais. A alimentação saudável não se limita apenas ao equilíbrio entre quantidade

e qualidade, aporte calórico e nutrientes, mas respeita as preferências alimentares individuais, etnia, ciclo de vida, características culturais e socioeconômicas (BRASIL, 2013).

Em junho de 2019 foi realizada uma atividade no Jardim Botânico do campus da UFRRJ em Seropédica, por alguns docentes do curso Técnico em Hospedagem. Os discentes realizaram atividades de recreação desenvolvidas por eles e ao final, realizaram um lanche compartilhado (Figura 12). Na atividade foi possível observar as preferências alimentares, pois os discentes levaram refrigerantes, bolos industrializados e biscoitos, mesmo tendo acesso à conteúdos que incentivem hábitos alimentares saudáveis e apresentando interesse sobre a temática, como apontado anteriormente pelos docentes. Vieira *et al.* (2014), identificaram em seu estudo sobre os hábitos e consumo alimentar entre adolescentes eutróficos e com excesso de peso, que os alimentos mais consumidos por esse grupo possuem uma pequena contribuição nutricional, com excesso de produtos industrializados, tornando a alimentação rica em gorduras, açúcares e colesterol, o que pode ocasionar sérios problemas de saúde.



Figura 12. Lanche compartilhado.

Fonte: Foto capturada pela autora, 2019.

No estudo realizado por Silva *et al.* (2014), sobre alimentação na adolescência, os adolescentes entrevistados relacionaram a alimentação saudável com o consumo de verduras, hortaliças e cereais, por considerarem estes alimentos menos gordurosos. Relataram também que, a prática de atividades físicas e a diminuição de consumo de alimentos industrializados como doces e refrigerantes, contribuem para uma alimentação saudável. A pesquisa identificou que as representações de uma alimentação típica da adolescência são constituídas por alimentos gordurosos e de preparação rápida. A preocupação com o sabor e prazer é maior do que com o valor nutritivo dos alimentos. Para os adolescentes respondentes, o consumo desses alimentos pouco nutritivos se justifica pelo pouco tempo disponível para preparar uma alimentação nutritiva e a necessidade de realizar refeições fora de casa, onde passam a maior parte do dia.

Com relação ao planejamento das aulas pelos docentes do CTUR, a pesquisa identificou uma preocupação com a temática alimentar a partir das estratégias de ensino utilizadas nas mesmas, tais como: aula prática, vídeo, visita técnica e trabalho em grupo (seminário). O que foi possível observar, ao acompanhar as aulas da disciplina de Alimentos e Bebidas 1 - Cozinha, é que somente os estudantes do curso técnico em hospedagem, que cursam a disciplina de Alimentos e Bebidas 1 – Cozinha, possuem conteúdos que abordam a temática de EAN, com foco prático no incentivo ao consumo de comida de verdade, com conteúdo teóricos e práticos. Percebeu-se uma preocupação por parte da professora responsável pela disciplina em abordar a EAN em suas aulas, pois mesmo antes da obrigatoriedade dessa abordagem, ela já planejava suas aulas incluindo essa temática.

A docente responsável pela disciplina de Alimentos e Bebidas 1 - Cozinha, relatou em entrevista as estratégias adotadas nas aulas teóricas e práticas da disciplina para trabalhar a temática da EAN. Nas aulas teóricas, ela leva os discentes para visitar as áreas produtivas do colégio (horta e produção animal), promove a exposição do documentário “Muito além do peso”, que retrata por meio de histórias reais, as questões relativas à obesidade infantil no Brasil e no mundo e versa sobre a importância das escolhas alimentares, tão fundamentais para a promoção de estilos de vida saudáveis e divide o Guia Alimentar para a População Brasileira em capítulos, com a finalidade de que sejam apresentados em forma de seminário.

Nas aulas práticas, a docente adota estratégias de Educação Alimentar e Nutricional – EAN, como a abordagem sobre a importância da memória afetiva, por meio da comida afetiva, como a comida italiana, por exemplo, que é muito comum nos cardápios brasileiros devido à identidade alimentar ter sido influenciada pelos imigrantes vindos da Itália (Figura 13); sobre a introdução de novos alimentos por meio de análise sensorial, com o preparo e degustação de pratos com a inclusão de alimentos incomuns nos seus hábitos alimentares, como a presença de carnes de coelhos no cardápio (Figura 14); uma visita ao supermercado Zona Sul - Santa Mônica na Barra da Tijuca, para demonstração e degustação de produtos alimentícios não comumente encontrados na grande maioria dos supermercados, como a fruta mangostão (Figura 15) e a utilização exclusiva de temperos e ervas aromáticas *in natura* nas preparações dos pratos, em que os discentes são informados sobre os benefícios funcionais desses ingredientes, do seu potencial de agregar sabor e que os temperos industrializados são ricos em sódio, gordura e que seu uso continuado pode trazer vários prejuízos para a saúde.



Figura 13. Aula prática de comida italiana, prato de entrada Brusqueta, 2019.
Fonte: Foto capturada pela autora, 2019.



Figura 14. Prato principal Ragu de coelho na moranga, 2019.
Fonte: Foto capturada pela autora, 2019.



Figura 15. Fruta Mangostão.
Fonte: Foto capturada pelas autoras na vivência realizada no supermercado Zona Sul - Santa Mônica na Barra da Tijuca, 2019.

A memória afetiva estava presente em outras aulas práticas, a professora reproduzia com os discentes algumas receitas de sua própria família e das dos discentes, como por exemplo,

durante os preparos do pudim de laranja, que era oferecido no dia em que seria cozinhada uma feijoada.

Sabe-se que a comida é um mecanismo de expressão de uma identidade que possui uma finalidade social. As práticas alimentares são um aspecto essencial da identidade humana, conforme estudado por Black (2008). É importante destacar ainda que, tanto a receita culinária quanto a gastronomia passam a ser um meio de fortalecimento da identidade e da cultura e, portanto, de pertencer a uma determinada sociedade, como destacam o autor Meglio (2012).

O registro e o repasse de receitas de família é uma das recomendações para que não haja a extinção dessas preparações, como forma de manter a cultura alimentar, afinal, é comida de verdade, que não faz uso de ultraprocessados, sendo disseminada e que perpassa gerações. É uma das estratégias de defesa de sistemas alimentares sustentáveis e zela pela história, conectando crianças e jovens ao modo de preparo de pratos tradicionais de família (SANTOS *et al.*, 2021).

Na última Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF realizada em 2017-2018, constatou-se a evidência de desequilíbrio alimentar com o declínio do consumo de vegetais frescos e o aumento da ingestão de alimentos ultraprocessados, inclusive no público mais jovem. Além disso, convém lembrar que no Brasil, um dos maiores gastos é com a alimentação (IBGE, 2019).

Nas observações realizadas em setembro de 2019, se constatou a primeira avaliação proposta pela professora, que foi a divisão do Guia Alimentar para a População Brasileira, em capítulos, e distribuí-los de acordo com o número de discentes, formando grupos que ficariam responsáveis por apresentar o conteúdo dos capítulos aos demais alunos. Eles se dividiram em cinco grupos, que realizaram uma atividade de livre escolha e apresentaram os capítulos que serão descritos a seguir sobre o Guia Alimentar. O grupo que apresentou os capítulos um e dois, tratavam dos princípios e escolha dos alimentos e realizaram uma prova de frutas às “cegas”. Na atividade, a turma foi dividida em quatro grupos e cada membro, ao experimentar uma fruta com os olhos vendados, tinha que adivinhar o nome da fruta. O grupo que apresentou o capítulo três, dos alimentos à refeição, após a exposição, realizou um jogo com frases para serem completadas ou palavras a serem adivinhadas a partir de dicas ou perguntas com opções, tudo relacionado ao assunto que haviam apresentado. O capítulo quatro, o ato de comer e comensalidade, foi apresentado por dois grupos. Um grupo levou um brigadeiro feito com banana, para que a turma provasse uma alternativa mais saudável de doce e o outro grupo realizou um *quiz*.

O grupo que apresentou o capítulo cinco, a compreensão e a superação de obstáculos, realizou entrevistas com alguns discentes do colégio e coletaram informações sobre seus hábitos alimentares. Nessa atividade, foram respondentes quatro discentes, que ao serem questionados se achavam difícil, financeiramente, manter uma alimentação saudável, três discentes responderam que sim, pois consideram que os alimentos menos saudáveis possuem preços mais acessíveis. E, ao serem questionados sobre os obstáculos encontrados para se alimentarem no CTUR, os discentes reclamaram da falta de alimentação servida pela escola, fazendo com que tenham que trazer de casa uma marmita para consumir na escola e isso seria, na opinião deles, algo ruim, além da falta de recursos financeiros para gastar com alimentação na escola, morar longe e chegar tarde em casa, dificultando o preparo das refeições para o período em que estariam na escola, priorizando o preparo do almoço e consumindo salgados no horário do lanche, também salientaram a falta de opção para realizar as refeições (principalmente para quem é vegano ou vegetariano), ou de alternativas mais saudáveis, ademais, o horário do almoço é curto, o que dificulta o acesso ao Restaurante Universitário e o preço das escolhas saudáveis são mais altos que as opções consideradas não saudáveis.

Com relação a ações de EAN realizadas pelos demais docentes, foi observado que a maioria dos docentes respondentes lecionam aulas para discentes do curso Técnico em

Hospedagem, sendo que 84,6% dos docentes respondentes relataram que abordam temas relacionados à alimentação em suas aulas (Figura 16), devido à relação de suas disciplinas com a alimentação, por ser um tema interdisciplinar de extrema importância para a saúde e para que os discentes aprendam sobre a importância da EAN na prevenção de doenças. Por exemplo, como descrito na Figura 16, que expõe a abordagem dos docentes quanto ao ensino de questões relacionadas à alimentação e como eles responderam no formulário virtual. São abordados pelos docentes os temas como SAN, segurança dos alimentos, qualidade dos alimentos, noções básicas de nutrição e preparo de alimentos.

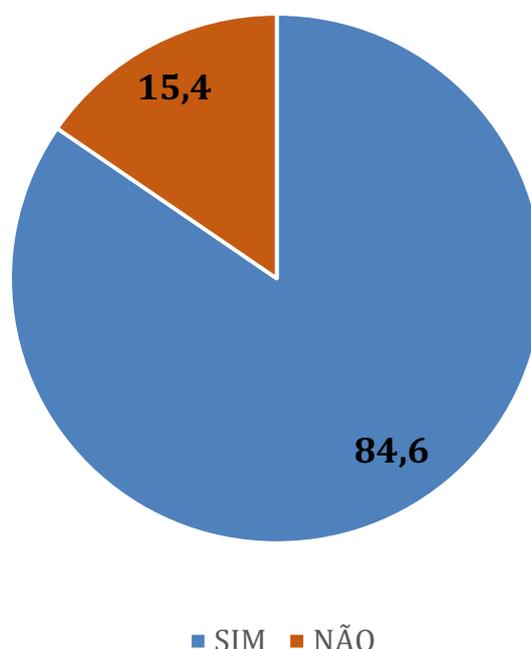


Figura 16. Abordagem de questões ligadas à alimentação, pelos docentes do CTUR em suas aulas, Seropédica, 2020.

Ao serem questionados sobre o motivo de abordarem questões relacionadas à alimentação na disciplina que lecionam, as respostas foram:

- “D01 A partir das minhas propostas pedagógicas, procuro reduzir/minimizar situações relativas à insegurança alimentar e nutricional entre os estudantes.
- D02 Porque o conteúdo programático de duas delas (disciplinas) está no âmbito de estudo sobre alimentação.”
- “D03 Porque a educação nutricional é importantíssima para que o aluno entenda a relação entre doenças não transmissíveis como diabetes, hipertensão, aterosclerose, obesidade, câncer, dentre outras e a nutrição do indivíduo.”
- “D04 Porque possui relação direta com os estudos da relação entre sociedade e natureza, das questões culturais, do trabalho, formação social, do turismo, questões ambientais, dentre outras.”
- “D05 Trata-se de um conteúdo da disciplina Educação, Ambiente e Sociedade quando discutimos questões relacionadas ao tema Meio Ambiente e saúde.”
- “D06 De forma genérica ao dizer das embalagens dos produtos alimentícios, da propaganda e do setor responsável no restaurante do hotel.”
- “D07 Por ser de extrema importância na saúde de todos.”
- “D08 Oriento os discentes sobre os alimentos importantes para o bom desempenho de atividades físicas.”

“D09 Na Agroecologia tentamos passar a mensagem que para garantir a saúde das pessoas e a preservação e conservação de recursos naturais essenciais para a produção, principalmente das futuras gerações temos que priorizar a produção de alimentos seguros, de qualidade, livre de agrotóxicos e fertilizantes químicos, produzidos dentro de um contexto que atenda às necessidades econômicas, ambientais, sociais e de saúde, acessível a todos, em quantidade suficiente para atendimento de suas necessidades físicas.”

“D10 Porque a maioria dos temas de fisiologia, ecologia e evolução recaem sobre este tema tão importante.”

“D11 Porque envolve a obtenção e o uso do alimento seguro.”

As respostas descritas acima pelos docentes demonstram a importância do conhecimento sobre uma alimentação adequada e sua relação com a saúde no currículo escolar. Na última Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (POF), constatou-se a evidência de desequilíbrio alimentar, com o declínio do consumo de vegetais frescos e o aumento da ingestão de alimentos ultraprocessados, inclusive no público mais jovem.

Houve o relato de que os alimentos industrializados são pouco nutritivos, ricos em carboidrato, sal e que o consumo diário desses alimentos pode ocasionar Doenças Crônicas Não Transmissíveis - DCNT, como a diabetes e a hipertensão, como destacou o docente D03.

Nesse contexto, o Ministério da Saúde recomenda que o consumo de sal seja de quatro a cinco gramas/per capita por dia. Para diminuir o consumo de sal, recomenda-se a utilização de condimentos como ervas desidratadas e temperos como orégano, hortelã, salsinha, cebolinha, pimenta, limão, alho, cebola ou azeite. Outro alimento que, quando consumido em excesso traz riscos à saúde, como sobrepeso e diabetes, é o açúcar. Orienta-se o consumo de alimentos naturais, não adicionar açúcar a frutas e sucos, dentre outras sugestões, para diminuir o consumo de açúcar. Com relação ao consumo de gorduras, elas são nutrientes importantes, responsáveis por manter a temperatura do corpo, proteger contra choques mecânicos e atuar na produção de hormônios. No entanto, seu consumo em excesso é prejudicial à saúde, pois pode provocar doenças do coração e obesidade (TORREZAN *et al.*, 2017).

A indústria de alimentos tem investido em novas tecnologias para a diminuição de sódio, açúcar e gordura em seus produtos, melhorando as propriedades sensoriais e utilizando ingredientes mais naturais. Houveram mais investimento na diminuição de açúcares e gordura do que nos alimentos ricos em sódio, pois encontram dificuldades técnicas e resistência dos consumidores. Todavia, as mudanças nos hábitos alimentares dos consumidores têm feito as indústrias buscarem ingredientes mais saudáveis como grãos, fibras e probióticos (WILLIAMS, 2015).

É necessário buscar informação sobre o que se está comendo a partir da leitura de rótulos e dar preferência a alimentos livres de agrotóxicos, lembrando que alguns agrotóxicos estão relacionados ao desenvolvimento de doenças como o câncer. De acordo com o Instituto Nacional do Câncer - INCA (2019), o Brasil aumentou consideravelmente o uso de agrotóxicos desde 2008 e, segundo o Ministério da Saúde, 20 mil mortes são registradas por ano em decorrência da utilização desses produtos. Recomenda-se cuidado no contato e manuseio de agrotóxicos, pois estudos têm demonstrado a relação do desenvolvimento de câncer com diversos agrotóxicos. A agroecologia foi destacada pelo docente D09, como sendo uma importante alternativa contra o uso de agrotóxicos, visto que utiliza técnicas e saberes dos povos tradicionais, primando pela solidariedade, sustentabilidade, preservação da biodiversidade, equidade, justiça social e ambiental, soberania e segurança alimentar e nutricional e da relação da produção e consumo de alimentos com o meio ambiente.

De acordo com os docentes respondentes que abordam o tema EAN no CTUR, existe interesse por parte dos discentes em aprender sobre SAN e a maioria dos docentes que discutem o tema em aula (66,3%) não alegaram encontrar dificuldades em lecionar sobre tal.

O estudo realizado por Reis e Reinaldo (2018) sobre as estratégias de educação nutricional no ambiente escolar, identificou que as ações de EAN no ambiente escolar foram eficazes para a formação de hábitos alimentares saudáveis, na medida em que os discentes compreenderam e internalizaram a importância da alimentação saudável na prevenção e combate a distúrbios alimentares, aumentaram a realização da refeição desjejum e no número de alunos que consomem a alimentação escolar, reduziram o consumo de lanches tipo *fast food* e doces e houve acréscimo da preferência pelas frutas ofertadas na alimentação escolar.

Com relação ao favorecimento do ambiente escolar estudado na promoção de hábitos alimentares saudáveis, acredita-se que, apesar da adesão por parte dos docentes em abordar a EAN e o interesse dos discentes sobre o assunto, a ausência do fornecimento de alimentação escolar e de um ambiente adequado para a realização das refeições contribua para maus hábitos alimentares. De dez docentes que responderam à questão sobre a opinião deles acerca do ambiente escolar no qual eles e seus discentes estão inseridos, favorecer ou não a prática de uma alimentação saudável, nove responderam que não, conforme consta nas narrativas descritas abaixo.

“D08 Sim e não. Sim, porque o aluno tem a opção de trazer alimentos de casa. Não, porque mesmo tendo opção de trazer alimentos de casa às vezes os discentes optam por ingerir alimentos de pouco valor nutricional e/ou no ambiente familiar também não apresentam sensibilidade quanto a importância da alimentação para o desempenho do aluno.”

“D10 Sim. Trabalho em uma escola pública estadual de ensino integral onde os discentes alimentam-se somente com recursos oferecidos por esta unidade (desde o café da manhã até o lanche vespertino), sem poderem comer nada que levam de casa. Já na rede federal os discentes podem comprar ou já trazerem de suas residências os alimentos que quiserem.

Destaca-se a resposta dos docentes que concordam que o ambiente escolar, no qual estão inseridos, favorece a prática de uma alimentação saudável. Essas respostas são preocupantes, pois não é suficiente o que o professor aborda sobre alimentação e nutrição em suas aulas, mas também que conheça de fato seu ambiente de trabalho e os indivíduos que o integram, bem como as políticas públicas e programas na área de educação. Sabendo que existe um programa nacional para fornecimento de alimentação escolar, não é aceitável a concordância em que os discentes consumam alimentos pouco nutritivos no ambiente escolar.

“D01 Não. O aluno do CTUR, para ter acesso ao refeitório, precisa se deslocar até o campus universitário da UFRRJ e nem sempre o mesmo disponibiliza de tempo ou os fatores climáticos contribuem para tal deslocamento. Na realidade, a maioria leva a sua comida ou compra do comércio local disponível (comida de rua, cantina), para os discentes que transportam sua comida, nem sempre tem local adequado de armazenamento, que deveria ser refrigerado, ou consegue aquecer para comer. No ano passado foi inaugurado um espaço de convivência, o quiosque que iria dispor de mesas e cadeiras, além de refrigeradores e microondas, com vistas a oferecer mais conforto para aqueles que levavam suas marmitas. Apesar do CTUR ter uma pequena produção agroecológica, tem discentes que não tem conhecimento sobre ações promovidas pela escola que promovem educação alimentar e nutricional, os discentes dos cursos Técnicos em Hospedagem e Agroecologia, são os discentes, que mais tem contato com os conteúdos relativos a práticas alimentares saudáveis.”

“D02 Não. Restaurantes distantes. Cantina que não oferece boas opções.”

“D03 Não, pois a escola não oferece alimentação para os discentes, o que os incentiva ao consumo de alimentos industrializados e "salgados", devido à facilidade.”

“D09 Ainda não. Infelizmente a instituição não processa e serve alimentos aos discentes.”

Pelas respostas descritas anteriormente, pode-se ressaltar, que quatro docentes apontaram que a ausência de oferta de alimentação escolar nas dependências do CTUR, conforme relatado no Capítulo II dessa dissertação, contribui para práticas alimentares pouco saudáveis, como o consumo de alimentos industrializados e com alto teor de gorduras e açúcares. Como meio de tentar minimizar essa situação, foi construído um centro de convivência, um espaço para armazenar, aquecer e realizar suas refeições, mas o colégio não fornecerá a alimentação, apenas proporcionará um ambiente com micro-ondas, mesas e cadeiras (Figura 17).



Figura 17. Centro de convivência, 2020.
Fonte: Foto capturada pela autora, 2020.

Quando questionados sobre a definição de comida de verdade, a maioria respondeu que consiste em alimentos pouco processados e com alto valor nutricional, como relatado abaixo:

“D01 Pratos coloridos, ricos em frutas, hortaliças, ervas e temperos aromáticos naturais, minimamente processados e que me nutrem, respeitando as minhas demandas e meus hábitos alimentares. Que sejam acessíveis fisicamente e financeiramente e que exclua qualquer alimento ultraprocessado.”

“D02 Comida caseira. Simples. Refeições que utilizam produtos frescos, de boa procedência, de preferência naturais e que não contenha alimentos ultraprocessados.”

“D06 Verduras, legumes, frutas e alimentos sem conservantes.”

“D08 Alimentos que incluam frutas, verduras, legumes, hortaliças, proteínas, etc.”

A análise dos dados obtidos com a pesquisa permitiu perceber que a maior parte dos docentes que responderam ao questionário abordam em aula as questões relacionadas à alimentação e a maioria dessa parcela de profissionais não encontra dificuldade em tratar o tema com os discentes do colégio. Conclui-se ainda que, 69,2% dos docentes respondentes não consideram fácil a prática de uma alimentação saudável devido aos fatores que acarretam a insegurança alimentar no CTUR e os docentes possuem opiniões similares a respeito da chamada comida de verdade, considerando que sejam alimentos minimamente ou não processados e ricos em nutrientes.

Porém, sugere-se que haja uma maior atenção para ações de EAN no CTUR, pois a Educação Alimentar e Nutricional precisa ser trabalhada de forma sistemática e permanente no

ambiente escolar para a formação de hábitos alimentares saudáveis, que acompanharão os discentes até a vida adulta. A alimentação precisa ser apresentada de forma intercultural, interdisciplinar e intersetorial, incluída no currículo de todas as disciplinas e no projeto político pedagógico da escola. Apesar do universo de 68 docentes no CTUR e apenas 13 docentes responderem ao questionário, foi possível perceber que uma parcela está abordando a EAN em suas aulas, porém, fica a percepção de que a EAN não é reconhecida como conteúdo, mesmo tendo sido incluída como tema transversal pela Lei nº 13.666/18 (BRASIL, 2018).

4.5.3 As ações de EAN e os Estudos Continuados Emergenciais (ECEs)

Como descrito no tópico anterior, existe uma defasagem na abordagem da temática da EAN. Nas aulas práticas presenciais da disciplina de Alimentos e Bebidas 1 - Cozinha, os discentes têm contato com diferentes culinárias, como a Indiana e Italiana, informações sobre higiene e segurança na produção e consumo de alimentos e bebidas, além do acesso aos alimentos produzidos no colégio, sendo possível observar desde a produção até o consumo. O preparo dos pratos durante as aulas práticas também proporciona ao discente poder se alimentar durante o período escolar sem custos.

Com a suspensão das aulas em março de 2020, em virtude da pandemia da Covid-19, as aulas foram retomadas somente em outubro, de forma remota. No mês de setembro, ao longo de duas semanas aconteceu a Reconexão Pedagógica, com a proposta de acolhimento, ambientação e troca de saberes e os eixos temáticos trabalhados foram: política, sociedade e atualidades, ciência, tecnologia e sociedade, desigualdades socioeconômicas/pensando o futuro, ensino remoto em tempo de pandemia, meio ambiente, planejamento e turismo, saúde e trabalho e sentimentos, princípios e valores. A Reconexão Pedagógica ocorreu de forma assíncrona com a disponibilização de materiais por meio de diferentes canais e de forma síncrona com interações em tempo real.

O tema “Saúde e Trabalho”, foi apresentado por quatro docentes, durante cinco tempos de aula (em torno de 50 minutos cada), em que foram abordados assuntos relativos à EAN, como: Cozinha afetiva, Treinamento do olfato e Transmissão da Covid-19 por alimentos.

A temática sobre cozinha afetiva conceituou o tema, usou exemplos como as receitas de família, que perpassam gerações e a sua importância para as pessoas. No final da aula, a professora sugeriu que os discentes assistissem um filme que aborda a temática (cozinha afetiva) e solicitou, como atividade assíncrona não obrigatória, o envio de uma receita afetiva que eles tivessem, com a descrição detalhada de ingredientes e modo de preparo necessários para a execução da receita, além do rendimento e tempo de preparo.

A outra professora abordou o treinamento do olfato e como ele poderia ser exercitado, também sugeriu aos discentes que fizessem uma experiência (assíncrona) através do cheiro, ao experimentarem aromas de alimentos e temperos utilizados na cozinha de suas casas, de olhos vendados e com a ajuda de algum familiar, com o intuito de mostrá-los que o olfato é treinado. O objetivo dessa atividade e do tema era valorizar o olfato e proporcionar aos discentes uma melhor compreensão da importância do olfato nas escolhas alimentares.

A abordagem da transmissão da Covid-19 para os alimentos, trazida por outra professora, tinha o objetivo de esclarecer dúvidas sobre a transmissão do coronavírus por meio dos alimentos e tratou de assuntos importantes para o consumo de alimentos seguros, como higiene pessoal, de alimentos, cuidados no recebimento de embalagens contendo alimentos e ressaltou, ainda, sobre a importância do uso de álcool em gel 70%, associado a lavagem frequente das mãos. Como atividade assíncrona, a professora solicitou que os discentes relatassem o que havia mudado nos hábitos de higiene deles após a pandemia da Covid-19.

A partir de 26 de outubro de 2020, os componentes curriculares foram ofertados de forma interdisciplinar, organizados em áreas conforme Quadro 4. As atividades foram ofertadas de forma remota, com atividades síncronas e assíncronas. O ensino remoto no ano letivo de 2021 continua da mesma forma, até que seja considerado seguro o retorno às atividades presenciais, em razão da pandemia da Covid-19.

Quadro 5. Componentes curriculares do CTUR organizados em áreas, Seropédica, 2021.

ÁREAS	DISCIPLINAS
Ciências Humanas e suas Tecnologias	Filosofia, Geografia, História e Sociologia
Linguagens, Códigos e suas Tecnologias	Artes, Educação Física, Literatura Brasileira, Língua Estrangeira e Língua Portuguesa
Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias	Biologia, Física, Matemática e Química
Formação Técnica	Disciplinas de Formação Técnica (Agrimensura, Agroecologia, Hospedagem e Meio Ambiente)

Fonte: Deliberação nº 189/2020 – CTUR (CTUR, 2020).

Entende-se que as atividades remotas são uma alternativa para, de certa forma, minimizar os impactos na educação causados pela pandemia. No entanto, como relatado anteriormente, existe uma defasagem de ações de EAN no CTUR. A falta de atividades presenciais dificulta ainda mais a promoção da educação alimentar e nutricional, pois os discentes ficam sem acesso às atividades práticas, como a vivência nos ambientes da escola, da horta e da produção de ovos, além das aulas práticas de Alimentos e Bebidas, onde os discentes preparam e consomem refeições.

Conforme recomendado pela nota técnica do FNDE nº 6 de 2020 (BRASIL, 2021), a EAN deve ser trabalhada de forma transversal e transdisciplinar e as ações devem utilizar como ferramenta pedagógica o alimento, a alimentação escolar e/ou a horta escolar. No momento de suspensão das aulas, distanciamento social, crise econômica e alta no preço dos alimentos, é mais difícil viabilizar ações práticas de EAN. Não obstante, o conteúdo tem sido debatido nas aulas remotas, inclusive com a participação de palestrantes.

A adoção dos Estudos Continuados Emergenciais (ECEs) permitiu a retomada das atividades e o colégio começou a ofertar um auxílio conexão. Ainda assim, muitos optaram por trancar a matrícula e aguardar o retorno das atividades presenciais, por não terem se adaptado ao ensino remoto. Dos 51 discentes que solicitaram, em 2020, o trancamento de matrícula ou disciplina, 35 informaram preferir o ensino presencial e/ou dificuldade para acompanhar o ECE como justificativa para o trancamento, revelando, dessa maneira, um quadro grave de evasão escolar, conforme descrito no Quadro 5.

No Ensino remoto emergencial, alguns docentes, durante os conselhos de professores, alegaram que tiveram problemas com a frequência dos discentes, além da falta de interação, uma vez que os estudantes não abriam suas câmeras e nem o áudio durante as aulas, enquanto alguns acessaram as salas virtuais da plataforma do celular e ficavam com dificuldades de concentração, por causa do tamanho reduzido da tela. Além de todos os outros problemas de acesso à internet, é indispensável salientar que a pandemia da Covid-19 também afetou vários discentes, seus familiares e alguns até relataram não conseguirem se dedicar ao ECE no período da doença de seus familiares. Como por exemplo, um discente do curso técnico em hospedagem que teve a sua família toda contaminada e foi o único que reagiu bem durante o período de contaminação, mas precisou cuidar dos demais, sendo o pai hospitalizado e entubado.

Outro discente, igualmente do curso técnico em hospedagem, que morava em área de risco e convivia diariamente com a insegurança pública local, teve os cabos que viabilizavam o acesso à internet cortados por uma organização criminoso. Durante esse período, ele não conseguia realizar o acesso remoto no horário em que as aulas eram disponibilizadas (período vespertino), mas apenas quando os pais chegavam do trabalho (no período noturno), podendo acessar os conteúdos assíncronos. Alguns deles, também, precisaram encarar o mercado de trabalho para contribuir com o orçamento familiar, conciliando estudo e trabalho, o que proporciona, para muitas pessoas, queda do rendimento escolar.

Quadro 6. Quantitativo de discentes que solicitaram trancamento de matrícula no CTUR, Seropédica, 2020.

Curso	Quantidade de discentes	Justificativa de Trancamento de Matrícula
Ensino Médio	1	Não estava confortável em estudar por ECE
Técnico em Agropecuária (Integrado/Concomitância)	6	Prefere ensino presencial (3) Trabalho Falta de tempo e preferir presencial Não consegue acompanhar o ensino remoto
Técnico em Meio Ambiente (Integrado/Concomitância)	6	Questões psicológicas Dificuldade de acompanhar o ECE Aguardar retorno ao presencial (4)
Técnico em Agrimensura	34	Problemas financeiros em virtude da pandemia Dificuldade de acompanhar o ECE (24) Trabalho (5) Pos graduação (1) Sem justificativa (2) Preparatório concurso militar
Técnico em Hospedagem (Concomitância)	4	Ingresso na Universidade Trabalho (2) Dificuldade de acompanhar o ECE

Fonte: Secretaria do CTUR.

Outros alunos relataram ter dificuldades de adaptação ao formato de ensino remoto emergencial, por possuírem problemas psicológicos, como transtornos de ansiedade. Apesar do CTUR disponibilizar apoio psicológico por meio do projeto “Ser” e que tem sido crucial no período de pandemia, as dificuldades vivenciadas podem comprometer gravemente a formação dos discentes do CTUR.

Muitos são os desafios enfrentados por docentes e discentes no ensino remoto. Fato é, que a falta de encontros presenciais, principalmente de disciplinas com conteúdos práticos, pode representar uma defasagem no processo de ensino-aprendizagem. As desigualdades sociais e educacionais ficaram mais evidentes, como a falta de recursos digitais, impacto na saúde mental, adaptação ao ensino remoto, entre outros. Os discentes residentes de zonas rurais sem conexão com a internet, por exemplo, se não tiverem o devido acompanhamento, podem abandonar a escola. Sem assistência, em um contexto de pandemia, pode tornar a educação

mais elitizada ou capacitista, pois as escolas com poucos recursos podem ter dificuldades de fazer o discente atingir as metas exigidas pela instituição (BIANCHI *et al.*, 2021).

Uma pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020), identificou que as residências de 780 mil discentes matriculados no ensino médio não possuem acesso à internet banda larga ou 3G/4G. Conseqüentemente, somente o fornecimento de *tablets* ou celulares não resolveria as dificuldades de acompanhar as aulas remotas. Logo, uma outra estratégia poderia ser adotada, o de fornecer *chips* de dados. Da mesma forma, a pesquisa identificou, que cerca de 6 milhões de estudantes (da pré-escola até a pós-graduação), não têm acesso à internet em suas residências. Na hipótese de que os governos conseguissem fornecer *tablets*, celulares e *chips* de dados, aproximadamente 3,2 milhões de estudantes continuariam sem conseguir acompanhar o ensino remoto.

4.5.4 Cotidiano alimentar de discentes e docentes do CTUR durante a pandemia

A pandemia tem afetado a segurança alimentar e nutricional no País. Praticamente, quase a metade da população brasileira (49%) relatou mudanças nos hábitos alimentares durante a pandemia da Covid-19. Entre as famílias que residem com crianças e adolescentes, o impacto foi ainda maior, cerca de 58% (UNICEF, 2020).

A frequência com que os discentes se alimentavam de frutas e hortaliças antes da pandemia era maior do que durante a pandemia. De acordo com a pesquisa, alguns discentes sentiram dificuldade de acessar esses alimentos e um deles afirmou que não adquiriu este tipo de alimento devido à algum risco de contaminação no processo de compra.

A alimentação dos adolescentes, atualmente, é preocupante, dado que em pesquisa realizada pelo IBGE (2020b), entre 2017 e 2018, identificou-se uma menor frequência do consumo de frutas e hortaliças, com exceção do açaí e da batata inglesa e que esse público consome o dobro do número de sanduíches, quatro vezes mais pizzas, nove vezes mais bebidas lácteas e vinte vezes mais salgadinhos, se comparados ao consumo dos idosos. E 93% dos adolescentes que responderam utilizam açúcar para adoçar alimentos e bebidas.

A pesquisa da UNICEF (2020), indicou que a preocupação com a insegurança alimentar aumentou, principalmente, em lares com crianças e adolescentes. Segundo a pesquisa, 8% dos entrevistados declararam que crianças e adolescentes não se alimentam por falta de recursos para a compra de alimentos. Nas famílias de classe D e E, o impacto foi maior, chegando a 21%. E o impacto da pandemia não foi somente na falta de alimentos, mas também nos hábitos alimentares, já que houve um aumento no consumo de alimentos processados e ultraprocessados, como industrializados e refrigerantes.

Os alimentos industrializados possuem uma maior durabilidade quando comparados aos alimentos *in natura*, entretanto, os alimentos industrializados e prontos para o consumo são ricos em sódio e açúcar. Uma alimentação baseada em alimentos pouco nutritivos, contribuem para o desenvolvimento de doenças como hipertensão e diabetes e nesse período de pandemia, contribuem para o agravamento da Covid-19 (SILVA, 2020).

De acordo com Jomori *et al.* (2008), a escolha alimentar é influenciada por diversos fatores, tais como o ambiente em que o indivíduo está inserido, os recursos de que disponibiliza, seus relacionamentos sociais e suas experiências individuais. Somam-se a estes fatores, variáveis relacionadas ao alimento e ao indivíduo, como sabor, variedade, valor nutricional e aparência, além de determinantes biológicos, socioculturais, antropológicos, econômicos e quantitativos.

Os alimentos tradicionais e nutritivos da mesa do brasileiro têm sido substituídos pelos alimentos industrializados. Conseqüentemente, é preciso promover a valorização da comida tradicional, alimentos que são a comida de verdade, composta por alimentos frescos e ricos em nutrientes, livre de substâncias desconhecidas, como conservantes e realçadores de sabor. A

comida de verdade, além de promover o consumo de alimentos mais saudáveis, livres de agrotóxicos, aprecia a culinária tradicional e pratos típicos, favorece as relações sociais, o resgate da história e da memória afetiva (COSTA, 2021).

Dos 11 docentes que responderam ao questionário, mais da metade (54,5%) responderam que a frequência alimentar mudou com a pandemia. Sendo as refeições mais realizadas o café da manhã, o almoço e o jantar. O consumo de frutas e hortaliças apresentou pouca alteração, comparando o consumo antes e durante a pandemia (Figuras 18 e 19).

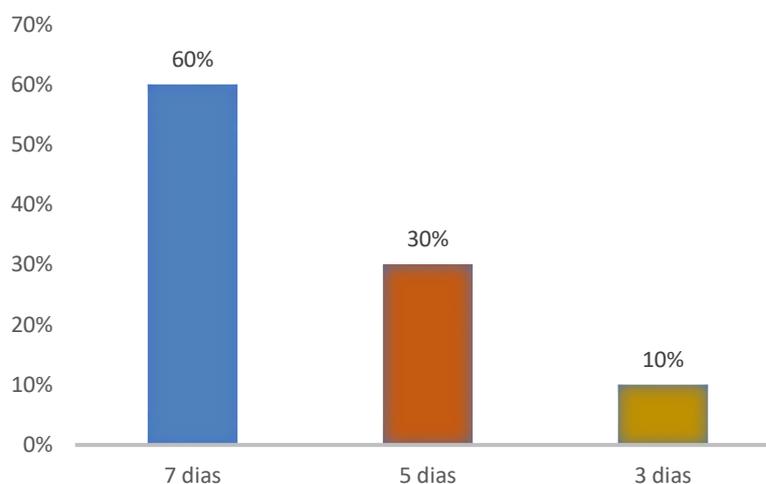


Figura 18. Consumo de frutas e hortaliças pelos docentes antes da pandemia, Seropédica, 2020.

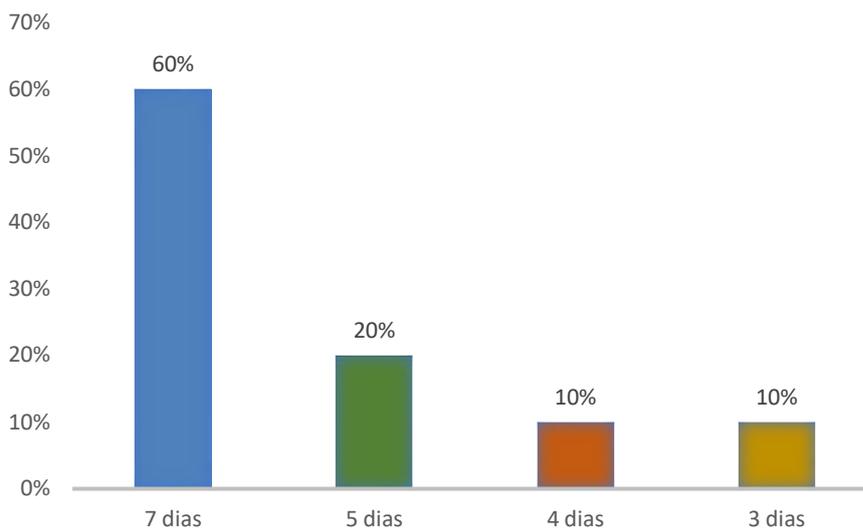


Figura 19. Consumo de frutas e hortaliças pelos docentes durante a pandemia, Seropédica, 2020.

Silva e Claro (2019) identificaram em seu estudo um aumento de consumo de frutas e hortaliças, entre 2011 e 2015. Acredita-se que, em virtude do crescimento econômico brasileiro no período, a renda e o preço foram fatores que determinaram o consumo desses alimentos. Em 2016, com a diminuição da renda e aumento no preço dos alimentos, em decorrência da crise econômica, ocorreu a diminuição do consumo de frutas e hortaliças. Dentre as estratégias sugeridas pelos autores para minimizar a falta de acesso físico e financeiro e consequentemente

fortalecer o aumento no consumo de frutas e hortaliças, destacam-se as feiras-livres, como a feira da agricultura familiar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, que neste período de pandemia, acontece uma vez por semana na área externa do CTUR, como pode ser observada na Figura 20 abaixo.



Figura 20. Feira da agricultura familiar no CTUR.
Fonte: Equipe de comunicação do projeto de extensão (FAF, 2020).

4.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Alimentar e Nutricional desenvolvida na disciplina de Alimentos e Bebidas 1 - Cozinha, com discentes do colégio forneceu subsídios suficientes para que o consumo de alimentos saudáveis seja contemplado, de forma que sensibilize os discentes ao consumo não somente nas aulas práticas, mas que desenvolvam o hábito alimentar para a ingestão adequada, por exemplo, de frutas e hortaliças e que com isso se tornem agentes multiplicadores nos meios em que convivem, inclusive os familiares, para assim garantir a melhoria da alimentação e, por consequência, alcançando a soberania e a segurança alimentar.

Os dados levantados pela pesquisa mostraram que é preciso fortalecer as ações que promovam a alimentação saudável de forma interdisciplinar, pois dos 68 docentes atuantes no colégio, apenas 13 responderam ao questionário e desses, 11 abordaram questões sobre alimentação. Isto significa que esse conteúdo está sendo de fato acessado por parcela pequena de discentes e que a ausência do fornecimento de alimentação escolar impacta o cotidiano dos discentes e a formação de hábitos alimentares saudáveis.

Sugere-se ampliar o trabalho desenvolvido para que discentes dos outros cursos oferecidos no colégio sejam contemplados, como o curso de Agroecologia e que os discentes utilizem todos os produtos de origem vegetal e animal, como os ovos produzidos nos setores do colégio, nas aulas práticas. Desta forma, o trabalho de EAN, de fato seria desde o plantio, a colheita até o consumo final. Espera-se que assim, todos os discentes do colégio possam ser beneficiados com essa integração e essas práticas.

No ambiente escolar, as ações de EAN devem ser programadas para que ocorram de forma contínua, sistemática, intercultural, intersetorial e interdisciplinar, sempre adequadas ao público alvo.

A pandemia da Covid-19 trouxe consequências nos hábitos alimentares, influenciando na rotina alimentar e no consumo de frutas e hortaliças. Tendo diminuído o consumo desses alimentos por parte dos discentes, essa atenuação pode estar relacionada às questões de renda e aumento no preço dos alimentos.

Evidenciou-se uma grande evasão escolar, o que é preocupante, ainda mais para esse público, onde grande parte vive em situação de grande vulnerabilidade, a pandemia impactou tanto a aprendizagem quanto a alimentação. É preciso atenção à esses aspectos, visto que a situação atual que vivenciamos tornou o ensino ainda mais desigual, principalmente para os discentes de escolas públicas, sobretudo diante da necessidade de adaptação de uma nova modalidade de ensino, nunca antes experimentadas por muitos.

Espera-se que pesquisas sejam mecanismos eficientes para a construção das políticas públicas, por meio do maior conhecimento sobre a importância da educação alimentar e nutricional, em especial para os escolares. E ainda que, estratégias como essas possam ser aplicadas em outras instituições, considerando as diferentes realidades e as potencialidades de cada local.

Sugere-se ainda que, parcerias com outras organizações, inclusive não governamentais, sejam viabilizadas para potencializar as ações de educação alimentar e nutricional dos escolares, com especial atenção ao incentivo de consumo de vegetais da produção local, como preconizado pelo Guia Alimentar para a População Brasileira vigente.

4.7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BIANCHI, B. R.; PEREIRA, H. G.; AVILA, S. B.B. **Impactos da pandemia na educação brasileira de jovens e adultos**. 2021. Disponível em:<<https://www.ufsm.br/midias/experimental/integra/2021/01/22/impactos-da-pandemia-na-educacao-brasileira-de-jovens-e-adultos/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.
- BLACK, R. Food: tele history de taste edited by Paul Freedman. **Food, Culture and Society**, v. 11, n. 4, p. 525-527, 2008.
- BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. 2007. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 04 jan. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 13.666**, de 16 de maio de 2018. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13666.htm>. Acesso em: 01 abr. 2021.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Curricular Comum**. 2018. Disponível em:<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/#medio/ciencias-da-natueza-e-suas-tecnologias-no-ensino-medio-competencias-especificas-e-habilidades>>. Acesso em: 13 mar. 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. – Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2012. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/marco_EAN.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2018.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas**. Brasília: MDS. 2013. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Educacao_Alimentar_Nutricional/1_marcoEAN.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 11.947**, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos discentes da educação básica. Brasília: Presidência da República Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm>. Acesso em: 05 nov. 2018.

COLÉGIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE RURAL - CTUR. **Deliberação nº 189/2020.** Regulamentação dos Estudos Continuados Emergenciais no âmbito do Colégio Técnico da UFRRJ (CTUR). Disponível em:<<http://r1.ufrrj.br/ctur/ece-deliberacao-no189-2020/>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

COSTA, C. Comida de Verdade. *In: Comida, memória e afeto: Minas Gerais 300 anos.* Belo Horizonte: Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, 2021, p.11-15.

FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR – FAF. **Feira da Agricultura Familiar UFRRJ.** Disponível em:<<https://www.faf rural.com.br>>. Acesso em: 20 set. 2020.

FRANZONI, E. **A gastronomia como elemento cultural, símbolo de identidade e meio de integração.** 74f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2016.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2009. 120p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Cidades.** 2020a. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/seropedica/panorama>>. Acesso em: 14 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise do consumo alimentar pessoal no Brasil.** 2020b. Disponível em:<<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101742.pdf>>. Acesso em: 07 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados/IBGE.** Coordenação de Trabalho e Rendimento - Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 69p.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia. 2020.** Disponível em:<<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10228>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER - INCA. Exposição no trabalho e no ambiente. **Agrotóxico.** 2019. Disponível em:<<https://www.inca.gov.br/exposicao-no-trabalho-e-no-ambiente/agrotoxicos>>. Acesso em: 04 abr. 2021.

JOMORI, M. M.; PROENÇA, R. P. C.; CALVO, M. C. M. Determinantes de escolha alimentar. **Revista de Nutrição,** v. 21, n. 1, p. 63-73, 2008.

KARSBURG, E. **Comportamento Alimentar em Tempos de Pandemia.** 2020. Disponível em:<<https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/08/Análise-de-Conjuntura-12.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

MALUF, R.S. Tempos sombrios de pandemia e fome: responsabilidades da pesquisa em soberania e segurança alimentar e nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional.** v.27, p. 1-5, 2020.

MEGLIO, L. **Sociologia del cibo e dell'alimentazione. Un'introduzione.** Milano: Franco Angelini. 144p. 2012.

RAMOS, F. P.; SANTOS, L. A. S.; REIS, A. B. C. Educação alimentar e nutricional em escolares: uma revisão de literatura. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 29, n. 11, p. 2147-2161, 2013. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2013001100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 out. 2018.

REIS, W. A.; REINALDO, A. M. S. Estratégias de educação nutricional no ambiente escolar: uma revisão integrativa. **Revista APS**, v. 21, n. 4, p. 701-720, 2018.

RIBEIRO-SILVA, R. C.; PEREIRA, M.; CAMPELLO, T.; ARAGÃO, É.; GUIMARÃES, J. M. de M.; FERREIRA, A. J. F.; BARRETO, M. L.; SANTOS, M. C. S. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 9, p. 3421-3430, 2020. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000903421&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 mar. 2021.

SANTOS, A. P.; RUAS, D. R.; ARAÚJO, M. L.; CALDEIRA, T. C. M. **Comida, memória e afeto.** Minas Gerais: Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável – Núcleo MG, 2021. 69p.

SILVA, J. G.; TEIXEIRA, M. L. O.; FERREIRA, M. A. Alimentação na adolescência e as relações com a saúde do adolescente. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v.23, n.4, p. 1095-1103, 2014. Disponível em:<https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010407072014000401095&script=sci_arttext&tlng=p>. Acesso em: 22 mar. 2021.

SILVA, J.G. Agora, defender-se do vírus...E depois? **Segurança Alimentar e Nutricional**. v.27, p. 1-4, 2020. Disponível em:<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8659467>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SILVA, L. E. S.; S. CLARO, R. M. Tendências temporais do consumo de frutas e hortaliças entre adultos nas capitais brasileira e Distrito Federal, 2008-2016. **Cadernos de Saúde Pública**, v.35, n.5, p. 1-13, 2019.

TORREZAN, R; NEVES, L. S. S.; REIS, C. C. O. P. B. **Orientações para a redução do consumo de sódio, açúcar e gorduras.** Rio de Janeiro: Embrapa Agroindústria de Alimentos: 2017. Disponível em:<<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/158143/1/DOC-128-orientacoes-alimentos.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2021.

UNICEF. Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância. **UNICEF alerta: situação de crianças e adolescentes se agravou consideravelmente após nove meses de pandemia.** 2020. Disponível em:<<https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-alerta-situacao-de-criancas-e-adolescentes-se-agravou-consideravelmente-apos-nove-meses-pandemia>>. Acesso em: 20 jan. 2021.

VIEIRA, M. V.; DEL CIAMPO, I. R. L.; DEL CIAMPO, L. A. Hábitos e consumo alimentar entre adolescentes eutróficos e com excesso de peso. **Journal of Human Growth and**

Development, v. 24, n. 2, p. 157-162, 2014. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/81017/84664>>. Acesso em: 08 nov. 2019.

WILLIAMS, L. A. Trending Down: Fat, Sugar, Sodium. **Food Technology Magazine**. 2015. Disponível em:<[https://www.ift.org/search#sort=%40cz95xdate%20descending&f:type=\[Article\]](https://www.ift.org/search#sort=%40cz95xdate%20descending&f:type=[Article])>. Acesso em: 04 abr. 2021.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, é a mais antiga política pública para a garantia da segurança alimentar e nutricional, um programa consolidado e responsável pelo fornecimento de mais de 40 milhões de refeições escolares. Assim como o PNAE, a Educação Alimentar e Nutricional - EAN é uma importante ferramenta na formação de hábitos alimentares saudáveis.

Considera-se que os objetivos definidos para a pesquisa foram atingidos, pois houve análise da utilização dos recursos do PNAE, de como os discentes se alimentam e das ações de educação alimentar e nutricional no âmbito do CTUR, visando a promoção de hábitos alimentares saudáveis e sustentáveis e a garantia da segurança alimentar à esses escolares. Convém ressaltar que, organizações internacionais na área da alimentação, como a FAO, preconiza sistemas alimentares saudáveis sustentáveis, por meio do lema: “*Cultivar, alimentar e preservar*”.

As informações e dados levantados por essa pesquisa comprovam que não existe uma política de alimentação no CTUR, apesar da existência de recursos do PNAE para o fornecimento da alimentação escolar. O que existe é a concessão de bolsas de auxílio permanência para que o discente possa utilizar para a sua alimentação, ainda assim, não garante que a refeição realizada irá suprir o mínimo das carências nutricionais diárias necessárias, pois percebeu-se que as escolhas alimentares não consideram aspectos como a valorização da alimentação realizada em casa, a utilização de produtos agroecológicos, alimentar-se de comida de verdade, como é preconizado pelo Guia Alimentar para a População Brasileira e que a escola, ambiente onde os estudantes passam a maior parte do dia e realizam pelo menos uma refeição principal, que é o almoço, não incentiva e nem proporciona práticas de hábitos alimentares saudáveis.

A respeito da implantação e implementação do PNAE no CTUR, chegou-se a algumas constatações: a) o CTUR não tinha conhecimento sobre a existência do repasse do FNDE referente ao PNAE; b) o CTUR parece desconhecer que a alimentação é um direito social garantido pela Constituição Federal, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação e pela lei nº 11.947/09; c) é baixa a inclusão da temática da alimentação pelos docentes, assim como da educação alimentar e nutricional no processo de ensino aprendizagem; d) os discentes do CTUR estão em situação de insegurança alimentar e nutricional, pois não existe a garantia da segurança alimentar e nutricional de forma igualitária, uma vez que não há o fornecimento da alimentação escolar.

Destaca-se ainda, conforme consta no processo que tramita no TRF, a inexistência de cozinha para o preparo das refeições, de refeitório e ausência no quadro efetivo de profissional de nutrição. E ainda, a falta de conhecimento dos gestores sobre o PNAE e de movimentação da comunidade escolar para o fornecimento da alimentação escolar, da institucionalização de uma política de segurança alimentar.

Somada à todas essas questões, surgiu a pandemia da Covid-19, que levou milhares de brasileiros à uma situação de vulnerabilidade social, inclusive de fome. O PNAE, que já contribui com a alimentação de milhares de escolares pelo Brasil, também contribuiu para minimizar o impacto da pandemia na família desses estudantes, com o fornecimento de *kits* de alimentos ou cestas básicas. No entanto, os discentes do CTUR ainda não foram contemplados com os recursos do PNAE e encontram-se desassistidos no pior momento da pandemia no país.

Diante dos dados apresentados ao longo dessa dissertação, da necessidade de melhoria na gestão e implementação do PNAE, assim como de ações de EAN, sugere-se as seguintes ações:

- Implantação e implementação do PNAE, como prevê a legislação vigente, com a construção de cozinha e refeitório, e contratação de nutricionista, através de concurso público ou remanejamento desse profissional e demais profissionais da área de alimentação, como cozinheiros e auxiliares de cozinha, para atender a alimentação escolar no CTUR;
- Levantamento de alternativas/possibilidades para fornecimento da alimentação escolar, enquanto ocorre a construção de cozinha e refeitório;
- Fortalecimento das ações de Educação Alimentar e Nutricional, inclusive por meio de parcerias com outras instituições, como organizações não governamentais;
- Capacitação continuada sobre PNAE (legislação, documentação e importância).

APÊNDICES

A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO/RESPONSÁVEIS

(De acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde)

O menor _____, sob sua responsabilidade, está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar da pesquisa **“PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: PROMOVEDO A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL COM OS ALUNOS DO COLÉGIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE RURAL – CTUR”**, do trabalho de mestrado de Ellen Bilheiro Bragança Wittmann, sob a responsabilidade da Profa. Dra. Kátia C. Tjabji, do Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável (PPGPDS), do Instituto de Florestas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ e da Profa. Dra. Fernanda T. de Castro, do curso técnico em Hospedagem do Colégio Técnico da Universidade Rural – CTUR - UFRRJ.

Estou ciente do que segue:

Objetivo da pesquisa: Contribuir para a promoção da segurança alimentar e nutricional dos alunos do CTUR através de práticas de educação alimentar e nutricional.

Participação: Responder questionário sobre hábitos alimentares e observação durante as aulas de alimentos e bebidas.

Riscos: Não há riscos previstos para a integridade física, mental ou moral dos entrevistados.

Benefícios: As informações obtidas neste estudo poderão ser utilizadas para a reformulação de programas de Segurança Alimentar e Nutricional e para a melhoria das ações políticas de alimentação e nutrição, assim como a melhorias no desenvolvimento de programas governamentais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Privacidade: Os nomes dos entrevistados, assim como os demais dados serão confidenciais. Os resultados coletivos serão codificados e divulgados em relatórios e publicações científicas.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Declaro que concordo em deixá-lo participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Seropédica, ____ de _____ de 20__

Assinatura do (a) Responsável

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

B - Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE FLORESTAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PRÁTICAS EM
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(De acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde)

Eu, _____ livremente participo como voluntário (a) da pesquisa "PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: PROMOVEDO A SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL COM OS ALUNOS DO COLÉGIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE RURAL – CTUR", do trabalho de mestrado de Ellen Bilheiro Bragança Wilmado, sob a responsabilidade da Profa. Dra. Kátia C. Tabal, do Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável (PPGPDS), do Instituto de Florestas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ e da Profa. Dra. Fernanda T. de Castro, do curso técnico em Hospedagem do Colégio Técnico da Universidade Rural – CTUR - UFRRJ.

Estou ciente do que segue:

Objetivo da pesquisa: Contribuir para a promoção da segurança alimentar e nutricional dos alunos do CTUR através de práticas de educação alimentar e nutricional.

Participação: Responder questionário sobre hábitos alimentares e observação durante as aulas de alimentos e bebidas.

Riscos: Não há riscos previstos para a integridade física, mental ou moral dos entrevistados.

Benefícios: As informações obtidas neste estudo poderão ser utilizadas para a reformulação de programas de Segurança Alimentar e Nutricional e para a melhoria das ações políticas de alimentação e nutrição, assim como a melhorias no desenvolvimento de programas governamentais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Privacidade: Os nomes dos entrevistados, assim como os demais dados serão confidenciais. Os resultados coletivos serão codificados e divulgados em relatórios e publicações científicas.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Declaro que concordo participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Seropédica, ____ de _____ de 20__

Assinatura do (a) Menor

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

C - Roteiro de entrevista com a administração superior da UFRRJ.

- a) De acordo com informações do site do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, o CTUR recebe verba do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, de fato essa verba é repassada à Universidade?
- b) Se sim, a verba referente ao ano de 2019 foi depositada?
- c) Se sim, você poderia informar o valor?
- d) Por quem é realizada a gestão desse recurso?
- e) Se possui recurso para a alimentação escolar, por que não existe um restaurante/refeitório nas dependências do CTUR?

Setor de venda de *tickets*

- a) Quantos *tickets* são vendidos mensalmente aos discentes do CTUR?
- b) Quais *tickets* são vendidos aos discentes do CTUR (refeição e/ou desjejum)?

Restaurante Universitário

- a) Possuem controle de quantas refeições são fornecidas diariamente, especificamente, a discentes do CTUR?

D - Questionário Aplicado aos Discentes (continua).

Hábitos alimentares

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(De acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde)

Eu livremente autorizo o menor sob minha responsabilidade a participar da pesquisa intitulada "SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR: CONSTRUINDO ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO COLÉGIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE RURAL", do trabalho de mestrado de Ellen Bilheiro Bragança Wittmann, sob a responsabilidade da Profa. Dra. Kátia C. Tabal, do Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável (PPGPDS), do Instituto de Florestas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ e da Profa. Dra. Fernanda T. de Castro, do curso técnico em Hospedagem do Colégio Técnico da Universidade Rural – CTUR - UFRRJ.

Estou ciente do que segue:

Objetivo da pesquisa: Contribuir para a promoção da segurança alimentar e nutricional dos alunos do CTUR através de práticas de educação alimentar e nutricional.

Participação: Responder questionário sobre hábitos alimentares e observação durante as aulas de alimentos e bebidas.

Riscos: Não há riscos previstos para a integridade física, mental ou moral dos entrevistados.

Benefícios: As informações obtidas neste estudo poderão ser utilizadas para a reformulação de programas de Segurança Alimentar e Nutricional e para a melhoria das ações políticas de alimentação e nutrição, assim como a melhorias no desenvolvimento de programas governamentais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Privacidade: Os nomes dos entrevistados, assim como os demais dados serão confidenciais. Os resultados coletivos serão codificados e divulgados em relatórios e publicações científicas.

Declaro estar ciente das informações deste termo de consentimento e concordo em participar.

Estou a disposição para esclarecimentos pelo email: ebilheiro87@gmail.com

***Obrigatório**

Endereço de e-mail *

ebilheiro87@gmail.com

D - Questionário Aplicado aos Discentes (continua).

Untitled Section

Nome *

Sua resposta _____

Nome social

Sua resposta _____

Concordo livremente em participar da pesquisa *

Sim

Não

Qual a sua idade? *

Menor de 18 anos

De 18 a 30 anos

Acima de 30 anos a 40 anos

Acima de 40 anos a 50 anos

Acima de cinquenta anos a sessenta anos

Mais de sessenta anos

Outro: _____

D - Questionário Aplicado aos Discentes (continua).

Qual o seu gênero? *

- Feminino
- Masculino
- Outro

Estado civil? *

- Solteiro
- Casado
- Divorciado
- Viúvo
- Outros

Qual o seu ano de escolaridade? *

- 1º Ano
- 2º Ano
- 3º Ano

Qual o seu curso? *

- Hospedagem
- Agroecologia
- Meio Ambiente
- Agrimensura
- Ensino Médio

D - Questionário Aplicado aos Discentes (continua).

Condição profissional *

- Ocupado/Empregado
- Desocupado/Desempregado
- Estudante
- Dona de casa
- Pensionista
- Outra condição

Renda familiar mensal *

- De mil a três mil reais
- Até mil reais
- Acima de dez mil reais
- Acima de cinco mil a dez mil reais
- Acima de três mil a cinco mil reais

Com que frequência você realiza cada uma das refeições abaixo *

	Nenhuma	Até 2x semana	De 3 a 6x semana	Todos os dias
Café da manhã	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Lanche da manhã	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Almoço	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Lanche da tarde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Jantar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Lanche da noite	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

D - Questionário Aplicado aos Discentes (continua).

	Casa	Escola	Restaurante/lanchonete	Não faço	Outros
Café da manhã	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Lanche da manhã	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Almoço	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Lanche da tarde	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Jantar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Lanche da noite	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Quando você realiza uma refeição no colégio, você *

- Traz de casa
- Compro na cantina
- Utilizo o restaurante universitário da UFRRJ
- Nunca faço refeição no colégio
- Outros

Se você traz a refeição de casa, onde ela fica armazenada até a hora do consumo? *

- Mochila
- Bolsa térmica
- Geladeira da escola
- Não trago
- Outros

Caso tenha respondido outros na pergunta anterior, especifique:

Sua resposta _____

Se a refeição que você traz precisa ser aquecida antes do consumo, como esse aquecimento é feito? *

- Microondas fornecido pelo colégio
- Marmitta elétrica
- Outros

D - Questionário Aplicado aos Discentes (continua).

Caso tenha respondido outros na pergunta anterior, especifique:

Sua resposta _____

Se você utiliza o restaurante universitário da UFRRJ, como paga pela refeição? *

Compro ticket

Bolsa alimentação

Outros

Caso tenha respondido outros na pergunta anterior, especifique:

Sua resposta _____

Se você utiliza o restaurante universitário da UFRRJ, como realiza o seu deslocamento? *

A pé

Bicicleta

Transporte coletivo (ônibus, van, kombi)

Carro

Carona

Que tipos de alimentos você costuma consumir nas refeições durante o horário escolar? (Marque quantas opções desejar) *

Salgados fritos ou assados

Sanduíche

Hambúrguer

Biscoito

Refeição em restaurante (self service)

Refeição caseira (trazida de casa)

Refeição do restaurante universitário

Refrigerante

Suco natural

Suco industrializado

Água

Chás tipo mate

Você cozinha normalmente? **

Sim

Não

D - Questionário Aplicado aos Discentes (continua).

<p>Em caso positivo, Quais os dias da semana em que cozinha?</p> <p><input type="radio"/> Diariamente</p> <p><input type="radio"/> Duas a três vezes por semana</p> <p><input type="radio"/> Uma vez por semana</p> <p><input type="radio"/> A cada quinze dias</p> <p><input type="radio"/> Uma vez por mês ou menos.</p>
<p>Faz uso de algum livro de receitas? *</p> <p><input type="radio"/> Sim</p> <p><input type="radio"/> Não</p>
<p>Utiliza a internet para obter receitas disponíveis? *</p> <p><input type="radio"/> Sim</p> <p><input type="radio"/> Não</p>
<p>Quais alimentos você e sua família preferencialmente consomem? Por quê? Dê exemplos. *</p> <p>Sua resposta</p>
<p>Você tem acesso a informações sobre alimentação e nutrição? *</p> <p><input type="radio"/> Sim</p> <p><input type="radio"/> Não</p>
<p>Caso tenha respondido SIM na pergunta anterior, através de qual(ais) meio(s) você tem acesso a informações sobre alimentação e nutrição? (Marque quantas opções desejar) *</p> <p><input type="checkbox"/> Televisão</p> <p><input type="checkbox"/> Internet</p> <p><input type="checkbox"/> Jornal/revistas</p> <p><input type="checkbox"/> Rádio</p> <p><input type="checkbox"/> Mídias sociais</p> <p><input type="checkbox"/> Aulas no CTUR</p> <p><input type="checkbox"/> Palestras</p> <p><input type="checkbox"/> Outros</p> <p><input type="checkbox"/> Não se aplica</p>

D - Questionário Aplicado aos Discentes (continua).

Caso tenha respondido outros na pergunta anterior, especifique:

Sua resposta: _____

A frequência com que você se alimenta durante o dia mudou com a pandemia do corona vírus?

- Sim
 Não

Se SIM, selecione quais refeições você realiza por dia durante a pandemia do corona vírus.

- Café da manhã
 Lanche da manhã
 Almoço
 Lanche da tarde
 Jantar
 Lanche da noite

Quanto a sua alimentação, antes da pandemia, em quantos dias da semana costumava comer essas frutas, legumes e verduras (FLV)?

Sua resposta: _____

Durante a pandemia, quantos dias da semana costuma consumir FLV?

Sua resposta: _____

Alguém do domicílio recebe algum benefício financeiro do governo federal, como o bolsa família, por exemplo?

Sua resposta: _____

E recebeu algum outro benefício relacionado à pandemia do novo corona vírus, como o auxílio emergencial de 600 reais?

Sua resposta: _____

D - Questionário Aplicado aos Discentes (conclusão).

Se a sua família recebeu o auxílio de 600 reais, quanto deste dinheiro foi gasto com alimentação?

100%

75%

50%

25%

O dinheiro do auxílio não foi gasto com a alimentação da família.

O que na sua opinião significa comida de verdade? *

Sua resposta

Comentários, Sugestões, Críticas.

Sua resposta

Enviar uma cópia das respostas para o meu e-mail.

[Voltar](#) [Enviar](#)

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

E - Questionário Aplicado aos Docentes do CTUR (continua).

Compreensão sobre Educação Alimentar e Nutricional no âmbito do Colégio Técnico da Universidade Rural – CTUR

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(De acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde)

Eu livremente participo da pesquisa intitulada: "SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR: CONSTRUINDO ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO COLÉGIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE RURAL", do trabalho de mestrado de Ellen Bilheiro Bragança Wittmann, sob a responsabilidade da Profa. Dra. Kátia C. Tabaí, do Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável (PPGPDS), do Instituto de Florestas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ e da Profa. Dra. Fernanda T. de Castro, do curso técnico em Hospedagem do Colégio Técnico da Universidade Rural – CTUR - UFRRJ.

Estou ciente do que segue:

Objetivo da pesquisa: Contribuir para a promoção da segurança alimentar e nutricional dos alunos do CTUR através de práticas de educação alimentar e nutricional.

Participação: Responder questionário sobre hábitos alimentares e observação durante as aulas de alimentos e bebidas.

Riscos: Não há riscos previstos para a integridade física, mental ou moral dos entrevistados.

Benefícios: As informações obtidas neste estudo poderão ser utilizadas para a reformulação de programas de Segurança Alimentar e Nutricional e para a melhoria das ações políticas de alimentação e nutrição, assim como a melhorias no desenvolvimento de programas governamentais, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Privacidade: Os nomes dos entrevistados, assim como os demais dados serão confidenciais. Os resultados coletivos serão codificados e divulgados em relatórios e publicações científicas.

Declaro estar ciente das informações deste termo de consentimento e concordo em participar.

Estou a disposição para esclarecimentos pelo email: ebilheiro87@gmail.com

Endereço de e-mail *

Endereço de e-mail válido

Este formulário coleta endereços de e-mail. [Alterar configurações](#)

Concordo livremente em participar da pesquisa *

Sim

Não

E - Questionário Aplicado aos Docentes do CTUR (continua).

1 - Disciplina(s) que leciona: *

Texto de resposta curta

2 - Curso(s) em que leciona: *

Texto de resposta curta

3 - Série (s) que leciona: *

Texto de resposta curta

4 - Nas suas aulas, você aborda questões ligadas a alimentação? *

Sim

Não

- Se a sua resposta a pergunta anterior for NÃO, justifique:

Texto de resposta longa

- Se a sua resposta a pergunta anterior for SIM, responda as questões a seguir:

Texto de resposta curta

a) Por que você aborda questões relacionadas a alimentação na sua disciplina?

Texto de resposta longa

b) Quais questões/temáticas ligadas a alimentação você aborda?

Texto de resposta longa

c) Quantas horas/aula, geralmente, você utiliza para trabalhar sobre alimentação?

Texto de resposta longa

E - Questionário Aplicado aos Docentes do CTUR (continua).

d) Em quais séries trabalhou ou pretende trabalhar as questões referentes a alimentação?

Texto de resposta longa

e) Você percebe interesse dos (as) alunos (as) quando aborda questões sobre alimentação?

Texto de resposta longa

f) O que você leva em consideração no momento de planejar suas aulas com a temática alimentação? (Por quê?)

Texto de resposta longa

g) Ao abordar a temática alimentar em suas aulas, quais estratégias de ensino você utiliza? Marque mais de uma opção, caso for necessário

- Aula expositiva e dialogada
- Aula prática
- Visita técnica
- Questionários, textos
- Vídeos
- Debates
- Trabalho em grupo (seminário)
- Dinâmicas, jogos e brincadeiras
- Pesquisas
- Projetos
- Palestras

h) Na sua opinião, a inserção de Educação Alimentar e Nutricional como tema transversal, constitui objeto de ensino de:

- Biologia
- Educação Física
- Nutricionistas
- Interdisciplinar

E - Questionário Aplicado aos Docentes do CTUR (continua).

j) Na sua opinião há dificuldades em se trabalhar sobre alimentação na escola? (Por quê?)
Quais são as maiores dificuldades?

Texto de resposta longa

j) Em sua opinião como deveria ser vivenciada a alimentação no ambiente escolar?

Texto de resposta longa

k) Na sua opinião, o ambiente escolar no qual você e seus alunos estão inseridos, favorece a prática de uma alimentação saudável? Justifique sua resposta

Texto de resposta longa

l) A frequência com que você se alimenta durante o dia mudou com a pandemia do corona vírus?

Sim

Não

m) Se SIM, selecione quais refeições você realiza por dia durante a pandemia do corona vírus.

Café da manhã

Lanche da manhã

Almoço

Lanche da tarde

Jantar

Lanche da noite

n) Quanto a sua alimentação, antes da pandemia, em quantos dias da semana costumava comer essas frutas, legumes e verduras (FLV)?

Texto de resposta curta

o) Durante a pandemia, quantos dias da semana costuma consumir FLV?

Texto de resposta curta

E - Questionário Aplicado aos Docentes do CTUR (conclusão).

p) O que na sua opinião significa comida de verdade?

Texto de resposta longa

Comentários, Sugestões, Críticas.

Texto de resposta longa

F - Trabalho Apresentado no IX Congresso Latino-Americano e XV Congresso Brasileiro de Higienistas de Alimentos 2019 e Publicado na Revista de Higiene Alimentar.

Trabalhos Apresentados

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO COLÉGIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE RURAL – CTUR SEROPEDICA/RJ/BRASIL

SCHOOL FEEDING IN THE TECHNICAL COLLEGE OF RURAL UNIVERSITY – CTUR SEROPEDICA/RJ/BRAZIL

Ellen Bilheiro Bragança Wittmann¹; Fernanda Travassos de Castro²; Katia Cilene Tabaí³

¹Pós-graduanda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Práticas em Desenvolvimento Sustentável (PPGPDS/UFRRJ) / Assistente em Administração (UFRRJ).

²Doutora em Ciência e Tecnologia de Alimentos (PPGCTA/UFRRJ) / Prof^a do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR/UFRRJ). Coordenadora (PPGPDS/UFRRJ)

³Doutora em Alimentos e Nutrição (FEA/UNICAMP) / Prof^a da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ICSA/UFRRJ). Orientadora (PPGPDS/UFRRJ)

Resumo

O presente trabalho objetivou identificar a estrutura e recursos disponíveis no Colégio Técnico da Universidade Rural para fornecimento de alimentação escolar, visando a promoção da segurança alimentar e nutricional, tendo em vista a importância do assunto e a escassez de pesquisas e considerando que a alimentação é um direito humano e social. A metodologia utilizada foram técnicas de observação não participativa, que foi conduzida por meio de visitas semanais a escola e entrevista não estruturada com a professora responsável pela disciplina de alimentos e bebidas, em novembro de 2018. Portanto, observou-se que os alunos lamentavelmente não possuem alimentação escolar disponibilizada pelo colégio, tendo que buscar outras alternativas para se alimentar como marmitas e lanches rápidos. Logo, sugere-se que isso seja revisto pelos gestores responsáveis nessa unidade, uma vez que a falta do fornecimento de alimentação escolar adequada, coloca os alunos em situação de insegurança alimentar.

Palavras-chave: PNAE. Alimentação Escolar. Alimentação Saudável.

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma estratégia para a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), cujas ações devem se nortear pelos princípios da alimentação saudável discutidos no Guia Alimentar para a População Brasileira (SOUZA, 2013).

O PNAE é muito importante para a população brasileira, pois em muitos países as crianças não possuem acesso a alimentação escolar. Em escala global, 45% (3,1 milhões) das mortes de crianças menores de cinco anos são causadas pela má nutrição. E 66 milhões das crianças entre 5 e 12 anos frequentam as aulas passando fome, desse total, 23 milhões são crianças africanas (ONU, 2016).

O PNAE é o maior programa de alimentação escolar no mundo e o único que atende 100% dos alunos das escolas públicas, servindo mais de 50 milhões de refeições por dia. O programa se tornou uma referência mundial, por meio a Agência Brasileira de Cooperação tem acordos de cooperação com diversos países da América Latina, Caribe, África e Ásia (BRASIL, 2017).

Segundo a Resolução CD/FNDE nº 26 de 2013, os cardápios ofertados aos alunos devem atender de 20 a 70% das necessidades nutricionais, dependendo do tempo que permanecem no ambiente escolar, assim como ofertar pelo menos três porções de frutas e hortaliças por semana (GUEDES, 2017).

Um levantamento que analisou os hábitos alimentares dos brasileiros, realizado pelo Ministério da Saúde em parceria com IBGE, identificou uma preferência da população brasileira por alimentos mais gordurosos. A pesquisa foi realizada com 63 mil pessoas em todo o país, no período entre agosto de 2013 e fevereiro de 2014, e identificou de 37,2% dos

G - Trabalho Apresentado no IX Congresso Latino-Americano e XV Congresso Brasileiro de Higienistas de Alimentos 2019 e Publicado na Revista de Higiene Alimentar.

Trabalhos Apresentados

EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL: O CASO DO COLÉGIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE RURAL - CTUR

FOOD AND NUTRITIONAL EDUCATION: A CASE OF THE TECHNICAL COLLEGE OF RURAL UNIVERSITY – CTUR

Ellen Bilheiro Bragança Wittmann¹; Fernanda Travassos de Castro²; Katia Cilene Tabai³

¹Pós-graduanda do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Práticas em Desenvolvimento Sustentável (PPGPDS/UFRRJ) / Assistente em Administração (UFRRJ).

²Doutora em Ciência e Tecnologia de Alimentos (PPGCTA/UFRRJ) / Prof^a do Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CTUR/UFRRJ). Coordenadora PPGPDS/UFRRJ

³Doutora em Alimentos e Nutrição (FEA/UNICAMP) / Prof^a da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (ICSA/UFRRJ). Orientadora PPGPDS/UFRRJ

Resumo

O presente trabalho é parte de uma dissertação em andamento e objetivou identificar as ações promovidas pelo Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CTUR, em prol da educação alimentar e nutricional, visando contribuir para a promoção da segurança alimentar e nutricional dos alunos do CTUR. Foram realizadas entrevistas em novembro de 2018 junto a professora responsável pela disciplina de Alimentos e Bebidas. Foi possível perceber que o trabalho de Educação Alimentar e Nutricional desenvolvido na referida disciplina juntamente com alunos de graduação forneceu dados muito importantes para que o consumo de alimentos saudáveis seja fortalecido e trabalhado de forma que sensibilize os alunos ao consumo.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional. Alimentação Saudável. Gastronomia.

Introdução

A garantia do acesso a alimentação é uma questão de política pública, de intersetorialidade e assim algumas legislações e programas do governo garantem tal direito, como a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) nº 11.346, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a recente lei nº 13.666 de maio 2018 que induziu a Educação Alimentar e Nutricional (EAN) entre os temas transversais dos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio (BRASIL, 2006; BRASIL, 2010; BRASIL, 2017; BRASIL, 2009; BRASIL, 2003; BRASIL, 2018).

De acordo com Ramos (2015), no âmbito educacional, o PNAE é uma das políticas que mais se destacam, um dos programas mais antigos do país e que vem sendo reformulado desde a sua implementação em 1955. Na reformulação ocorrida em 2009 com a Lei nº 11.947, foi instituída a diretriz sobre a inclusão da educação alimentar e nutricional, que traz o seguinte texto:

“a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional” (BRASIL, 2009).

Como descrito anteriormente, a EAN foi incluída como tema transversal, tornando a obrigatoriedade da sua abordagem nas escolas. Inicialmente é preciso compreender o que se entende por Educação Alimentar e Nutricional (EAN), uma vez que tal termo é utilizado para que as ações adotadas abranjam não somente Educação Nutricional ou Educação Alimentar, mas aspectos do alimento e da alimentação, assim como os processos de

H- Trabalho apresentado no III Seminário Qualidade de Vida, Sustentabilidade e Economia Alternativa.

SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: CONSTRUINDO ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO COLÉGIO TÉCNICO DA UNIVERSIDADE RURAL - CTUR

Ellen Bilheiro Bragança Wittmann, Letícia Matias Lacaz, Fernanda Travassos de Castro, Katia Cilene Tabai

Saúde e Qualidade de Vida

Este trabalho é um recorte de dissertação em andamento, com o objetivo de contribuir para a promoção da soberania e segurança alimentar e nutricional dos discentes do Colégio Técnico da Universidade Rural – CTUR, através de práticas de educação alimentar e nutricional, tendo em vista que a alimentação é um direito humano e social. Segundo a Pesquisa de Orçamento Familiar – POF, os adolescentes possuem hábitos alimentares inadequados, como consumo de refrigerantes e alimentos ultraprocessados, demonstrando que apesar de ter acesso a informação sobre hábitos alimentares saudáveis, eles não estão fazendo uso adequado dessa informação. A lei 13.666 de 2018, incluiu a Educação Alimentar e Nutricional – EAN como tema transversal a ser trabalhado nas escolas de educação básica, visando a garantia da Segurança Alimentar e Nutricional. Sabe-se que a Educação Alimentar e Nutricional é uma importante ferramenta para a promoção de hábitos alimentares saudáveis, para o incentivo ao consumo sustentável, para a diminuição do desperdício de alimentos, dentre outros. Um importante instrumento na promoção da EAN, é o Guia Alimentar para a População Brasileira que foi desenvolvido pelo Ministério da Saúde e traz recomendações para uma alimentação adequada e saudável. A pesquisa está sendo realizada no Colégio Técnico da Universidade Rural – CTUR, por meio de visitas, desde novembro de 2018, realizou-se o diagnóstico, bem como a entrega dos termos de consentimento para a participação na pesquisa, respeitando os aspectos éticos da pesquisa preconizados pela Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Esse projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa na UFRRJ (COMEP/UFRRJ) sob protocolo nº 705/2016. Como o colégio lamentavelmente ainda não possui restaurante próprio para o fornecimento da alimentação escolar e os discentes utilizam o restaurante da Universidade Rural para realizar as refeições, os discentes geralmente levam marmita de casa, comem nos restaurantes privados próximos ou realizam erroneamente lanches rápidos. Observou-se as aulas práticas realizadas na disciplina de Alimentos e Bebidas do curso técnico em Hospedagem e constatou-se que na referida disciplina são desenvolvidas atividades teóricas e práticas para a promoção da Educação Alimentar e Nutricional e conseqüentemente da Segurança Alimentar e Nutricional. Nos conteúdos teóricos, o guia alimentar brasileiro é utilizado na realização de seminários e produção de *folders* que são disponibilizados para as turmas. Nas aulas práticas, são elaborados pratos típicos, como a feijoada, prato brasileiro, que são produzidos e consumidos pelos discentes. São utilizados alimentos da produção agroecológica do próprio colégio, como a couve, a taioba, ervas condimentares, etc. Serão ainda realizadas intervenções nessas aulas práticas, com fins de avaliar a aceitação de refeições mais saudáveis, como a utilização de hortaliças produzidas nesse colégio, por exemplo. Pode-se afirmar que ações efetivas em prol da Educação Alimentar e Nutricional são desenvolvidas no CTUR. Sugere-se ampliação dessas estratégias, para que mais discentes sejam alcançados por tais ações e conseqüentemente sensibilizados para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis, passando a comer comida de verdade, como preconiza o Guia Alimentar para a População Brasileira. Espera-se inclusive que essas estratégias de EAN possam ser reproduzidas em outras escolas e localidades.

I - Apresentação Oral do trabalho Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: Construindo Estratégias de Educação Alimentar e Nutricional no Colégio Técnico da Universidade Rural – CTUR no 1º Encontro de Estudantes de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ.

GT Ciências Sociais e Humanas em Alimentação: articulação de saberes em prática

*Dia 27 de novembro de 2019 das 13 às 17h.
Auditório da Comunicação, sala 10.121 F.*



PESQUISADORA:

ELLEN BILHEIRO BRAGANÇA WITTMAN

Vídeo da apresentação disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=k36NynbKEbI>

J - Trabalho aprovado na International Conference on Sustainable Development – 2021.

Management of resources from National School Feeding Program and actions to promote Food Security during the COVID-19 pandemic for the students of the Technical College of the Rural University of Rio de Janeiro – Brazil

The National School Feeding Program is directly associated with the students' food security and sovereignty, also during the pandemic. Aiming to contribute to the promotion of food and nutritional security of the students of the Technical College of the Rural University of Rio de Janeiro during the COVID-19 pandemic, the research to which this abstract refers was approved by the Research Ethics Committee of the Federal Rural University of Rio de Janeiro, and this part of the study took place from November 2018 to August 2020, through visitations, non-participatory observation, interviews, collection of data on official websites and survey conducted over the internet to the students. The difficult access to the university restaurant of the Federal Rural University of Rio de Janeiro in Brazil and the absence of an appropriate place for students to have their meals led to their situation of food and nutritional insecurity, before the pandemic outbreak, which already indicated that the allocation of funds for food at the school was not being properly applied in order to ensure food and nutritional security at the college. It was observed that of the 79 students who took part in the research, 48 (60.8%) reported that they bring their own meals from home and 5 (6.3%) affirmed that they use the university restaurant. Regarding the type of food they usually consume during school hours, 63.3% consumed biscuits, 51.9% consumed fried or baked savouries and 45.6% consumed industrialized juice. With the interruption of classes due to the pandemic, the college implemented strategies to assist students, in order to minimize hunger and promote food security. The school identified 50 families in social vulnerability and they were assisted with supply of baskets containing food, such as eggs and vegetables from the college's agroecological production; donation of fruits and vegetables from the Food Acquisition Program; donation of meat; and food from the food bank of the Central Supply Center of the State of Rio de Janeiro. However, although it has been proven that the resources from the National School Feeding Program received by the Federal Rural University of Rio de Janeiro belong to the college, such resources have not yet been made available to students, as determined by the Law nº 13.987/20. Regarding the implantation and implementation of the National School Feeding Program, the directors were unaware of the existence of transfer from the National Fund for Education Development regarding the National School Feeding Program; they seem unaware that food is a social right guaranteed by the Federal Constitution of Brazil and by Law nº 11.947/09. It is suggested that local managers reverse the situation of food insecurity, mainly by implanting a restaurant at the college, and that the funds for school meals are forwarded to the guardians of the students, during the absence of presential classes.

K - Trabalho aprovado na International Conference on Sustainable Development – 2021.

Actions of Food and Nutritional Education and the impact of the COVID-19 pandemic on the daily diet of students and teachers at the Technical College of the Federal Rural University of Rio de Janeiro – Brazil

Food and Nutrition Education is an important tool for the promotion of Food and Nutritional Security and for the development of healthy eating habits. The work to which this abstract refers was approved by the Research Ethics Committee of the Federal Rural University of Rio de Janeiro and aimed to identify the actions promoted by the Technical College of the Federal Rural University of Rio de Janeiro in Brazil, in favor of Food and Nutrition Education, aiming to contribute to the promotion of Food and Nutritional Security of the college's students. Interviews were conducted in November 2018 with the professor responsible for the subject of Food and Beverages and online surveys were conducted to students and teachers from June to August 2020. It was possible to perceive that actions are developed by the institution in favor of Food and Nutrition Education in the subject of Food and Beverages. The college, for having an agroecological production of vegetables and aromatic herbs, offers support to the classes of Food and Beverages, even with a small production, and contributes by encouraging the consumption of real food, which has already been worked in practical and theoretical classes. However, such actions do not include all the students of the Technical College, the students that attend the Accommodation course are the ones who have access to the contents of Food and Nutrition Education. The college has a staff of 68 teachers, of whom 13 responded to the survey and 11 reported addressing issues related to food in their classes. Topics such as Food and Nutritional Security, Food Safety, food quality, basic nutrition and food preparation are covered. The survey also identified that 68.6% of students who requested to cancel their enrollment, did so because they were unable to adapt to the remote education adopted during the COVID-19 pandemic. And yet, the impact of the pandemic, due to social isolation, had repercussions on food habits, it was identified that the consumption of fruits and vegetables by students decreased significantly. The inclusion of the food theme by teachers is low, as well as Food and Nutrition Education in the teaching-learning process; the students of the Technical College of Rural University of Rio de Janeiro are in a state of food and nutritional insecurity, as there is no guarantee of food and nutritional security on an equal basis. It is hoped that the data collected by this research will favor the dialogue about the importance of ensuring school meals at the college itself and the adoption of measures that can assist students in this matter within the scope of the Technical College of the Rural University of Rio de Janeiro.

L – Trabalho aprovado na VIII Reunião Anual de Iniciação Científica (RAIC 2020) – UFRRJ

Segurança Alimentar e Nutricional dos alunos do Colégio Técnico da Universidade Rural - CTUR antes e durante a pandemia de COVID-19 e gerenciamento de recursos provenientes do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) prevê o fornecimento de alimentação escolar para todos os alunos da rede de ensino matriculados em escolas públicas e filantrópicas. Os princípios do PNAE são a universalidade e a ampliação do atendimento dos estudantes, a fim de atender o que preconiza a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), a saber, no art. 3º. “A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”. Com objetivo de contribuir para a promoção da segurança alimentar e nutricional dos alunos do Colégio Técnico da Universidade Rural – CTUR, realizou-se essa pesquisa de 2018 a 2020, por meio de levantamento de dados junto aos sites oficiais e de questionário aos discentes, pela internet. Essa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da UFRRJ sob protocolo nº 797/2016. O difícil acesso ao restaurante universitário da UFRRJ e a inexistência de local apropriado para os alunos realizarem as refeições acarreta a situação de insegurança alimentar e nutricional dos alunos do CTUR, sinalizando que o repasse da verba destinada à alimentação escolar no colégio não estava sendo devidamente aplicada. Observou-se que dos 79 discentes participantes da pesquisa, 60,8% informaram trazer refeições de casa e 6,3% afirmaram utilizar o restaurante universitário. Com relação ao tipo de alimentos que costumavam consumir durante o horário escolar, 63,3% consumiam biscoitos, 51,9% consumiam salgados fritos ou assados e 45,6% consumiam suco industrializado. Com a suspensão das aulas presenciais, em virtude da pandemia, o CTUR adotou estratégias para atender os alunos, visando minimizar a fome e promover a garantia da segurança alimentar. O colégio identificou que 50 famílias se encontravam em vulnerabilidade social e foram atendidas com o fornecimento de cestas básicas; ovos e hortaliças da produção agroecológica do colégio; doação de frutas e hortaliças do PAA; doação de carnes; e de alimentos do banco de alimentos. Os recursos que a Universidade Rural recebe referente ao PNAE, ainda não foram disponibilizados aos alunos do CTUR como determina a Lei nº 13.987/2020. Infelizmente não existe política de alimentação escolar no CTUR, apesar da existência de recursos do PNAE para o fornecimento da alimentação escolar. Em relação a implantação e implementação do PNAE no CTUR, os dirigentes desconheciam a existência do repasse do FNDE referente ao PNAE; há evidências do desconhecimento de que a alimentação é um direito social garantido pela Constituição Federal e pela Lei nº 11.947/09. Sugere-se aos gestores locais para reverter essa situação de insegurança alimentar, implantando principalmente o restaurante próprio no colégio, e que os valores destinados à alimentação escolar sejam repassados a todos os responsáveis dos alunos, durante a ausência de aulas presenciais. Espera-se que os dados levantados por esta pesquisa favoreçam o diálogo sobre a necessidade da alimentação escolar ser assegurada no próprio local, no CTUR.

M – Trabalho aprovado na VIII Reunião Anual de Iniciação Científica (RAIC 2020) – UFRRJ

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL E O IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO COTIDIANO ALIMENTAR DE DISCENTES E DOCENTES DO CTUR

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) é um importante instrumento para a promoção da segurança alimentar e nutricional e para a formação de hábitos alimentares saudáveis. O presente trabalho objetivou identificar as ações promovidas pelo Colégio Técnico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – CTUR, em prol da educação alimentar e nutricional, visando contribuir para a promoção da segurança alimentar e nutricional dos alunos do CTUR. Foram realizadas entrevistas em novembro de 2018 junto a professora responsável pela disciplina de Alimentos e Bebidas e foram aplicados questionários online de junho a agosto de 2020, aos discentes e docentes. Essa pesquisa é um recorte da dissertação de mestrado da segunda autora, realizada no Programa de Práticas em Desenvolvimento Sustentável - PPGPDS da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, foi aprovada pelo Comitê de Ética da UFRRJ (COMEP/UFRRJ) sob protocolos nº 705/2016 e nº 797/2016. Foi possível perceber que são desenvolvidas ações pela instituição em prol da Educação Alimentar e Nutricional na disciplina de Alimentos e Bebidas. O colégio, por ter uma produção agroecológica de hortaliças e ervas aromáticas, oferece apoio às aulas, mesmo tendo uma pequena produção e contribui incentivando o consumo de comida de verdade, como preconizado pelo Guia Alimentar para a População Brasileira, que já vem sendo trabalhado nas aulas práticas e teóricas. No entanto, tais ações não contemplam todos os alunos do colégio, sendo os alunos do curso de Hospedagem os que têm acesso aos conteúdos de educação alimentar e nutricional. O colégio possui 68 docentes, destes 13 responderam a pesquisa e 11 informaram abordar questões relacionadas a alimentação em suas aulas. Foram abordados temas como Segurança Alimentar e Nutricional - SAN, segurança dos alimentos, qualidade dos alimentos, noções básicas de nutrição e preparo de alimentos. A pesquisa identificou também que 68,6% dos alunos que solicitaram trancamento de matrícula, por não conseguirem se adaptar ao ensino remoto adotado durante a pandemia da Covid-19, o que revela ainda mais essa preocupante realidade atual, culminando muitas vezes no abandono escolar. E ainda, o impacto da pandemia, por causa do isolamento social, repercutiu na alimentação, identificou-se que o consumo de frutas e hortaliças por parte dos alunos diminuiu significativamente, não atendendo ao preconizado mundialmente e pelo Brasil, inclusive pelo Guia Alimentar para a População Brasileira. É baixa a inclusão da temática da alimentação pelos professores, assim como da educação alimentar e nutricional no processo de ensino aprendizagem; infelizmente os alunos do CTUR estão em situação de insegurança alimentar e nutricional, pois não existe a alimentação escolar no local, há necessidade da garantia da segurança alimentar e nutricional de forma igualitária e por isso ações de EAN que culminem em maior acesso aos alimentos devem ser priorizadas. Espera-se que os dados desta pesquisa favoreçam os diálogos sobre a importância da educação alimentar e nutricional, associada a alimentação escolar assegurada no colégio e para adoção de medidas que atendam os alunos no local, no CTUR, para a garantia da segurança alimentar e nutricional a todos os escolares.

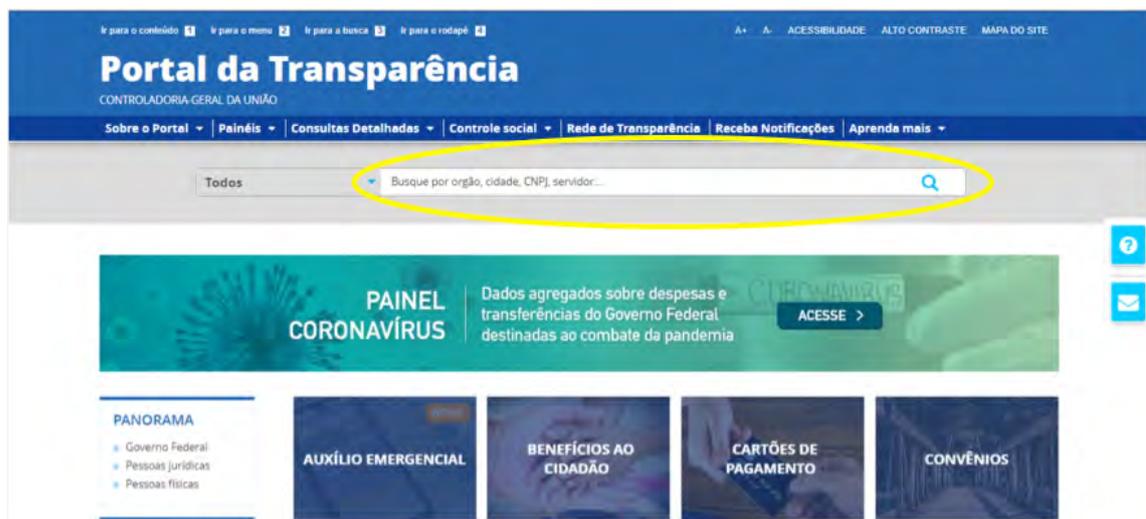
N – Tutorial para pesquisa no Portal da Transparência do Governo Federal (continua).

Passo 1 – Acesse o portal pelo link: <http://www.portaltransparencia.gov.br>



Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal, 2021.

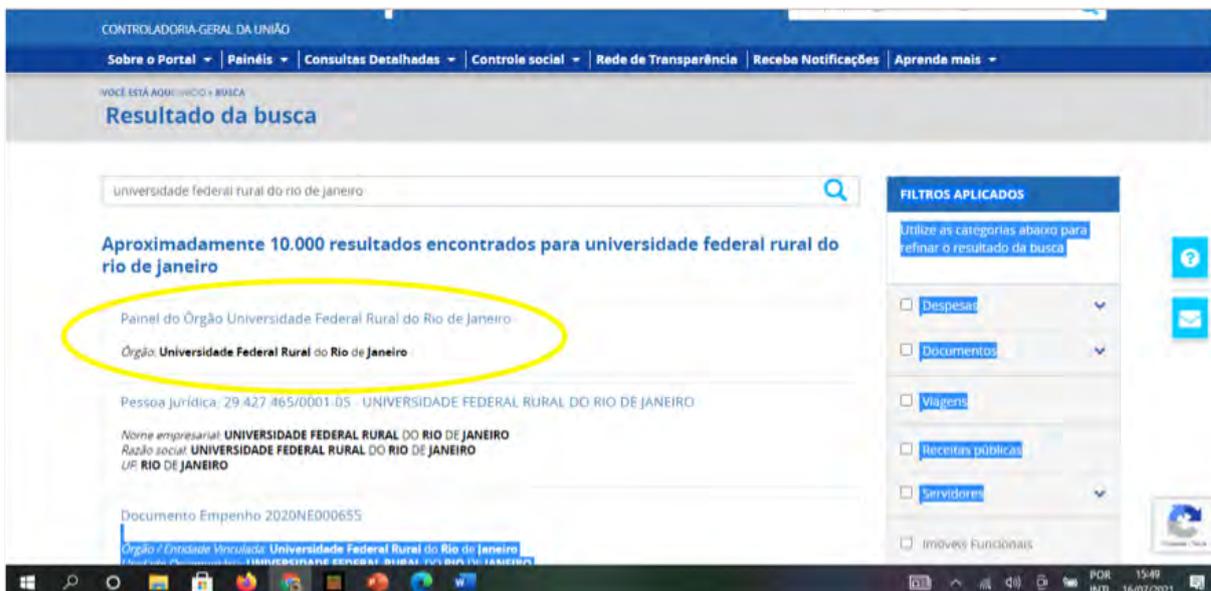
Passo 2: No campo de busca digite o nome do órgão que deseja pesquisar e aperte enter ou clique na lupa a esquerda do campo;



Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal, 2021.

N - Tutorial para pesquisa no Portal da Transparência do Governo Federal (continua).

Passo 3: No resultado da busca selecione a primeira opção. Estará escrito: painel do órgão ... (e o nome do órgão que deseja pesquisar):



Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal, 2021.

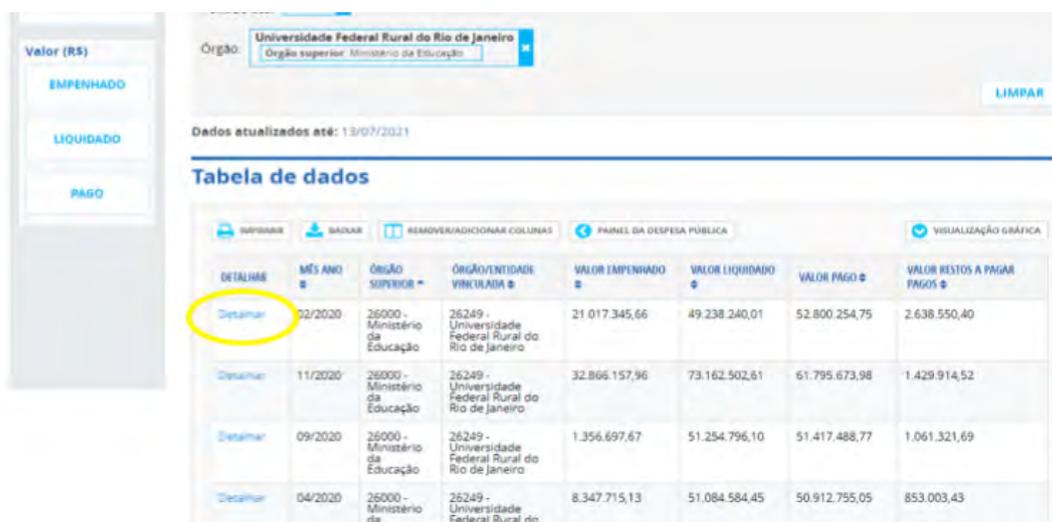
Passo 4: No painel do órgão escolha o ano que deseja pesquisar no canto superior direito, após selecionar o ano, clique na opção detalhar execução das despesas:



Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal, 2021.

N - Tutorial para pesquisa no Portal da Transparência do Governo Federal (continua).

Passo 5: Na tabela de dados, clique na opção detalhar de qualquer mês:



Órgão: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Órgão superior: Ministério da Educação

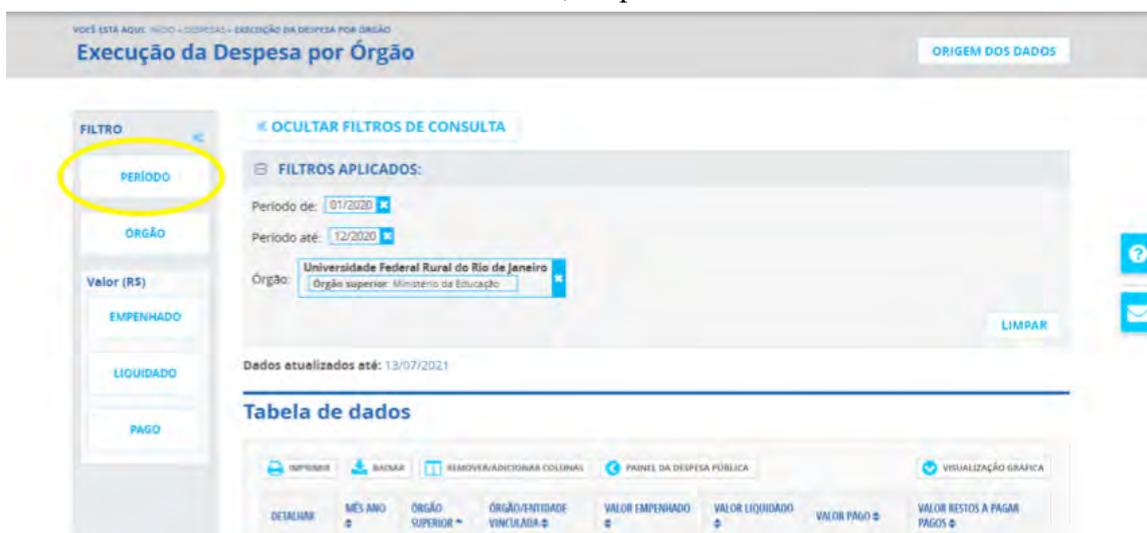
Dados atualizados até: 13/07/2021

Tabela de dados

DETALHAR	MÊS ANO	ÓRGÃO SUPERIOR	ÓRGÃO/ENTIDADE VINCULADA	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO	VALOR RESTOS A PAGAR PAGOS
Detalhar	02/2020	26000 - Ministério da Educação	26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	21.017.345,66	49.238.240,01	52.800.254,75	2.638.550,40
Detalhar	11/2020	26000 - Ministério da Educação	26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	32.866.157,96	73.162.502,61	61.795.673,98	1.429.914,52
Detalhar	09/2020	26000 - Ministério da Educação	26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	1.356.697,67	51.254.796,10	51.417.488,77	1.061.321,69
Detalhar	04/2020	26000 - Ministério da Educação	26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	8.347.715,13	51.084.584,45	50.912.755,05	853.003,43

Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal, 2021.

Passo 6: No canto esquerdo, na opção filtros, escolha o período a ser pesquisado dentro de um mesmo ano (por exemplo, de janeiro de 2020 a dezembro de 2020) e no filtro Ação Orçamentária digite: 00PI, aparecerá a opção 00PI – APOIO A ALIMENTACAO ALIMENTAR NA EDUCACAO BASICA, clique em adicionar:



VOCE ESTÁ AQUI: HOME > DESPESAS > EXECUÇÃO DA DESPESA POR ÓRGÃO

Execução da Despesa por Órgão

ORIGEM DOS DADOS

FILTRO

OCULTAR FILTROS DE CONSULTA

FILTROS APLICADOS:

Período de: 01/2020

Período até: 12/2020

Órgão: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Órgão superior: Ministério da Educação

Dados atualizados até: 13/07/2021

Tabela de dados

DETALHAR	MÊS ANO	ÓRGÃO SUPERIOR	ÓRGÃO/ENTIDADE VINCULADA	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO	VALOR RESTOS A PAGAR PAGOS
----------	---------	----------------	--------------------------	-----------------	-----------------	------------	----------------------------

Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal, 2021.

N - Tutorial para pesquisa no Portal da Transparência do Governo Federal (continua).

ÓRGÃO/ENTIDADE VINCULADA	VALOR EMPENHADO	VALOR LIQUIDADO	VALOR PAGO	VALOR RESTOS A PAGAR PAGOS
26249 - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	21.017.345,66	49.238.240,01	52.800.254,75	2.638.550,40
26249 - Universidade	32.866.157,96	73.162.502,61	61.795.673,98	1.429.914,52

Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal, 2021.

ÓRGÃO/ENTIDADE VINCULADA	UNIDADE GESTORA	ÁREA DE ATUAÇÃO (FUNÇÃO)	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PROG DE GOV
--------------------------	-----------------	--------------------------	-----------	-----------------------	-------------------	-------------

Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal, 2021.

N - Tutorial para pesquisa no Portal da Transparência do Governo Federal (continua).

Passo 7: Com os filtros aplicados clique em consultar. Na tabela de dados aparecerão os resultados da busca, clique em detalhar para maiores informações.

FILTROS APLICADOS:

Período de: 02/2020

Período até: 02/2020

Órgão: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Órgão superior: Ministério da Educação

Ação Orçamentária: 00PI - APOIO A ALIMENTACAO ESCOLAR NA EDUCACAO BASICA (PNAE)

Clique aqui para efetuar a consulta

CONSULTAR LIMPAR

Dados atualizados até: 13/07/2021

Tabela de dados

IMPRIMIR BAIXAR REMOVER/ADICIONAR COLUNAS PAINEL DA DESPESA PÚBLICA VISUALIZAÇÃO GRÁFICA

DETALHAR	MÊS ANO	ÓRGÃO SUPERIOR	UNIDADE GESTORA	ÁREA DE ATUAÇÃO (FUNÇÃO)	SUBFUNÇÃO	PROGRAMA ORÇAMENTÁRIO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	PROG DE GOV	
Detalhar	02/2020	26000	26249	153166	12	364 - Ensino	5013	20RK	00 - N

Fonte: Portal da Transparência do Governo Federal, 2021.

ANEXOS

A - Parecer do Comitê de Ética sobre o Projeto de Pesquisa intitulado “Segurança alimentar: a intersectorialidade no Brasil”.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMISSÃO DE ÉTICA NA PESQUISA DA UFRRJ / COMEP

Protocolo Nº 797/2016

PARECER

O Projeto de Pesquisa intitulado: “*Segurança alimentar: a intersectorialidade no Brasil*” sob a responsabilidade da Profa. Kátia Cilene Tabai, do Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, processo 23083.0066555/2016-63, atende os princípios éticos e está de acordo com a Resolução 466/12 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

UFRRJ, 12/09/2016.

Prof. Dr. Jairo Pinheiro da Silva
Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação

B - Parecer do Comitê de Ética sobre o Projeto de Pesquisa intitulado “Análise da relação entre hábitos alimentares de alunos do CTUR e preparação das aulas de A & B fatores socioeconômicos”.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMISSÃO DE ÉTICA NA PESQUISA DA UFRRJ / COMEP

Protocolo Nº 705/2016

PARECER

O Projeto de Pesquisa intitulado “Análise da relação entre hábitos alimentares de alunos do CTUR e preparações das aulas de A & B e fatores socioeconômicos” sob a responsabilidade da Profa. Kátia Cilene Tabai, do Departamento de Economia Doméstica e Hotelaria, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, processo 23083.009802/2015-01, atende os princípios éticos e está de acordo com a Resolução 466/12 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

UFRRJ, 07/06/2016.


Jairo Pinheiro da Silva
Provedor Adjunto de
Pesquisa e Pós-Graduação
UFRRJ

Prof. Dr. Jairo Pinheiro da Silva
Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa e Pós-Graduação

C - Ata da Reunião da Reunião Administrativa do CTUR (continua).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA CTUR



ATA Nº 2549/2020 - SecAdmCTUR (12.28.01.00.00.73)

Nº do Protocolo: 23083.048467/2020-15

Seropédica-RJ, 25 de setembro de 2020.

ATA DA REUNIÃO ADMINISTRATIVA

[REDACTED]

Reuniu-se com o servidor José Fernandes, responsável pela contabilidade, e com o Reitor Ricardo Berbara, e concluiu-se que, conforme os trâmites legais, o valor recebido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) poderá ser empenhado em cestas básicas aos discentes, auxiliando cerca de 640 (seiscentos e quarenta) estudantes. Ainda, comunicou que, segundo o Reitor da UFRRJ, há alimentos perecíveis armazenados no CAIC - Paulo Dacorso Filho, que será disponibilizado aos alunos do Colégio Técnico a fim de compor as cestas de hortifrutigranjeiros da parceria CEASA e CTUR, para os alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica;

C - Ata da Reunião da Reunião Administrativa do CTUR (continua).

[REDACTED]

o Coordenador do Curso Técnico em Meio Ambiente, Alex lacone, argumentou que tendo editais excludentes poderia prejudicar o aluno, o mesmo pode ser contemplado com o chip, mas não possuir o dispositivo e vice-versa. E, ainda, questionou quais são as motivações para o CTUR não ter refeitório e ofertar refeições aos discentes. O Diretor, Luiz Carlos Estrella, respondeu que trabalha em função do valor orçamentário disponível e que o edital estava baseado na legalidade, ou seja, seguindo as normas. Sobre o refeitório é uma questão histórica, desde que tentaram acabar com o Colégio, o mesmo vem lutando para se estabelecer em infra-estrutura. E, ainda, que um dos argumentos é que o campus da UFRRJ possui o Restaurante Universitário (bandejão) próximo, o qual os discentes do CTUR possuem acesso. O Coordenador do Curso de Ensino Médio, Rodrigo Rossini, citou o RU (Restaurante Universitário) da UFRJ e o pedido de duplicidade, porém a resposta que obtiveram foi a utilização de ônibus/transporte interno e questionou se haveria possibilidade de disponibilizar transportes para os discentes do CTUR. O Diretor, Luiz Carlos Estrella, respondeu que não haveria problemas caso seja possível abrir via interna fazendo o trajeto CTUR/Bandejão.

[REDACTED]

C - Ata da Reunião da Reunião Administrativa do CTUR (continua).

[The content of this page is extremely faint and illegible. It appears to be a list of items or a detailed report from a meeting, but the text cannot be transcribed accurately.]

C - Ata da Reunião da Reunião Administrativa do CTUR (conclusão).

A Chefe da DAE, Maria do Socorro Durigon, informou que fará a retirada de 50 peças de carne do CAIC, com apoio do funcionário Agnaldo, na segunda feira (21.09) para compor as cestas básicas que serão distribuídas. Ressaltou que muitas peças são grandes e que é preciso um protocolo para fracionar as mesmas, o qual o Colégio não dispõe no momento.